

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

ARTHUR GOMES DE ALMEIDA

**A HISTÓRIA DE A.: ESCRIVÊNCIAS DE UM ALUNO
COTISTA NEGRO NO CURSO DE PSICOLOGIA DA UFRGS.**

Porto Alegre

2018

ARTHUR GOMES DE ALMEIDA

**A HISTÓRIA DE A.: ESCRIVIVÊNCIAS DE UM ALUNO COTISTA
NEGRO NO CURSO DE PSICOLOGIA DA UFRGS.**

Trabalho apresentado como requisito parcial para a
conclusão do Curso de Graduação em Psicologia pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Luis Artur Costa

Porto Alegre

2018

ARTHUR GOMES DE ALMEIDA

**A HISTÓRIA DE A.: ESCRIVÊNCIAS DE UM ALUNO COTISTA
NEGRO NO CURSO DE PSICOLOGIA DA UFRGS**

Trabalho final, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Porto Alegre, 12 de Dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luis Artur Costa (UFRGS) – Orientador

Psicólogo Alisson Batista – Debatedor

Resumo

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, o autor busca apresentar sua vivência como aluno negro, ingressante por cotas raciais, no curso de Psicologia da UFRGS, assim como episódios que envolvam outros colegas, se utilizando para tal de análises teóricas junto de narrativas em terceira pessoa, para abordar os conceitos de racismo institucional e estrutural, descolonização da psicologia e coletivização de experiências, a fim de explicitar a experiência dos alunos cotistas que passam por esta situação, e com isso analisá-la, para posteriormente propor sugestões e caminhos para a melhora das condições de permanência dos alunos cotistas na Universidade. Além disso, o autor busca apresentar neste trabalho quais foram suas impressões, dificuldades e facilidades enfrentadas na graduação em Psicologia, além de elucidar alguns momentos do surgimento da psicologia e a relação destes com os processos vivenciados por ele atualmente, passando por temas como colonização, racismos e meritocracia.

Palavras-chave: Cotas raciais, psicologia, colonização, descolonização, racismo, relações étnico-raciais, meritocracia, escrivência, universidade.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
1.1 APRESENTAÇÃO (DE ONDE VENHO)	5
1.2 METODOLOGIA (IDEIA DA ESCRITA)	6
2. O RACISMO E A PSICOLOGIA: CULPABILIZAÇÃO INDIVIDUAL E INVISIBILIZAÇÃO DA OPRESSÃO SOCIAL	11
2.1 O RACISMO E O SURGIMENTO DA PSICOLOGIA	13
2.2 UNIVERSIDADE, RACISMO E MERITOCRACIA	21
3. RACISMO INSTITUCIONAL E ESTRUTURAL	28
3.1 RACISMO INSTITUCIONAL E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE	28
3.2 O RACISMO ESTRUTURAL	31
3.3 O SEGURANÇA E NÓS	34
3.4 RACISMOS IMPLÍCITOS EM SALA DE AULA	38
4. COLETIVO COMO POTÊNCIA	44
4.1 COLETIVIZAÇÃO DO RACISMO NOS ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA	44
4.2 JORNADAS DE JUNHO DE 2013	49
5. DESCOLONIZAÇÃO DA PSICOLOGIA	56
5.1 NOVAS DESILUSÕES NO CURSO	56
5.2 O QUE É DESCOLONIZAÇÃO?	62
5.3 CAMINHOS PARA A DESCOLONIZAÇÃO	66
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
7. REFERÊNCIAS.....	79

1. INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO (DE ONDE VENHO)

No curso de Psicologia, em quase todas as aulas, já é tradição iniciarmos com uma apresentação. Isto é feito, creio eu, porque antes de iniciarmos qualquer debate, ou de passarmos um tempo juntos, é essencial sabermos com quem estamos falando, ou quem estamos lendo. Por isso, iniciarei este trabalho fazendo o mesmo, me apresentando, desnudando minha origem (claro, sempre a partir da perspectiva do que desejo mostrar aqui e neste contexto), a fim de possibilitar às pessoas que irão ler este trabalho, conhecer por quem o mesmo foi escrito e de onde o mesmo fala. Por isso, peço desculpas se parecer um pouco quadrado, ou “padrãozinho” porque é também o jeito mais fácil de fazer estas apresentações. Vocês devem saber.

Meu nome é Arthur, tenho 24 anos. Sou filho da Grace e do Getúlio, que se divorciaram quando eu tinha cerca de seis anos. Fui criado pela minha mãe, assim como pelas mulheres da minha família materna, formada em grande parte por mulheres. Ainda que tenho bastante contato com meu pai e minha família paterna, somente pontuo que passei a maior parte da minha vida com o lado materno. Minha família, tanto da parte materna, quanto da parte paterna, passou por um processo significativo de branqueamento, vamos dizer assim. Minhas duas avós eram mulheres negras. Meu avô materno era branco, meu avô paterno, se dizia “moreno”. Tendo isso em mente, considero que na minha família tenha existido, até pouco tempo, uma predominância dos valores de branqueamento, algo que percebo estar se revertendo atualmente, a partir da entrada de pessoas da minha geração na universidade com as cotas raciais, assumindo a condição de negros. Feito esta explanação, acrescento também que resido, desde sempre, na mesma casa, situada no bairro Vila Nova, na zona sul de Porto Alegre. Estudei, como bolsista parcial, até a sétima série, no Colégio Adventista de Porto Alegre, de onde saí na oitava série para estudar na Escola Estadual de Ensino Fundamental Otávio Mangabeira, após a morte do meu avô materno, que ajudava minha mãe nas mensalidades. Além disso, naquele mesmo ano, fui fazer um curso preparatório para entrar no Colégio Militar de Porto Alegre. Não passei, o que, hoje, olhando para onde o futuro me levou, fico bastante feliz de não tê-lo feito. Enquanto isso, minha mãe trabalhava como técnica de enfermagem e fazia faculdade de psicologia, além de criar e sustentar dois filhos sozinha. O que só reforça a dedicatória deste trabalho a ela. Mas voltemos à apresentação.

A partir do final do Ensino Fundamental, fui estudar em outros dois colégios públicos no Ensino Médio, o Colégio Inácio Montanha e o Colégio Protásio Alves, ambos na zona

central de Porto Alegre (localizados nas Avs. João Pessoa e Ipiranga, respectivamente), sendo este, então, meu primeiro movimento de sair da periferia em direção ao centro para estudar. Depois disso, ao fim do ensino médio, comecei a frequentar um curso pré-vestibular, já que minha mãe, desde sempre incentivou a mim e ao meu irmão mais velho estudar, tendo pago a ele também um ano de curso pré-vestibular, de onde ele foi aprovado na Faculdade de Veterinária da UFRGS, o Álan, onde hoje, ele é professor. Isso dito, tive então a pressão de, ou passar na UFRGS com esse cursinho ou ir trabalhar para pagar outro posteriormente, tendo em vista a dificuldade que minha mãe teve para pagá-lo. Nesta época, acho que desde o final do Ensino Médio, eu objetivava cursar Direito. Por algum motivo, certo dia, logo antes da abertura do edital do Concurso Vestibular daquele ano, mudei de ideia. Assim, repentinamente. Ao que me lembro, o pensamento que me fez mudar de ideia foi a perspectiva, de que com este curso eu dependeria muito de concursos para conseguir alguma alocação profissional, e agora, como que por ironia, vejo, ao final do curso de Psicologia, que meus objetivos de atuação profissional também passam por trabalhar com políticas públicas, portanto, por concursos. Mas, como contava, ainda no ano de 2012, mudei de ideia quanto ao curso que gostaria de prestar vestibular, tendo optado, então, pelo curso de Psicologia. Lembro que minha mãe, já formada psicóloga, disse que eu era bom ouvinte, então talvez tivesse alguma facilidade com esta profissão. Além disso, naquele mesmo ano, houve uma mudança no sistema de cotas raciais na UFRGS (coisa que até então eu nunca tinha ouvido falar), que então fez com que tivesse a inclusão das cotas sociais como opção, além da obrigatoriedade, a todas, de que o postulante fosse egresso de escola pública no Ensino Médio. Ficamos, toda a família, bem felizes. Como veremos posteriormente, foi um momento de descobrimento, ou de se re-olhar para as origens, já que passamos também pelo movimento de nos aproximarmos e nos apropriarmos mais dessa parte da nossa família. Então, fui aprovado no curso de Psicologia da UFRGS no ano de 2013, sendo, então, o lugar onde as histórias que contarei neste trabalho foram vivenciadas.

1.2 METODOLOGIA (IDEIA DA ESCRITA)

Pensei por um bom tempo no que escrever para o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TTC). Há pelo menos um ano antes de ter a possibilidade de matrícula. Fui pesando diversos temas, passando por um estudo sobre a política de redução de danos, pelo estudo dos Movimentos Negros que construíram a política de cotas nas Universidades, e também pelo estudo mais aprofundado do trabalho de algum autor que tenha me despertado maior interesse durante a graduação. Porém, com o passar do tempo, ao entrar em contato com os TCCs de

outros colegas, principalmente os cotistas negros, fui percebendo a importância de relatar as minhas vivências neste curso de Psicologia, ao mesmo tempo que percebi que estas propostas não são excludentes, ainda mais tendo em vista o infinito de possibilidades de temas que podemos escolher para este escrito. Então decidi que deveria fazer este trabalho, pensando sobre minhas memórias e experiências, durante estes seis anos que estive frequentando este Instituto de Psicologia, e sobre todas as implicações que este tempo teve na minha vida pessoal e na minha formação como psicólogo.

A partir daí, ficou a questão principal: como começá-lo? Como dar forma e traduzir em palavras essa multiplicidade de acontecimentos e experiências que me atravessaram durante esses anos, e que certamente terão desdobramentos no meu futuro? Enfim, depois de muito pensar - e procrastinar (palavra esta que só tive contato neste meio acadêmico-universitário), decidi então que o único jeito de dar forma a esta escrita seria pela tentativa, pela experimentação e pelo próprio processo de escrever em si. Anteriormente, já escrevi no início de alguns trabalhos acadêmicos, mas é sempre bom lembrar: a escrita realmente não é o meu forte. Desde o início da graduação - e até antes disso, durante a escola também - a escrita sempre foi muito trabalhosa pra mim, realmente um esforço, que sei que não é o caso para muitas pessoas na universidade (sobretudo no curso de Psicologia), que têm facilidade e gosto por escrever, criar histórias, poesias e contos, etc. Isto existe, até porque, ao longo da minha vida de estudos, a escrita sempre foi vista como obrigação, e nunca como possibilidade, ou seja, a escrita sempre esteve atrelada ao sentido da tarefa no ambiente escolar, com tema previamente dado, formato específico e como meio de avaliação. E, como fui vendo posteriormente - principalmente durante a faculdade - todo tipo de produção textual com formato e objetivo verticalmente definido me provoca certa resistência. Tendo dito isso, penso que com o tempo de graduação fui me acostumando melhor a esta necessidade, sendo que ultimamente, quando me sento para escrever - principalmente neste tipo de escrita, em primeira pessoa, mais solto - consigo fazer fluir, de certa forma, o que quero expressar. E, por isso, pretendo apostar no exercício deste tipo de escrita neste trabalho, por estar desenvolvendo uma escrita que parte de um jeito que me é mais confortável escrever, e que também faz mais sentido para contar a história que vou desenvolver neste trabalho de conclusão de curso.

Com isso exposto, penso que a escolha deste tipo de escrita: misturando a **escrevivência** (conceito/ideia que abordarei a seguir) de Conceição Evaristo com um pouco da minha autoria, a partir das memórias sobre a minha trajetória, seja o mais adequado. Porém, como nunca escrevi um trabalho desta envergadura utilizando-me deste tipo de escrita, creio que também será um processo de aprendizado, e de aperfeiçoamento ou criação de uma forma de escrever

que não me é familiar, mas que tenho visto que me é bastante confortável, tendo em vista que, como já mencionado, muitas vezes essa escrita foi feita em cima do que autoras e autores escreveram, relacionando com aspectos da minha vivência, e por isso - ao trilhar o caminho contrário, revendo minha trajetória utilizando-me destes autoras e autores como referência - este novo tipo de escrita me é mais confortável, fluida.

E ainda, sobre a escrita das nossas memórias, é sempre bom recordar que, parafraseando a escritora Conceição Evaristo (2017a) – uma das principais referências minhas para este trabalho: as histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas. Entre o acontecimento e a narração do fato, há um espaço em profundidade, é ali que explode a invenção. Nada que está escrito neste trabalho é verdade, nada que está escrito neste trabalho é mentira. Pretendo, neste escrever, me utilizar de um conceito criado por esta escritora, negra (escolha feita a partir de um movimento que me propus a fazer durante a graduação), que é o conceito de *escrevivência*, que a mesma diz não ter pensado como um conceito mas que acabou se tornando ao ser popularizado, já que para ela, “A nossa ‘escrevivência’ conta as nossas histórias a partir das nossas perspectivas, é uma escrita que se dá colada à nossa vivência, seja particular ou coletiva, justamente para acordar os da Casa Grande.” (EVARISTO, 2017b). Ou, como a Conceição afirmou em um bate-papo, durante a abertura da FestiPoa Literária 2018, ao ser questionada sobre quem pode e quem não pode escrever a partir do método da *escrevivência*, a mesma afirmou que este conceito pode ser utilizado para pensar em um **contra-discurso** em relação ao hegemônico na literatura, tanto por mulheres negras, mas também por homens negros. Mas sempre atentando-se ao propósito de incomodar o estabelecido, incomodar os da Casa Grande. E também, durante este bate-papo, ela afirmou que a *escrevivência* é diferente da auto-ficcionalização, porque tem o objetivo de enunciar acontecimentos coletivos, onde as pessoas subalternizadas podem enxergar-se nestas cenas. E tendo isso em mente, penso que a utilização deste meio de contar a história da minha graduação, misturando a *escrevivência* com um pouco meu estilo autoral, seja o mais adequado para expressar a ideia que tenho para este trabalho.

Então, a partir do exposto acima, pensei em ir utilizando-me de dois modos de produção textual para este trabalho: a narrativa em terceira pessoa e o relato, somado à problematização teórica, em primeira pessoa. Com isso, passaremos por alguns tópicos, ou temas, que estão ligados a partir da minha trajetória: o racismo e as relações com a psicologia, os racismos institucional e estrutural, os espaços coletivos como potência e, por fim, a descolonização do curso de psicologia - e da universidade como um todo - como um caminho viável de superação do racismo e das dificuldades enfrentadas pelos alunos negros, apontando aí sugestões práticas

para fazê-lo. Passando, entre estes temas, por narrativas sobre situações vividas por mim e por outros alunos negros deste curso, a fim de exemplificar e potencializar as referidas elaborações teóricas.

Além disso, parafraseando o escritor Marcelino Freire (2017), escrevo este trabalho como uma forma de vingança. Não aquela vingança passional, que se traduz em alguma violência física ou fazendo algo para prejudicar diretamente a pessoa que nos prejudicou. Confesso que, em certas situações narradas neste trabalho, realmente, tive vontade de me vingar da maneira mais visceral que é retratada, mas enfim, aprendi ao longo da vida que isso nunca soluciona nada, quando ainda não piora. Então, escrevo este trabalho como uma forma de vingança retributiva. A partir de situações que vivi neste curso onde me senti desrespeitado, prejudicado ou ainda, subestimado, pensei em explanar tais situações, tomando o cuidado de omitir os nomes daqueles que seriam os alvos da “vingança”, justamente para não produzir somente ressentimento e/ou reação, mas para que se produza reflexão, ou para que sirva de exemplo de como não se deve agir, já que, como concluímos ao final, esta vivência de graduação narrada neste trabalho é advinda, em grande parte, da origem colonizadora da universidade, assim como da sua conformação elitista e racista que é reflexo da sociedade brasileira. Assim, esta “vingança” é voltada não para punir quem quer que seja, pessoalizar eventos como se fossem culpa de alguém específico, mas sim para visibilizar e permitir o deslocamento das condições de possibilidade gerais ofertadas aos estudantes cotistas negros. Escrevo para fazer ver o racismo implícito, institucional e estrutural, os quais não pertencem a uma pessoa ou um(a) só professor(a), mas cujas práticas atravessam, sem exceção.

Com isso em mente, também considero importante explicar um pouco sobre a escolha das narrativas para algumas partes deste trabalho. A narrativa é utilizada aqui, principalmente, com um meio de produzir afetação, para contagiar a partir da experiência. O principal objetivo deste trabalho é de contar a minha história nestes seis anos de graduação em psicologia na UFRGS, porém, além disso, escolhi a narrativa, porque - como veremos posteriormente - muitas das situações vivenciadas por mim nestes anos também foram vivenciadas por outros alunos negros, tanto na psicologia quanto em outros cursos da UFRGS e em outras universidades, portanto, creio que o uso das narrativas deve ser a escolha mais adequada para contagiar a experiência vivida, principalmente as experiências negativas, já que a partir da narrativa pode-se vislumbrar também muito dos sentimentos envolvidos na situação, das nuances que produzem sentido na experiência. Não quero que o(a) leitor(a) saia indiferente após a leitura deste trabalho e das narrativas que fazem parte do mesmo. As narrativas, em sua escrita tão inteligível quanto sensível, forçam a escuta daqueles que, de outro modo, poderiam ficar

indiferentes aos afetos vividos: além de comunicar conceitos e eventos, a narrativa foca em provocar afetações e forçar uma escuta como reverberação. Quero que quem tiver acesso ao mesmo pense a partir do que foi exposto, já se for concordar ou não, fica completamente ao critério deste. Mas, também considero essencial ser enunciado que a escrita deste trabalho também não tem, de nenhuma forma, a preocupação, ou o objetivo, de ser uma escrita neutra, sem implicação (até porque, a meu ver, a neutralidade é falaciosa), muito pelo contrário, tenho um ponto de vista sobre o que escrevo aqui, e pretendo transmiti-lo neste trabalho, portanto a discordância sobre o que será exposto não é só livre e esperada, como bem-vinda, já que demonstra que esse texto seguirá produzindo outros.

Isto dito, aproveito para já dar a dica que, por mais que eu tenha passado por muitas vivências ruins, no todo avalio muito bem esta passagem por tudo e todos com os quais tive contato durante estes seis anos de graduação. Além disso, avalio bem este tempo, por ter experimentado também um crescimento emocional, ético e intelectual que, certamente, não teria sido vivenciado caso não eu tivesse passado por este lugar, nestas condições.

2. O RACISMO E A PSICOLOGIA: CULPABILIZAÇÃO INDIVIDUAL E INVISIBILIZAÇÃO DA OPRESSÃO SOCIAL

Aquele dia estava bastante frio. Para o A., que estudava de manhã pela segunda vez da sua vida (a outra tinha sido na segunda série), aquela manhã estava especialmente fria. Então ele, sabendo que o caminho para a escola seria longo - pois teria que pegar o ônibus e dar mais uma caminhada -, decidiu se agasalhar bastante. Botou um moletom com capuz. Uma toca. E mais um outro casaco por cima, junto das calças de moletom e seus tênis surrados de tanto usar. Tomou seu café da manhã, assistindo às notícias: “Temperaturas muito baixas nesta manhã de julho no Rio Grande do Sul. Agasalhem-se! Mesmo com o sol que abrirá hoje, durante o dia, as temperaturas não subirão muito...” Então A. soube que estava certo, mesmo sentindo-se praticamente um boneco estufado, sem conseguir mexer os braços direito de tantas camadas de roupa, ele sabia que não passaria frio naquele dia de aula. Estivera bastante ansioso, pois ultimamente alguns professores do seu colégio estavam faltando, e algumas vezes ele fora à escola para ter que voltar pra casa logo em seguida. “Será que vai ter aula hoje? Tomara que não! Daí consigo vir pra casa e voltar a dormir.” Pensou, se rindo. Com isso terminou de tomar seu café, pegou suas coisas e foi para a parada esperar o ônibus. Pegou-o no horário, e como de costume estavam só ele e o outro vizinho da parada de cima, além do cobrador e do motorista. Então pegou um lugar no meio do ônibus, junto à janela. E à medida que o ônibus foi descendo a lomba, foi entrando mais e mais gente, e então ele foi se endireitando no banco para que outros passageiros pudessem sentar ao seu lado. E o ônibus foi enchendo, e ao terminar de descer a sua rua, A. percebeu que quase não restavam lugares no ônibus, excetuando-se o lugar diretamente ao seu lado e um ou outro mais ao fundo. E o ônibus foi ficando lotado. Daí, o A. começou a se sentir incomodado, um incômodo e um desconforto que ele não conseguia identificar donde vinha... Ele olhava para os lados, e as pessoas pareciam ficar olhando pra ele também. Em um último gesto de cortesia A. perguntou à uma moça que encontrava-se em pé, ao lado do assento vazio do banco que ele estava, se ela não queria sentar, ao passo que ela responde que iria descer na próxima parada, agradecendo.

A viagem, que era tão curta, pareceu ter durado uma eternidade. Mas enfim, A. desceu na parada de sempre e fez o resto do trajeto à pé para o seu colégio. Nesse trajeto ele foi pensando. Pensando e repensando. “O que será que aconteceu que ninguém sentou no meu lado do ônibus? Será que tô muito maloqueiro hoje? Será que estou fedendo?” E foi desmanchando essas alternativas à medida que ia andando para o colégio. Naquele dia, não pensou mais sobre o acontecido. Colocou uma música no seu mp3, um pagode que estava

ouvindo bastante nos últimos tempos, “Insegurança” do Grupo Pixote, e já deixou de pensar sobre o que acontecera.

*“Se estiver precisando
De amigo pra desabafar
Se for alguma coisa comigo
Vamos conversar
Eu não quero correr o perigo
De um dia você me deixar”
(Grupo Pixote)*

Tempos depois, em um almoço, conversando com sua família, A. comentou o que tinha acontecido naquela manhã no ônibus, e lembrou que isso já tinha acontecido outras vezes, que o lugar ao seu lado geralmente era um dos últimos a ser ocupado no ônibus. E perguntou pra quem estava escutando: “Será que foi porque sou pretinho?”. E disseram: “Para A., isso é coisa da tua cabeça!”; “Será que não é porque as pessoas já iam descer? (risos)”; “Deixa de ser complexado, isso é bobagem da tua cabeça...” E neste dia ele resolveu não pensar mais nisso, afinal, pensou: “Se a minha família disse que não era nada de mais, por que eu deveria me importar?” E o A. seguiu sua vida, com outras inquietações, outros acontecimentos, mas essa cena ele nunca esqueceu, ela ficou guardada dentro dele por muito tempo.

E passado mais tempo, tendo já acontecido muitas coisas na vida dele, tendo passado muitos anos desde aquele ocorrido, o A. já sabia que era um guri negro. Ele já sabia que os negros eram discriminados durante suas vidas. Ele já sabia que homens negros muitas vezes são vistos e imaginados como ladrões. Mas ficava por aí. Sem muita reflexão sobre isso. Então A. entrou na UFRGS, fez curso pré-vestibular por um ano, e passou! Cotista racial. Autodeclarado pardo. E, em contato com outros alunos cotistas, quando o A. ainda estava começando a frequentar o Diretório Acadêmico da seu curso, começaram uma conversa sobre racismo e situações que passaram durante a infância, e nesta conversa um colega disse que uma vez, ao pegar o ônibus, em algum momento ele via que as pessoas evitavam de pegar o assento ao seu lado, e nesse momento, como um “click”, um estalo, algo se mexeu na percepção que A. tinha de si e das suas memórias, ele lembrou daquela situação que tinha acontecido, a bastante tempo, lá na oitava série e que ele nunca tinha esquecido. E apareceu outra explicação, que aquilo não tinha sido coisa da sua cabeça, já que outras pessoas também tinham passado por situações semelhantes, então era impossível ser “coisa da cabeça” das duas pessoas, que nem se conheciam naquela época. Nesta conversa A. percebeu que realmente era negro e já tinha passado por situações de racismo, pois ainda tinha dúvidas, quase um

desejo por não ser verdade, mas que, a partir desse dia, soube que o racismo fazia parte da sua realidade. Daí, eles continuaram conversando e o A. contou o que tinha acontecido. Meio sem graça, meio envergonhado. E o resto do pessoal riu e alguém disse: “é isso aí A., na real isso acontece com quase todo guri negro, ainda mais no inverno quando a gente tá todo encasacado, de toca e tal. Tu não foi o primeiro e não vai ser o último.” E a conversa seguiu, com mais situações de racismo compartilhadas e mais identificações de todos que participavam. Mas aquela situação da infância/pré-adolescência, aquele primeiro se dar de conta sobre as diferenças de tratamento que as pessoas se dão na rua, foi lembrada. Aquela história foi recontada. E o A. soube, a partir daquele dia, que na real não era coisa da cabeça dele e muito menos coisa de complexado, mas que ele tinha sofrido uma situação de racismo e entendeu de onde partia e que ele não tinha culpa ou responsabilidade alguma.

2.1 O RACISMO E O SURGIMENTO DA PSICOLOGIA

Essa é uma das infinitas formas de expressão do racismo brasileiro. Aquele racismo sutil, mas dilacerante, no detalhe, mas que é também totalizante, que opera de forma muitas vezes não proposital, mas que cria feridas que muitas vezes demoram anos para ser “curadas”, isso quando o são. Enfim, a partir dessa primeira narrativa podemos pensar quais os meios pelos quais o racismo no Brasil pode se manifestar. Já que, antes de tudo, gostaria de apontar que ao longo deste trabalho, tanto nas narrativas apresentadas quanto nas elaborações feitas a partir delas, pretendo abordar as questões relativas à configuração histórica do racismo no Brasil, nossa terra natal, e que tem características únicas. Existem diversos tipos de racismo ao redor do mundo, sendo muitas vezes utilizado como “modelo” de racismo o que existe nos Estados Unidos, porém, para este escrito abordarei as relações étnico-raciais no contexto brasileiro, que certamente têm características e expressões muito parecidas com os Estados Unidos, mas têm uma configuração e uma formação sócio-histórica bastante singular, ainda que, no entanto, me utilizarei, também, de definições mais amplas, globais, sobre o surgimento do conceito de raça e sua utilização para hierarquizar as diferentes etnias e culturas.

Antes de tudo, creio que é importante traçarmos uma definição possível sobre o que é racismo, já que, a origem da palavra racismo remonta a tempos mais antigos, onde se começa a diferenciar os grupos humanos por raças. O princípio de divisão e hierarquização dos diferentes grupos humanos é algo presente na humanidade há muito tempo. Podemos pensar que na antiguidade clássica, quando as sociedades greco-romanas diferenciavam o mundo entre civilizados (eles) e bárbaros (os outros), já é possível delinear uma tentativa de divisão racial

primitiva, embora àquela época não se utilizasse o termo raça. A partir dos séculos XIV e XV, com as conquistas europeias sobre a África, a Ásia e as Américas, tomou força o pensamento entre os europeus de que estes seriam superiores aos outros povos, já que seriam cristãos - o povo escolhido por Deus - e teriam como obrigação levar o cristianismo aos povos pagãos (aí incluído o resto do mundo), e como afirma Darcy Ribeiro, os europeus invadiram o Novo mundo “[...] cumprindo a tarefa suprema do homem branco, para isso destinado por Deus: juntar todos os homens numa só cristandade [...]” (1995, pág. 39), lançando as bases para uma nova era e um novo modo de ver o mundo. A partir disso, desse contato com outros povos e seus diferentes modos de vida, alguns deles não sendo afeitos à acumulação de riqueza e exploração que os europeus conheciam como única vida possível, inicia-se o que chamamos hoje de racismo. Logo, de acordo com o professor da USP Kabengele Munanga (2004), a partir do século XVII, o discurso hegemônico já apontava que a cor da pele seria um critério ideal para a compreensão do que viria a ser raça. Com isso, lança-se as bases para o que até hoje é presente no imaginário coletivo e na terminologia científica, ao estabelecer três grupos raciais distintos: os brancos, os negros e os amarelos, sendo os dois últimos vistos como raças inferiores pelos primeiros. Então, Munanga segue apontando que já no século XIX, soma-se ao critério da cor outros fatores, como por exemplo o fator biológico, a partir do estudo do formato de crânio e do ângulo facial, e que serviu para formar o que chamamos hoje de determinismo racial e eugenia, apontando que a partir destes fatores biológicos era possível aferir que uma raça - a branca - era superior a todas as demais, criando o que é chamado de *racismo científico* (tendo como principais expoentes, no Brasil, “estudiosos” como Raimundo Nina Rodrigues, Silvio Romero e Oliveira Vianna). Ao longo do século XX, com os estudos do antropólogo Franz Boas, que identificou essas diferenças no formato do crânio e do ângulo facial como advindas de fatores ambientais sobretudo, assim como das pesquisas na área da genética, percebeu-se que na realidade, cientificamente, o conceito de raças é inadequado, e como afirma Munanga:

Combinando todos esses desencontros com os progressos realizados na própria ciência biológica (genética humana, biologia molecular, bioquímica), os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram a conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito aliás cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem. (2004, p.4)

Porém, ao pensarmos no contexto social e histórico, e no nível do discurso, o conceito de raça já é algo bastante consolidado, que gerou diversos processos de estratificação das sociedades emergentes, assim como produziu discursividades que hierarquizam os diferentes grupos humanos, tornando todos os atributos e valores superiores como sendo essencialmente brancos, enquanto os negros e amarelos ficam com todas as características e valores inferiores.

Portanto, devemos pensar essa divisão e hierarquização como produtos desse racismo que foi sendo construído ao longo dos séculos, que extrapola o nível do discurso e que organiza e **estrutura** toda a sociedade, e para sintetizar um pouco dessa questão, o autor cubano Carlos Moore exemplifica o que se pode entender como racismo, já que:

Nas sociedades atuais, os recursos vitais se definem em grande medida em termos de acesso: à educação, aos serviços públicos, aos serviços sociais, ao poder político, ao capital de financiamento, às oportunidades de emprego, às estruturas de lazer, e até ao direito de ser tratado equitativamente pelos tribunais de justiça e pelas forças incumbidas da manutenção de paz. O racismo veda o acesso a tudo isso, limitando para alguns, segundo seu fenótipo, as vantagens, benefícios e liberdades que a sociedade outorga livremente a outros, também em função do seu fenótipo. A função básica do racismo é blindar os privilégios do segmento hegemônico da sociedade, cuja dominância se expressa por meio de um continuum de características fenotípicas, ao tempo que fragiliza, fraciona e torna impotente o segmento subalternizado. A estigmatização da diferença com o fim de “tirar proveito” (privilégios, vantagens, direitos) da situação assim criada é o próprio fundamento do racismo. Esse nunca poderia separar-se do conjunto dos processos sistêmicos que ele regula e sobre os quais preside tanto em nível nacional quanto internacional (2012, MOORE, p. 284).

Ou ainda, para complementar, aproveito para expor a conceituação proposta pelo pensador do Direito, o brasileiro Silvio de Almeida, que afirma que: “Podemos dizer que *o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem.*” (ALMEIDA, 2018, p. 25. Grifos do autor)

Ademais, após essa breve, porém necessária, reflexão sobre o que entendo como raça e racismo em nível global, podemos pensar um pouco das peculiaridades do racismo no contexto brasileiro. Creio que entre as principais questões advindas das especificidades do racismo no Brasil, está a falsa ideia de democracia racial, que é um conceito fortemente utilizado durante o século XX, criado (ou amplificado) pelo escritor Gilberto Freyre, no seu livro *Casa Grande e Senzala* (FREYRE, 2005), onde o mesmo apresenta a ideia de que não existiria mais racismo no Brasil, já que não houve, após a abolição, nenhuma lei que criasse mecanismos de segregação racial no país, além de preconizar que as diferentes raças vivem ou viviam em harmonia por aqui, logo, já que a partir do final da escravização das pessoas negras não houve uma proibição do casamento entre as raças (tendo, inclusive, uma grande população “mestiça”), logo viveríamos em uma democracia racial. Porém, neste sentido, o historiador José Chiavenato é bastante crítico ao afirmar que:

A mestiçagem no Brasil, ao contrário do que se afirma em alguns compêndios clássicos [elenco aqui o conhecidíssimo *Casa Grande e Senzala*, do Freyre], nunca foi uma política de ‘democracia étnica e racial’. Pelo contrário, foi uma opressão racial a mais, impondo-se ‘superioridade’ do branco sobre o negro, refletindo o direito das classes dominantes de usufruírem [leia-se estuprar] as mulheres pretas como fonte de prazer sexual. Os mulatos, originalmente surgidos do ‘cruzamento’ de senhores,

fatores e outros segmentos de opressão com as negras escravas, são exemplos não de confraternização sexual mas de submissão obrigatória de uma classe oprimida aos seus opressores. O uso que se fez posteriormente dos mulatos também é outra demonstração da opressiva política das classes dominantes para o branqueamento do Brasil - porque continuou a se entender o negro, que permanece oprimido, como 'inferior'. A democracia racial no Brasil é um mito nascido na violentação sexual dos negros escravos e sustentado pela hipocrisia da opressão de classes. (CHIAVENATO, 1987, p. 141)

Então, a partir desta sistematização, é possível vislumbrarmos o porquê do racismo no Brasil ser visto de forma diferente do contexto dos Estados Unidos (que inclusive proibiram os casamentos inter-raciais até quase a metade do séc. XXI), já que a partir dessa falsa ideia de democracia racial nossas elites se eximem de qualquer responsabilidade pelo período da escravização, assim como da estrutura de opressão racial dos negros pelos brancos que perdura aqui até a atualidade. E não devemos perceber isso como algo desinteressado, ou como uma alienação das nossas elites sobre o processo histórico de configuração da identidade brasileira, muito pelo contrário, já que, como afirma Sueli Carneiro, em matéria veiculada pelo Portal *Geledés*:

[...] independentemente da miscigenação de primeiro grau decorrente de casamentos inter-raciais, as famílias negras apresentam grande variedade cromática em seu interior, herança de miscigenações passadas que têm sido historicamente utilizadas para enfraquecer a identidade racial dos negros. (CARNEIRO, 2004)

Já que foi a partir das primeiras políticas públicas de embranquecimento da população - ainda antes da abolição da escravatura, no início da imigração europeia para o Brasil -, que se iniciou esse processo de enfraquecimento da identidade racial dos negros, pois para os negros de pele clara, principalmente, a relação com a negritude deve ser vista como uma relação de resistência, tendo em vista que, historicamente, a branquitude tem ofertado aos negros de pele mais clara falsas promessas de mobilidade social, em troca da negação do seu pertencimento racial, ou como melhor sintetiza Sueli:

[...] importantes lideranças do Movimento Negro Brasileiro, negros de pele clara, através do franco engajamento na questão racial, vêm demarcando a resistência que historicamente tem sido empreendida por parcela desse segmento de nossa gente aos acenos de traição à negritude, que são sempre oferecidos aos mais claros. (CARNEIRO, 2004)

Com isso, percebe-se a necessidade de termos em mente, ao longo deste trabalho, que existem peculiaridades no modo como o racismo se manifesta no Brasil, e portanto também há a necessidade de abordá-lo de forma diferente, ou complementar, do modo como é tradicionalmente abordado, a partir da realidade dos Estados Unidos, revertendo, também neste âmbito, a tendência - advinda da colonização e do imperialismo - que temos no Brasil, de olharmos sempre para este país ou para a Europa, quando buscamos exemplificar algo.

Tendo feito esta breve explanação sobre os racismos e suas diferenças nos diversos contextos onde ele opera, gostaria de retomar uma questão aberta pelo pequeno trecho narrativo compartilhado acima, no qual vimos uma cena de racismo no ônibus, onde a expressão “isso é coisa da sua cabeça” aparece ali como um gesto cotidiano familiar, mas ele é atravessado de modo implícito por muitas ferramentas com as quais me relatei no decorrer do curso. Muitas vezes travei contato com conceitos e afins que faziam de questões sociais uma característica individual, reduzindo processos sócio-históricos a uma questão “psi”: “isso é coisa da sua cabeça” diziam tais ferramentas às muitas e muitos que com elas se encontravam. Assim, para evidenciar isso, gostaria de abordar aqui como a psicologia lida com estas questões, assim como vislumbrar alguns dos meios pelos quais o racismo se manifesta na Universidade.

A psicologia surge como uma disciplina separada da filosofia a partir do início do século XX, e como aponta Nikolas Rose, este século pode ser chamado de o século da psicologia, pois a partir do seu surgimento esta disciplina conseguiu se embrenhar nas mais diferentes áreas do conhecimento, assim como teve uma repercussão importante na sociedade ocidental¹ como um todo, impactando socialmente nosso entendimento nas nossas concepções de “[...] normalidade e anormalidade; nas nossas tecnologias de regulação, normalização, reforma e correção; no cuidado com crianças e na educação, na propaganda, no marketing e nas tecnologias de consumo, no controle do comportamento humano [...]” (ROSE, 2008, p. 155). Portanto, a psicologia surge como uma disciplina que além de normatizar comportamentos e elencar o que é ou não é normal, visa ajudar a disseminar e aumentar o processo de individualização da vida coletiva, ou, como salienta Rose, ela “[...] tomou forma não como uma disciplina ou uma área profissional, mas como uma cadeia de pretensões de conhecimento sobre pessoas, individual e coletivamente, que permitiria que elas fossem melhor administradas” (2008, p. 156), fazendo com que problemas sociais como o racismo, o preconceito, e até a criminalidade e a desigualdade social fossem abalizados em termos psicológicos. E neste sentido, cabe apresentar alguns exemplos sobre como estas questões são comumente abordadas pela psicologia e a psicometria clássicas, inclusive no próprio Instituto de Psicologia e em outros cursos da UFRGS, tais como os trabalhos que associam a “delinquência”, ou o conflito de jovens com a lei, com baixa resiliência e coping (MATOS ET AL., 2015; LUIZZI, L., & ROSE, T. M. S., 2010; PAULO, M.C.M. 2013; SAPIENZA, G. & PEDROMÔNICO, M.R.M. 2005). Ou ainda,

¹ Entendemos aqui sociedade ocidental como aquela formada por um *modus vivendi* baseado nos valores europeus/estadunidenses, que se diferencia das outras sociedades asiáticas, latino-americanas e africanas, tendo como características principais o euro/anglo-centrismo e um modo de pensar essencialmente individualista.

no sentido de individualizar questões sociais a partir da “ciência psicológica”, também apresento como exemplo trabalhos que tentam apontar bases biológicas para a violência, como a proposta, feita por pesquisadores do Rio Grande do Sul, de mapear cérebros de adolescentes que cometeram homicídios², mas que procuram relacionar esta criminalidade/violência somente com sujeitos pobres e/ou negros, esquecendo-se (ou intencionalmente omitindo) que também existe violência e criminalidade entre jovens (e sobretudo velhos) ricos e brancos (pois partiram do recorte efetuado pelo sistema socioeducativo de encarceramento, mesmo sabendo-se largamente de que ali se reproduz a já conhecida seletividade penal perpassada por questões de classe e raça). Além disso, também existem algumas pesquisas, feitas por psicanalistas, que procuram identificar fatores internos/familiares como causas da violência e da criminalidade entres estes adolescentes em conflito com a lei, novamente, seguindo a tradição da psicologia de individualização de questões sociais, ao vincularem algum problema na execução da função paterna/terceira com o conflito de jovens com a lei do Estado (LAGO, T.M.V.M., 2009; SENA, I.J. & MACHADO, T.R.C., 2006; XAVIER ET AL, 2011).

A partir daí a psicologia surge (e se mantém até hoje em algumas áreas mais tradicionais) como uma ciência que busca individualizar questões que poderiam ser vistas como problemáticas sociais, ou seja, a partir do surgimento e do estabelecimento da psicologia como uma disciplina legítima pelas instituições hegemônicas de poder e de conhecimento no início do século XX, utilizou-se dela para dar sustentação científica para o processo de individualização da sociedade, que o Ocidente vinha intensificando a partir do surgimento da filosofia moderna/iluminista, da revolução industrial e da urbanização do nosso modo de vida. A individualização dos modos de governo presente, por exemplo, no regime disciplinar de relações de poder evidenciado por Foucault em seu *Vigiar e Punir*, com investimentos epistêmicos sobre os corpos de cada um(a), faz-se aqui ainda mais complexo desde constructos invisíveis ligados a “mente”, “personalidade”, “caráter”, etc. Definir as características do mau aluno, do criminoso, do menor infrator, do louco, entre outros, para poder identificá-los, reformá-los, evitá-los, anulá-los ou, para o caso dos povos negro e indígena no Brasil, matá-los.

Então, com o passar do tempo, a psicologia foi se estabelecendo como uma ciência do individual, pensando questões coletivas a partir da psicologia social, mas partindo do

² “Psicólogos tentam impedir pesquisa com homicidas” (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/fe2101200801.htm>), “Estudo vai mapear cérebro de homicidas” (http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=6271).

pressuposto que existe essa diferenciação/separação entre indivíduo e sociedade. Porém, não devemos ser ingênuos ao pensar este processo como algo aleatório, ou como somente uma leitura de processos que já vinham acontecendo socialmente desde antes do surgimento desta disciplina, já que este processo de individualização da sociedade vai ao encontro de um modo de governar e de fazer política que se estabelecia naquela época também, e que se apoia exatamente nestes preceitos, que é o modo de pensamento neoliberal (ou liberal como era conhecido à época), que parte justamente dessa visão de sociedade elencada a partir do individualismo, da meritocracia e do desengajamento social: afinal, como pode ser visto nos artigos referidos logo acima, por meio das ferramentas “psi” podemos involucrar uma série de elementos do contexto socioeconômico no interior do indivíduo, como se fossem constituintes de sua individualidade própria, seu conjunto pessoal de competências e habilidades, sem considerar os processos sócio-históricos passados e presentes que constituíram tal condição de possibilidades. Como bem salienta Rose:

[...] a psicologia se constituiu como uma tecnologia de individualização, quer dizer, emergiu mais como uma ‘ciência positiva’ do que como uma subcategoria filosófica quando mudou suas responsabilidades da teoria geral da mente para um campo mais prático: a criação de mentes calculáveis e de indivíduos administráveis. (2008, p. 156)

O que vai completamente ao encontro da visão de mundo orientada pelos valores do neoliberalismo, criando condições que possibilitaram o estabelecimento desta ideologia político-econômica como modelo para grande parte dos países do mundo, pois como explica Perry Anderson,

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um domínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. (1995, p. 23)

Portanto, podemos vislumbrar que a psicologia teve um papel fundamental no que este autor vai chamar de hegemonia do modo de pensamento neoliberal na sociedade atual. Neste sentido, conseguimos relacionar o racismo e o modo como a psicologia influenciou na percepção e enfrentamento deste, já que muitas vezes, a percepção do racismo ou do preconceito baseado nele, passa por um movimento de individualização desta opressão, fazendo com que a pessoa que passou pela situação pense que “é algo da sua cabeça”, como aconteceu na narrativa que abre este capítulo; ou as pessoas para quem o oprimido conta o que aconteceu

relativizam falando que é um caso pontual, algo individual, que não está estruturado socialmente no Brasil mais especificamente, mas também no mundo como um todo. E neste sentido o professor emérito da Universidade de São Francisco nos EUA, Wade W. Nobles, é bastante explícito ao afirmar que, “A razão de ser da psicologia ocidental como disciplina se resume, em grande medida, a alimentar e sancionar o regime político imperialista e racista que a inventou.” (2009, p. 278), corroborando a ideia que viemos desenvolvendo aqui, de que a psicologia e as psicologizações advindas dela, servem aos interesses das elites, reinaugurando e elaborando novas formas de opressão e silenciamento, similares àquelas que desconsideravam e desconsideram ainda hoje o peso da escravatura para o enriquecimento do campo de possibilidade de alguns em detrimento do de outros(as), predizendo que a posição social de cada um seria fruto de seu esforço pessoal, ao invisibilizar as heranças desigualmente repartidas neste país colonial.

Bauman (2003) aponta que vivemos um tempo de desengajamento no estágio “líquido” da modernidade, a partir da investigação do processo de individualização inerente a esta. Para ele, atualmente os problemas são sofridos e enfrentados solitariamente, sendo inadequados à agregação numa comunidade de interesses que procura soluções coletivas aos problemas individuais. Portanto, inexistindo um caráter coletivo às queixas, podemos também esperar o “[...] desaparecimento dos grupos de referência que ao longo dos tempos modernos serviram como padrão de medida relativa.” (BAUMAN, 2003, p. 79) E com isso o autor aponta o colapso dos “grupos de referência” e a ênfase na individualização, o que coincide com um aumento dos diferenciais de riqueza e renda nesta modernidade que ele vai chamar de líquida. Logo, tendo feito esta breve reflexão de como a psicologia influenciou - se não inaugurou - a individualização das questões sociais (aí incluídas todo o rol de opressões do nosso tempo), podemos pensar que o sofrimento do racismo também passa por este mesmo processo, tendo aí um fator importantíssimo de análise sobre como os sujeitos negros que não contam com uma rede de apoio que tenha consciência deste processo, podem desenvolver um sentimento de não pertencimento ao seu grupo social, assim como perceber os preconceitos e vivências de racismo como sendo algo puramente individual.

Outra questão diretamente relacionada à individualização e liquidez dos grupos de referência, é a não percepção da implicação de um coletivo mais amplo nas questões vividas pelas “minorias”, tem-se no imaginário popular e também dentro do meio acadêmico da psicologia, a ideia de que o problema do racismo e da desigualdade racial é um problema dos negros, e que a sua superação passa exclusivamente por este grupo, sem perceber que a escravidão, a extrema desigualdade social que vivemos na modernidade, e a própria ideia de

negro é uma invenção do branco, do europeu, portanto, penso ser de uma perversidade absurda desse grupo étnico pensar que o racismo não é problema seu, sendo demonstrado, muitas vezes, quando um(a) branco(a) se abstém de participar de discussões e ações sobre estas temáticas por não se ver como parte disso, e neste sentido, a professora de psicologia Maria Aparecida Silva Bento é enfática ao afirmar que:

Eles [os brancos] reconhecem as desigualdades raciais, só que não associam essas desigualdades raciais à discriminação e isto é um dos primeiros sintomas da branquitude. Há desigualdades raciais? Há! Há uma carência negra? Há! Isso tem alguma coisa a ver com o branco? Não! É porque o negro foi escravo, ou seja, é legado inerte de um passado no qual os brancos parecem ter estado ausentes. (BENTO, 2002, p. 26)

E tomo a liberdade de acrescentar que os brancos não só estiveram presentes neste passado de escravização no Brasil, como foram agentes ativos na manutenção e na elaboração de estratégias de relativização e individualização do racismo. Então, a partir do exposto, vimos que a psicologia nasce em um contexto de surgimento do modo de pensar atual, pautado pela individuação e pela naturalização da desigualdade social e racial; passa a ocupar um papel de normatização de condutas e comportamentos, assim como um papel de relativização de opressões coletivas a partir da individualização destas; para perceber como, a partir da ideologia do neoliberalismo e do branqueamento no Brasil, a psicologia se insere neste contexto a partir deste lugar ao lado das elites privilegiadas, ao tratar o racismo e os sofrimentos advindos deste como sendo um problema da população que passa por isso, fazendo com que, muitas vezes, os sujeitos negros com pele mais clara não se enxerguem como pertencentes à população negra, abrindo brechas/rachaduras no senso de pertencimento dos diferentes sujeitos negros com sua ancestralidade.

2.2 UNIVERSIDADE, RACISMO E MERITOCRACIA

Desde pequeno eu sabia que era diferente do normal, ou do padrão. Quando criança, muitas vezes, eu passava por algumas situações que me deixavam desconfortável, e que eu não sabia nomeá-las, então, simplesmente achava que era algo comigo. Sempre fui chamado de “negão, negrinho, moreninho, pretinho” no colégio e nos outros círculos sociais que frequentei, mas - creio que por ter a pele um pouco mais clara do que as pessoas que eu identificava como sendo negras - eu achava que eram brincadeiras dos meus colegas, um modo de me apelidar, por assim dizer. E nessas situações, algumas de racismo - hoje reconheço - que passei durante a infância, sempre que eu trazia para minha família me diziam que era “coisa da minha cabeça, que eu era complexado”, porém, em contato com colegas e amigos negros que eu tinha durante

esta época, eu via que muitas dessas situações se repetiam com eles também, mas eu também acabava deixando para lá, relevando, também por não querer pensar muito nisso naquela época. Mas no ano de 2012, quando mudou a política de cotas para a entrada na UFRGS, e foram criados quatro modalidades de ingresso³ (tendo eu ingressado pela modalidade egresso de escola pública, autodeclarado PPI), foi a primeira vez que me vi realmente como sujeito negro, já que antes eu sabia disso, mas não fazia questão de me autodeclarar, porque, enfim, por ter a pele um pouco mais clara eu imaginava que tinha alguma vantagem em não me definir como sendo negro (mas também sempre tive a certeza de que eu não era branco, ou “normal” como pensava àquela época).

E foi a partir desse momento que comecei a me interessar por essa temática, porque também, quando fiz um curso pré-vestibular (minha mãe fez grande esforço para me colocar lá, já que meu irmão mais velho também tinha feito e tinha ingressado na UFRGS, doze anos antes), eu tive um professor de história e filosofia que ajudou a me sensibilizar para a temática racial e da desigualdade social no Brasil, e que deu início ao processo de me ver como sujeito negro, pois como afirma Neuza Souza Santos:

A inexistência de barreiras de cor e de segregação racial - baluartes da democracia racial - associada à ideologia do branqueamento, resultava num crescente desestímulo à solidariedade do negro que percebia seu grupo de origem como referência negativa, lugar de onde teria que escapar para realizar, individualmente, as expectativas de mobilidade vertical ascendente. O caráter individualista da ascensão era coerente com as prédicas da democracia racial que colocava ênfase na capacidade individual como responsável pela efetivação do projeto. (SOUZA, 1983, p. 22)

E com o estímulo deste professor, passei a me identificar como sendo negro e comecei a estudar mais sobre esta questão, juntamente com o interesse pelos estudos sobre desigualdade social, mas ainda tudo de forma bastante embrionária. Então, com a entrada no curso de psicologia, a partir da matrícula e das aulas trotes foi que este estudo foi se aprofundando e foi se fazendo parte da minha vida.

Creio que para muitos alunos cotistas, tanto negros quanto brancos, a aula trote (uma espécie de aula de mentira, dada por um aluno veterano, com certo exagero e um tipo de caricatura da universidade) é um marco da entrada nesta instituição branca e racista que é a UFRGS. E para mim não foi diferente. Nesta primeira aula do curso de psicologia, um aluno mais velho, da turma dos veteranos, entrou na sala de aula e começou a passar uma lista de

³ Diferenciadas, àquela época, como sendo dos tipos Ra, Rb, Rc e Rd, sendo: egresso de escola pública, egresso de escola pública autodeclarado PPI (Preto, Pardo ou Indígena), egresso de escola pública com renda inferior a 1,5 salários mínimos per capita e, egresso de escola pública com renda inferior autodeclarado PPI, respectivamente.

leituras obrigatórias para a disciplina, um número ridiculamente alto de livros - e todos em alemão, inglês e francês -, e afirmava que quem não fosse fluente em inglês não poderia fazer aquela disciplina, entre outras obrigações que não me recordo mais. Lembro que em certa hora eu já tinha percebido que era brincadeira (acho que porque em um momento o “professor” não se controlou e acabou rindo), porém esta experiência também já serviu para dar uma amostra de que, por mais exagerado que tenha sido, ainda tinha algo de verdade ali, e que já serviria como prenúncio sobre o que eu e mais outros alunos cotistas passaríamos nesta instituição.

Lembro bastante desta primeira semana no curso, porque acho que foi um tempo marcante dessa nova etapa que estava se iniciando. Depois dessa aula trote, os nossos veteranos nos chamaram para ir ao pátio para o trote propriamente dito. Eu tinha certo receio sobre esse momento, um receio misturado com curiosidade e antipatia, pois naquele momento eu via aquilo como algo desnecessário, e que iria servir como uma marcação dos nossos corpos para o resto da cidade, já que ao ver aquelas pessoas todas sujas de tinta e de farinha e outras coisas, a maioria das pessoas já reconheciam que se tratava de *bixos* da UFRGS, algo que eu tinha certo receio de mostrar por medo de querer marcar uma diferença em relação aos outros; mas também, lembro que fiquei receoso com esses trotes porque como eu voltaria de ônibus depois, de certa forma isso iria incomodar as pessoas que estavam dividindo o transporte coletivo comigo, além de parecer, àquela época, uma grande “pagação de vale” para todos meus vizinhos. E com isso, eu participei somente do primeiro dia de trote, e a partir do segundo dia que já conheci, e passei a frequentar, o Diretório Acadêmico da Psicologia (DAP), que foi um lugar marcante na minha trajetória na graduação.

O que inicialmente era uma brincadeira na aula trote: a obrigatoriedade de comprar um livro para cada disciplina, ser fluente em inglês e francês, as altas exigências para todos os alunos sem levar em consideração as diferenças entre os mesmos, enfim, a meritocracia cega que apareceu já neste aula trote, foi se mostrando regra no decorrer da graduação, ocasionando diversas dificuldades e sofrimento para os alunos cotistas, principalmente os cotistas negros, ainda que afete a todos de maneira geral⁴.

Segundo dicionário Michaelis de língua portuguesa, meritocracia é uma forma de administração cujos cargos são conquistados segundo o merecimento, em que há o predomínio do conhecimento e da competência (MERITOCRACIA, 2018). Porém, em matéria veiculada

⁴ Assim como para alunos não cotistas como temos visto nas diversas rodas de conversa sobre sofrimento e pressão na academia que têm aparecido atualmente, mas neste trabalho me propus a abordar muitas das vivências passadas nestes seis anos de graduação, portanto não vou me ater muito ao que tem acontecido na atualidade, por mais que hoje podemos ver reflexos do que vem sendo abordado neste escrito.

no Jornal Nexo, o jornalista Camilo Rocha (2007) afirma que este termo foi criado pelo sociólogo britânico Michael Young no livro “The Rise of Meritocracy” (A Ascensão da Meritocracia, em tradução livre), no ano de 1958, que de forma satírica, descreve uma sociedade distópica do futuro em que se consolida uma elite baseada em resultados de testes de QI padronizados, então, como apenas aqueles com acesso a boas escolas conseguem ir bem nos testes, a “meritocracia” da história apenas perpetua o desequilíbrio social. E para ele,

A intenção de Young era criticar o sistema educacional britânico de sua época, baseado em um modelo similar de testes de inteligência, que todas as crianças do país deveriam fazer em certas fases da vida escolar. A aprovação ou não nesses testes, em vigor no país até o fim da década de 1980, costumava ser determinante para o futuro profissional dos estudantes. (ROCHA, 2017)

Porém, este termo tem sido utilizado pelos políticos e pelas elites como um conceito válido para individualizar e naturalizar a desigualdade socioeconômica e a concentração de renda por parte dos mais ricos. Então, segundo este conceito, a partir da meritocracia quem se esforçar mais, quem tiver mais mérito, deve ocupar os melhores lugares na sociedade.

Até aqui vimos neste trabalho como o Brasil é um país que se formou em cima da escravização e do genocídio dos povos nativos e dos negros africanos, formando uma acumulação de riqueza nas mãos de poucos favorecidos pela nobreza portuguesa (e posteriormente brasileira, a partir da “independência”), acumulação essa advinda dos trabalhos forçados destes povos escravizados. Portanto, podemos perceber o quão “meritocrática” foi a fundação e a consolidação da desigualdade socioeconômica no Brasil, fazendo com que qualquer tentativa de justificação de acumulação de riqueza por meio da meritocracia seja vazia - a não ser que consideremos como mérito o extermínio dos povos nativos e a escravização dos negros africanos, além do desenvolvimento de tecnologias que possibilitaram - e ainda possibilitam - a dominação destes por essa nobreza/aristocracia. Além disso, pensando na atualidade, é de amplo conhecimento que o Brasil está entre os cinco países mais desiguais do mundo⁵, ou ainda, que o Brasil tem a maior concentração de renda do mundo entre o 1% mais ricos⁶, portanto, tendo em vista o conceito de meritocracia como é costumeiramente apresentado, quanto mais condições econômicas e sociais a pessoa tem ao nascer, maior a probabilidade desta de acessar as melhores escolas, o melhor transporte, os melhores serviços, os melhores hospitais, enfim, mais condições de manter essa posição e de acessar e se manter

⁵ “Brasil está entre os cinco países mais desiguais do mundo, diz estudo centro da ONU”: (<https://nacoesunidas.org/brasil-esta-entre-os-cinco-paises-mais-desiguais-diz-estudo-de-centro-da-onu/>)

⁶ “Brasil tem maior concentração de renda do mundo entre 1% mais ricos”: (https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/13/internacional/1513193348_895757.html)

na universidade, assim como aos melhores empregos e cargos, etc. Portanto, ao pensarmos na minha trajetória dentro da UFRGS, e mais especificamente dentro do Instituto de Psicologia (curso marcado por ser um dos mais elitistas da UFRGS, atrás somente do Direito, da Medicina e de algumas engenharias), devemos ter em mente que, em uma sociedade capitalista marcada pela desigualdade econômica, social e racial como é o Brasil, os alunos cotistas negros têm piores condições de possibilidade para se manter na universidade e de concluir a graduação, em comparação com os outros alunos que já vêm dos estratos sociais mais elevados da cidade de Porto Alegre, senão do estado do Rio Grande do Sul, como é o caso de muitos dos alunos do curso de Psicologia da UFRGS.

Com tudo isso em vista, a partir da minha entrada na UFRGS fui conhecendo mais um pouco deste universo baseado na meritocracia, que é o Ensino Superior no Brasil. Não que nos ensinos fundamental e médio a ideia de meritocracia não exista, porém, por ter um nivelamento econômico maior dentro das escolas públicas - onde fiz uma parte do ensino fundamental e todo ensino médio - as diferenças de condições de vida não se mostravam tão acentuadas, portanto a ideia de meritocracia não parecia tão absurda assim (por mais que eu acredite que este modelo é extremamente ultrapassado e desigual em qualquer contexto, por não levar em conta as singularidades e as diferentes conformações sociais onde as pessoas estão inseridas, assim como por se pautar na competição e na individualidade, ao invés de pensar em socializar as dificuldades e ultrapassá-las coletivamente).

Assim, a partir desse início de graduação no curso de psicologia, fui entrando em contato com essa ideia de meritocracia e os ritos e tradições advindas desta no contexto universitário. Então, no segundo semestre, quando eu estava começando a me identificar mais com o Departamento de Psicologia Social e Institucional, fui reprovado na disciplina de Pesquisa em Psicologia a partir do que enxergo como tratamento desigual que se dá entre os estudantes cotistas e não-cotistas neste curso. Lembro que neste primeiro ano eu ouvia bastante dos alunos mais velhos que ninguém “rodava” no curso de Psicologia, que o curso era muito fácil e que os professores também tinham uma visão mais ampla sobre a educação, e por isso ao perceberem que um aluno tinha dificuldades eles davam um apoio maior para ele. Porém, no meu caso - e com o passar do tempo fui percebendo que não era bem só no “meu” caso -, eu fui reprovado no segundo semestre do curso, logo no início, quando ainda estava me acostumando a este ambiente marcado por essas características excludentes.

Realmente, eu não tinha gostado daquela disciplina, pensava ser positivista/cientificista demais, indo ao encontro da visão de psicologia que eu já vinha (des)construindo àquela época, e por isso eu não estudei muito para as provas, não dei muita importância para ela, afinal,

“ninguém roda na psicologia”. No entanto, depois da segunda prova, o mestrando que ministrava grande parte das aulas e as avaliações, enviou-nos por e-mail as notas desta segunda prova e instruiu-nos a somar com a nota da primeira e assim ver se tínhamos ficado em recuperação. Acontece que eu não tinha a nota da primeira prova, e após inúmeras tentativas de contato por e-mail com os professores, pensei que estes iriam me avisar caso eu ficasse em recuperação, porém, para minha surpresa, ao abrir o Portal do Aluno para conferir os conceitos daquele semestre, estava lá o conceito “D”, que significa reprovação por insuficiência de nota. E naquele momento a raiva e a insatisfação tomaram conta de mim, afinal, por que nem o professor da disciplina tampouco o mestrando que estava a cargo desta me avisaram? Os professores não ajudavam os alunos com dificuldades ao longo do semestre como os alunos mais velhos disseram-me diversas vezes? Teria sido eu considerado, por minha aparência, roupas, estilo de falar, um aluno do qual seria esperada a atitude do abandono da cadeira? Teria tal contexto justificado, ou ao menos tornado mais aceitável aos olhos dos professores em questão minha ausência na recuperação? A partir daí, percebi que muitos dos discursos reproduzidos neste curso servem somente a algumas pessoas, aquelas que ocupam a universidade desde antes da política de cotas, aqueles que aparecem nos quadros antigos de formandos dos cursos tradicionais, ou seja, os alunos brancos e que vinham das melhores escolas particulares, ironicamente os que têm maiores condições e preparação para a universidade, denotando a perversidade e o propósito de manutenção da desigualdade proposto pela falsa ideia de meritocracia. De agora em diante, podemos pensar o quanto, no imaginário social incluindo-se aí os “intelectuais” da Academia, os sujeitos negros são percebidos como indolentes, desinteressados e indignos de qualquer aposta/investimento pedagógico, não dando aos cotistas as mesmas condições dadas aos alunos não-cotistas, indo, portanto, completamente ao oposto do que podemos chamar agora de *ideologia* da meritocracia, até porque, como já vimos anteriormente, tal termo é comumente utilizado só no nível dos discursos de legitimação das desigualdades, tendo sido explicitado aqui os meios pelos quais tal legitimação tem sido feita.

Ainda sobre meritocracia, o professor Silvio de Almeida, ao falar sobre a relação entre racismo e ideologia, nos traz uma excelente síntese da relação entre racismo e meritocracia na sociedade contemporânea, pois para ele: “[...] a soma do racismo histórico e da meritocracia permite que a desigualdade racial vivenciada na forma de pobreza, desemprego e privação material seja entendida como *falta de mérito* dos indivíduos.” (ALMEIDA, 2018, p. 62. Grifos do autor). Portanto, nada mais cínico do que utilizar-se da ideia de meritocracia, quando não se

dá condições adequadas de permanência aos alunos cotistas, sobretudo os negros, que já largam atrás nessa corrida acadêmica, inviabilizando essa ideia de igualdade de condições.

Além disso, podemos já vislumbrar um exemplo, dentre vários outros, do que pretendo elucidar melhor ao longo deste trabalho, que é o conceito de racismo institucional, sendo visível em diversos pontos desta última passagem; no entanto, um ponto que eu penso ser importante nomear é que o mestrando citado era também um sujeito negro como os outros alunos cotistas pretos e pardos. Porém, como veremos a seguir, o racismo institucional tem, entre tantos outros efeitos, o poder de causar a desunião, a falta de solidariedade dos sujeitos negros que se vem em posições sociais, ou de hierarquia/poder, diferentes.

3. RACISMO INSTITUCIONAL E ESTRUTURAL

3.1 RACISMO INSTITUCIONAL E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Ainda ao ingressar na UFRGS, lembro que muitos professores falavam em aula sobre a importância de entrarmos em um grupo de pesquisa logo no começo da graduação. Lembro que naquele momento não me despertava muito interesse pela pesquisa em psicologia (pelo menos entre as que eu conhecia algo), e não me dispus (um pouco por um misto de receio e vergonha) muito a conversar com algum professor que me dava aula para perguntar sobre a possibilidade de uma bolsa, ainda que, logo ao entrar na universidade, umas das questões que mais tomaram foi sobre como me manter naquele espaço. Logo no primeiro semestre, a gente quer mostrar serviço, pegar todos os textos para todas as disciplinas, além do custo com alimentação e outras necessidades. Então, desde que ingressei na UFRGS, comecei a procurar alguma bolsa, algo para que eu pudesse dar uma ajuda à minha mãe (não tendo que depender dela para tudo), e então busquei saber com os outros estudantes mais velhos o que eles faziam para se manter. Conversando com o pessoal, descobri que existiam basicamente duas modalidades de bolsas, as bolsas de pesquisa, extensão e monitoria; e as administrativas (também chamadas bolsas trabalho/PRAE). Portanto, deveria escolher uma dessas mas tendo em mente que: na maioria dos grupos de pesquisa as bolsas já estavam sendo ocupadas por estudantes mais velhos, e se teria que começar como voluntário para quem sabe um dia conseguir a bolsa de quatrocentos reais; nos projetos de extensão, em grande parte, era necessário se deslocar pela cidade - o que significava mais gastos com transporte e alimentação; e que as bolsas de monitoria não podiam ser ocupadas por alunos do primeiro semestre. Com estas informações, lembro que ficou bastante fácil pensar em qual seria o caminho a seguir. Tomaria uma bolsa administrativa, afinal, já fiz trabalho voluntário durante o pré-vestibular em um setor administrativo de uma instituição educativa, então já estava familiarizado com este tipo de trabalho. Por fim, só para desengano de consciência, perguntei para alguns professores que me deram aula neste primeiro ano se algum deles tinha uma bolsa de pesquisa, e todos disseram-me que não tinham, mas que eu poderia entrar como voluntário, o que, naquele momento, realmente não era possível para mim. Precisava de alguma coisa imediatamente para aquele período.

Então, certo dia, conversando com outros alunos no DAP, uma colega me informou que existia um local, no Portal do Aluno da UFRGS, chamado Mural de Bolsas, e que lá estavam listadas todas as bolsas administrativas disponíveis, com o contato da pessoa para mandarmos

o currículo. Procurei por uma bolsa no Campus Saúde, tendo em vista que já faço um bom deslocamento de casa para a faculdade, portanto ter de fazer a bolsa em um Campus diferente ficaria bem mais complicado. Por fim, achei uma bolsa na Faculdade de Medicina, junto à Secretaria Geral, e enviei meu currículo, junto do histórico do curso. Neste momento, lembro de ter ficado bastante nervoso, ao lembrar uma etapa da minha vida onde passei por essa mesma situação, de enviar currículos a fim de uma oportunidade de trabalho, que foi durante o Ensino Médio, inicialmente procurando estágio e posteriormente, logo antes de terminá-lo, procurando um emprego efetivamente. Não consegui nem o estágio, nem o emprego. Lembro que sempre que pediam foto nos currículos, eu já sabia que não seria chamado para a entrevista, e em todas as entrevistas que fui - e não foram poucas - de alguma forma, por mais que eu fizesse tudo certinho como minha família e amigos ensinavam, eu nunca fui chamado para outras etapas. Naquela época eu fiquei com essa dúvida sobre o porquê de nunca ser chamado para estes estágios, já que muitas das minhas colegas, e alguns poucos meninos, conseguiam estágio para ter algum tipo de renda no Ensino Médio. Posteriormente, conversando com outros colegas negros, descobri que isso também era uma das constantes entre nós: de ter feito diversas tentativas de conseguir um estágio durante o Ensino Médio, e nunca conseguindo, sendo ainda mais comum o fato de que, ao pedir foto 3x4 no currículo, daí sim que nunca nem eram chamados para entrevistas. E nessa constância conseguimos enxergar o que chamam de Racismo Institucional, que é um conceito, definido pelos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967, que visa especificar como se manifesta o racismo nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições. Para eles, “trata-se da falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica”. (CARMICHAEL & HAMILTON, 1967, p. 4) Já atualmente, pensando em uma conceituação feita por uma brasileira, o racismo institucional também é definido por Jurema Werneck como “um modo de subordinar o direito e a democracia às necessidades do racismo, fazendo com que os primeiros inexistam ou existam de forma precária, diante de barreiras interpostas na vivência dos grupos e indivíduos aprisionados pelos esquemas de subordinação desse último” (WERNECK, 2013).

E além disso, podemos pensar o racismo institucional e suas causas, utilizando-se da conceituação proposta por Lopéz (2012), que vai chamar de “processo de construção ideológica do Brasil”, quando se começa a construção da ideologia de branqueamento que estava intimamente ligada ao racismo biológico, partindo da ideia do Brasil como uma nação “mestiça”, que tomou força no meio do Estado no séc. XIX, e que tal ideologia

[...] sustenta-se no fato de que teria ocorrido uma fusão “harmônica” de raças e culturas, denominada, posteriormente, de ‘democracia racial’. Esta idealização esconde que a ‘harmonia racial’ tinha como pressuposto a manutenção das hierarquias raciais vigentes no país, na qual o segmento branco da população foi tido como principal e dominante, constituindo o ideal a ser alcançado pela nação, ao menos em termos comportamentais e morais. O mestiço foi elevado à condição de símbolo nacional, representando tanto a ‘harmonia racial’ quanto a possibilidade de embranquecimento da nação. (LOPÉZ, 2012, p. 122-3)

Pode-se pensar o quanto no Brasil o racismo institucional vai completamente ao encontro do projeto de manutenção dos privilégios pelos brancos, a partir da ideia cínica de democracia racial, que é algo que se presentifica até hoje em algumas discussões, e que se sustenta no fato de não ter havido no pós-abolição nenhuma lei semelhante ao *Apartheid*, ou ao regime de racismo explícito segregacionista que se deu nos Estados Unidos, o que dificulta em certa medida a identificação - no Brasil - do que chamamos de racismo institucional, tendo em vista o caráter velado e dissimulado da dinâmica racista que se apresenta aqui, diferentemente desses outros lugares que expus acima, que se apresentam de forma mais assertiva/agressiva a partir de legislações que limitam o acesso de não-brancos a diversos serviços e aos direitos humanos fundamentais. Porém, certa vez entrei em contato com um exercício bastante prático, apresentado por Souza e Antero (2013), no site Pragmatismo Político, e que pode servir muito bem para identificarmos o racismo institucional no Brasil mais facilmente, e se chama “teste do pescoço”, e que consiste, basicamente, em procurar identificar, dentro dos mais variados espaços de trabalho e poder, onde e como são divididos, nestes espaços, os cargos ocupados por pessoas brancas e por pessoas negras, servindo para demonstrar o quanto a divisão dos espaços de trabalho por raça no Brasil é algo muito presente e disseminado, já que em quase todos os lugares, os negros (e principalmente as mulheres negras) ocupam os lugares de menor prestígio ou de subordinação, enquanto os brancos costumam ocupar os cargos de maior prestígio e de mando. E entre os exemplos destacados neste site, destaco os seguintes, que nos ajudam a vislumbrar, a partir de um exercício prático, as diferenças institucionais que existem entre negros e brancos, demonstrando a existência do racismo institucional:

Andando pelas ruas, meta o pescoço dentro das joalherias e conte quantos negros/as são balconistas; vá às universidades públicas, enfie o pescoço adentro e conte quantos negros há por lá: professores, alunos e serviçais; Meta o pescoço nas cadeias, nos orfanatos, nas casas de correção para menores, conte quantos são brancos, é mais fácil; Enfiar o pescoço dentro das instituições bancárias e contar quantos negros são gerentes, quantos são caixas e quantos são faxineiros. (SOUZA & ANTERO, 2013)

Acho difícil pensarmos em qual destes é o pior: o racismo dos EUA e o do Brasil, tendo em vista que continuam produzindo efeitos até a atualidade. Mas, puxando um pouco a “brasa para o nosso lado”, podemos pensar que o modo como o racismo brasileiro, escondido atrás do

manto da democracia racial, se faz presente em todos os lugares e instituições, de forma velada e cruel, também serve para destruir qualquer noção de unidade entre as pessoas negras, elencando, a partir da diferença de tons de pele dos negros, diferenças no modo como estes sujeitos negros vão viver o racismo institucional no país.

Então, a partir do entendimento desta constância de negativas, proporcionado desde os espaços coletivos de compartilhamento de experiências na universidade, como sendo um exemplo do racismo institucional operando, fez com que eu tivesse ideia do porquê das mesmas, e que eu passasse a desenvolver estratégias para a superação disso, quando possível, obviamente. Sendo assim, depois de ter enviado meu currículo para a administração da Faculdade de Medicina, nervoso justificadamente, recebi um e-mail convidando-me para uma entrevista (não pediram foto no currículo desta vez). Chegando lá fui bem recebido pela pessoa que seria minha chefe, a Ana Maria, e, para minha surpresa, depois de uma conversa inicial sobre meus horários e depois dela me contar que estava há 35 anos trabalhando ali, fui aceito para esta bolsa, o lugar que eu ficaria quase quatro anos, e onde eu e mais outros alunos negros, bolsistas também, passamos por mais algumas situações de racismo na UFRGS, tendo eu iniciado a bolsa naquele mesmo dia. Naquele que seria minha primeira fonte de renda oficial, que não fosse fazendo bicos, um primeiro “trabalho”, e dando mais um alívio para as preocupações que me acompanhavam naquele começo de graduação. No entanto, o racismo institucional vai muito além disso, tendo em vista que perpassa todos os lugares e organizações que de certa forma atendem as pessoas negras ou pelos quais elas passam, sendo, inclusive, parte do próprio Instituto de Psicologia, onde muitas pessoas negras relataram ao longo destes anos de graduação situações disparadas por este tipo de racismo, mas que também extrapolam-no. No entanto, mais recentemente, entrei em contato com outro conceito que perpassa o racismo institucional, que é o conceito de racismo estrutural proposto pelo intelectual Silvio de Almeida, que vai pensar o racismo institucional como mais um reflexo das dinâmicas racistas que se apresentam na nossa sociedade, apresentando a noção de estrutura para afirmar que o racismo faz parte do modo como nossa sociedade se estruturou, sendo o racismo institucional mais um meio pelo qual o racismo se expressa.

3.2 O RACISMO ESTRUTURAL

Então, conforme exposto acima, o professor de Direito Silvio de Almeida inaugura um conceito que é bastante importante quando tentamos entender os modos pelos quais o racismo se manifesta no Brasil. Como ele diz,

A tese central é a de que o *racismo é sempre estrutural*, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. [...] O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. De tal sorte, todas as outras classificações [entre elas o racismo institucional] são apenas modos parciais - e, portanto, incompletos - de conceber o racismo. [...] as expressões do racismo no cotidiano, seja nas relações interpessoais, seja na dinâmica das instituições, são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade. (ALMEIDA, 2018, p. 16. Grifos do autor)

Com isso, a partir da ideia de sociedade que temos hoje no Brasil, o racismo, a diferenciação das pessoas pela cor da pele, faz parte dessa estrutura societária que temos montada atualmente, e ainda, não só faz parte como serve para a manutenção da mesma. E neste sentido, o autor vai ao encontro do que expus anteriormente neste trabalho, que é a re(l)ação que a psicologia e a sociedade em geral tem com o racismo, que é uma relação patologizante, ou seja, não entende-se o racismo como conjuntural, mas sim como algo isolado, algo que se dá a nível individual, por pessoas “desajustadas”. Isso dito, novamente, trago o pensamento deste professor para esmiuçar mais esta questão, já que, para ele:

O que a noção de racismo estrutural coloca, é que o racismo não é algo anormal, mas sim normal. Normal não como algo que devemos aceitar, porque o racismo, independente da gente aceitar ou não, ele constitui as relações no seu padrão de normalidade, ou seja, o racismo (parafrazeando Laval e Dardot, que dizem que o neoliberalismo é uma forma de racionalidade) é uma forma de racionalidade, é uma forma de normalização, de compreensão das relações; o racismo não só constitui as ações conscientes, mas também constitui o que chamamos de inconsciente. (ALMEIDA, 2016.)

Portanto, ao pensarmos em como o racismo tem se manifestado no Brasil, e como ele tem sido parte inerente das nossas relações sociais, a ideia de racismo estrutural proposta pelo professor Silvio de Almeida é bastante importante nesta análise, tendo em vista que inaugura uma nova perspectiva nessa discussão, ao apontar que o modo como nossa sociedade está organizada passa obrigatoriamente pelo racismo. Como o autor aponta, ao falarmos de estrutura vemos o “[...] racismo operando em três dimensões, sem ser esta da patologia, falo de economia, de política e de subjetividade. São esses três pontos que enxergo como estrutura.” (ALMEIDA, 2016) Com isso em mente, podemos perceber como o racismo é tratado comumente como algo de anormal, como uma patologia na nossa sociedade (basta ver como é abordado nos telejornais, nas novelas e nas discussões entre as pessoas), sem perceber - ou intencionalmente omitindo - que existe uma estrutura racista montada na sociedade brasileira - e no mundo globalizado como um todo - que substituiu as políticas de segregação que existiram nos EUA e na África do Sul

por exemplo, já que o modo como essa estrutura foi sendo montada é muito mais abrangente e constitui todas as dimensões sociais. E é por isso que as ações afirmativas são tão importantes nesse país. É por causa dessa estrutura que mantém os negros nos espaços subalternizados, no lugar inconsciente negativo, enfim, por causa dessa estrutura que tem mantido a desigualdade racial no Brasil desde sempre.

E neste sentido, ao pensarmos como essa estrutura racista já está entranhada na nossa sociedade, ou sobre como as pessoas brancas (não) reagem ao testemunhar situações racistas, Silvio de Almeida é bastante didático quando afirma que:

[...] mesmo entre as pessoas que não aceitam essa violência [racista], não há nenhuma ação política efetiva pra se voltar contra isso. Ou seja, nós de alguma maneira naturalizamos a violência contra pessoas negras. A sociedade naturaliza a violência contra pessoas negras. A morte de jovens negros sistematicamente nas periferias não causa choque. O fato de 77% dos jovens assassinados serem negros não causa choque. O próprio encarceramento em massa dos homens negros não causa choque. O fato das pessoas negras frequentarem certos espaços e isso causar espanto, também demonstra o quanto nós naturalizamos a ausência de pessoas negras em outros lugares. (ALMEIDA, 2016)

Por isso, ao questionar e pensar sobre o racismo institucional e como ele opera, é importante pensar também onde ele se insere, ou melhor, como a partir da estrutura racista que é a nossa sociedade hoje o racismo institucional se manifesta, além de ter em mente que não é só com a criação de leis contra o racismo interpessoal (não tirando a importância destas e as lutas que as originaram) que o racismo deixará de existir. Tampouco com a criação de campanhas publicitárias que abordem como o racismo institucional opera - de novo sem questionar a importância dessas, porém ao termos em mente que o racismo faz parte da estrutura social que vivemos atualmente e procurarmos meios e formas de superá-lo ao mudar o modo como a sociedade se configura, podemos vislumbrar algum caminho a ser seguido para a superação do racismo.

E entre estes outros exemplos de racismo institucional e estrutural, podemos pensar que outros casos de diferenciação entre os alunos cotistas e não-cotistas que apresentei anteriormente também se encaixam nestes conceitos, que são bastante amplos, e que fazem parte do modo como o racismo no Brasil se tornou algo espreado em todos os níveis e ambientes de relações sociais do país, efetivamente moldando nosso modelo de relações de poder. Então, ainda sobre o racismo institucional, no Brasil foi criado, em 2005, o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), e que definiu o racismo institucional como:

[...] o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o

racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. (CRI, 2006, p.22)

Portanto, com mais essa definição sobre este conceito, podemos pensar que as diferenças de tratamento entre os alunos brancos e não-brancos, a partir das discursividades que se notabilizam entre os mesmos, assim como entre os professores do Instituto de Psicologia, são exemplos do racismo institucional e como tal devem ser combatidas dentro desta instituição de ensino. Instituição esta que rotineiramente se gaba por estar entre as melhores universidades do Brasil, mas que ainda hoje trata seus alunos e funcionários de forma diferente, produzindo sofrimento, desistências entre outras consequências.

3.3 O SEGURANÇA E NÓS

Com isso, a partir do elencamento dos diversos conceitos de racismo institucional e como eles operaram e operam na realidade brasileira, além de apresentarmos a noção de racismo estrutural como componente fundamental da nossa sociedade, podemos pensar também que, servindo-se das experiências relatadas de diferenciações entre alunos brancos e não-brancos dentro do Instituto de Psicologia, existe um tipo entre essas que é a que considero uma das mais letais e perigosas para o povo negro, que é consonante com a ideia de genocídio da população negra no Brasil, e que foi pensada a partir dos diversos Atlas da Violência que têm sido produzidos anualmente no Brasil e que apontam a predominância de homens e mulheres negros, jovens, entre as principais vítimas de mortes violentas no Brasil. Conforme o Atlas da Violência 2017, lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (IPEA, 2017), homens e mulheres negros(as), jovens e de baixa escolaridade são as principais vítimas de mortes violentas no país. Os homens jovens continuam sendo as principais vítimas: mais de 92% dos homicídios acometem essa parcela da população. A população negra corresponde a maioria (78,9%) dos indivíduos com mais chances de serem vítimas de homicídios. O documento revela ainda que a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. De acordo com informações do Atlas, os negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças, já descontado o efeito da idade, escolaridade, do sexo, estado civil e bairro de residência. E ainda, só em 2015, cerca de 385 mulheres foram assassinadas por dia.

E neste sentido, gostaria de apontar que entre os problemas resultantes do racismo e do racismo institucional especificamente, o que é mais letal à população negra é o “problema” da

segurança. Que é apresentado como um problema dos brancos, que têm, entre as perdas mais comuns relatadas as perdas patrimoniais (assaltos, furtos, extorsões, etc.), mas que essencialmente pode ser vista como um problema maior para os negros, que são frequentemente vistos como ameaças, suspeitos, e que geralmente morrem em decorrência disso, ou ainda, quando não suas vidas não são tiradas pela morte, são tiradas ao serem enviados para as cadeias lotadas, insalubres e sem perspectiva (tampouco vontade por meio da população em geral) de alguma recuperação e retorno ao convívio social, já que, conforme Infopen (levantamento nacional de informações penitenciárias), no ano de 2016, 64%, das 726.712 pessoas presas no Brasil se declarou como sendo negra (pretos e pardos) (INFOPEN, 2016), ainda que esta porcentagem deve ser ainda maior, tendo em vista a dificuldade dos sujeitos negros em se declararem como tais.

A questão da segurança ou falta dela tem sido um assunto constante em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul no últimos anos. Tendo em vista a crise econômica que temos vivido nos últimos anos no contexto latino-americano, assim como - a nível estadual - temos um (des)governo encarnado pela figura do Governador José Ivo Sartori, que aumentou ainda mais esta sensação de insegurança vivenciada pela população em geral, esta questão também se faz presente no Instituto de Psicologia da UFRGS. E é lá que aconteceu a cena que pretendo contar.

Naquele ano, 2017, a situação estava bastante complicada. Semanalmente ouvia-se notícias de assaltos nas imediações do campus saúde, inclusive foi criado um grupo de Whatsapp chamado: “assaltos campus saúde”, onde se compartilhavam notícias de assalto, assim como descrições dos assaltantes - frequentemente associados à pessoas negras. Tendo isso em mente, certo dia A., ao chegar atrasado para a aula pois teve de ficar um tempo a mais no estágio, chegou no Instituto e, como sempre, atravessou a porta que tem na av. Ramiro Barcelos e passou pela corrente que fica atravessada na mesma. Ao passar por esta corrente, como sempre fez e como todas as pessoas sempre fizeram ao entrar no Instituto, A. encaminhou-se apressado para as escadas pois não tinha tempo para ficar esperando o elevador. Neste momento, ao passar correndo pela portaria e subir o primeiro degrau da escada A. ouve um grito às suas costas: “Ei ei ei negão, aonde tu pensa que vai?”, ao virar-se para ver quem o chamava, A. depara-se com o segurança do prédio (também negro, mais preto que o A. inclusive) e percebe que o mesmo está com a mão na cintura, segurando o revólver. Ao deparar-se com isso, instantaneamente o coração de A. já começou a bater mais forte. Já tinha passado por isso na rua, ao ser abordado pela Brigada Militar com suas armas apontando para ele, porém naquele lugar, no lugar onde ele estudava, aquilo era inédito.

Então, tomado de uma mistura de raiva, medo e apreensão o A. responde: “tô indo pra aula mano, tô atrasado. Mas por que tu tá com a mão na arma?”. Ao passo que o segurança rebate: “tu passou correndo aqui, nem apresentou teu cartão do aluno nem nada...” [uma das medidas de segurança adotada pelas faculdades do campus é a apresentação do cartão de estudante da UFRGS na entrada do prédio, porém após a segunda semana geralmente esta apresentação deixa de ser obrigatória, e acaba que somente as pessoas consideradas “suspeitas” - leia-se homens pretos e pardos - ainda são requisitadas a apresentar este cartão]. Então, A. que já tinha entendido que se tratava de racismo institucional rebate: “olha, eu já venho aqui a cinco anos e isso de pedir o cartão é algo que não acontece muito, ontem mesmo entrei aqui neste prédio sem apresentar nada! Mas pergunto de novo, por que tu tá com a mão na arma?!” Neste momento, percebendo o erro que estava cometendo, o segurança tira a mão de cima da arma e responde: “não tô com a mão na arma, tô com a mão no coldre...” Então, A., já sem paciência, pergunta: “mas e o que tem dentro do coldre? É a arma né? Então tu tava com a mão na arma, e não tem porque disso daí...” Nesse instante, o segurança, visivelmente constrangido, afirma em tom mais comedido: “eu não estava com a mão na arma, estava com a mão no coldre...” Ao mesmo tempo que a porteira (também negra) começa a rir da situação e o A. subiu à aula que estava se encaminhando antes disso. Ao chegar lá, bastante emocionado, ele percebe que os colegas estavam falando justamente sobre a questão da segurança no campus, reclamando dos assaltos, como de costume. Então, após tomar uma pausa para respirar e elaborar o que tinha ocorrido, A. contou toda a situação para a sua turma, ao passo que todos seus colegas - assim como a professora - se mostram incrédulos com essa situação, meio que sem acreditar que o racismo existe e que acontece bem debaixo do nariz deles. E o A. pergunta aos colegas: “algum de vocês já passou por alguma situação parecida aqui no IP?” E muitos respondem negativamente. Ao passo que, então, tendo a confirmação das suas suspeitas, A. exclama: “isso pessoal, é uma expressão do racismo operando nesta instituição, e quando vocês ficam clamando por mais segurança e pela Brigada Militar no campus, o principal efeito colateral vai ser este: o enquadro de pessoas negras, e possivelmente algum mal entendido que pode acabar em tragédia, então pensem bem antes de continuar com esse discursinho de pedir por mais segurança quando o Iphone de vocês for roubado, porque pode acabar muito mal pras pessoas que são constantemente confundidas com assaltantes.” E depois disso, aproveitando-se desta fala, uma outra colega negra do A., a B., ainda acrescenta: “e o segurança que tá ali é negro, vocês percebem o que o racismo institucional faz com as pessoas? Colocando negros contra negros para o benefício de vocês, brancos...”

Seis meses depois, outro caso parecido aconteceu neste Instituto. A C. ingressou neste semestre no curso de Psicologia da UFRGS, entrou por cotas raciais. E como de praxe, no início deste ano iniciaram-se novamente os clamores por mais segurança no campus, muitos alunos que estudavam no campus saúde estavam pensando em realizar um protesto para pedir que a Brigada Militar aumentasse o seu efetivo naquela região, assim como cobrando providências da direção das faculdades para resolver esta situação. Felizmente o tal protesto não saiu, é provável que alguém com senso crítico tenha feito os apontamentos para demonstrar o quão errado era essa mobilização, porém, o clima de insegurança já estava posto. Tendo em vista este clima, e os assaltos que realmente estavam ocorrendo no entorno do campus, o pai da C. (aluna cotista que recém ingressara na UFRGS) começou a buscá-la na saída da sua aula do instituto. Saía do trabalho e ficava dentro do instituto esperando a hora da aula da C. acabar. Ao permanecer dentro do prédio, o pai da C. começou a notar que muitas pessoas olhavam-no com ar de desconfiança, até certo temor, já que ao perceberem-no dentro do prédio muitas vezes guardavam os celulares nas bolsas e ficavam mais próximos do segurança patrimonial do instituto. Ao perceber isso, o pai da C. começou a esperá-la no pátio do instituto (entre a rua e o prédio), porém, com o passar do tempo, essa sensação começou a machucá-lo, já que ele ao sair do seu trabalho (trabalhava na construção civil) muitas vezes saía com as roupas sujas da lida, rasgadas, e então começou também a trocar de roupa no serviço antes de ir buscar sua filha, para que não mais tivessem desconfiança com ele. Entretanto, mesmo ao fazer este esforço a mais, levando outra peça de roupa para que pudesse esperar sua filha sair da aula, muitas vezes, as pessoas que entravam e saíam do prédio continuavam a olhá-lo com desdém e medo, até que certo dia chegou ao limite.

Era um dia nublado. O pai da C. a esperava no pátio do Instituto de Psicologia com a sua roupa do trabalho (não teve tempo de trocar naquele dia). Enquanto esperava, ele observou uma movimentação diferente na entrada do prédio, parecia que as pessoas não queriam sair, estavam todas amontoadas na porta atrás de uma corrente que colocaram para limitar a entrada das pessoas. Ao perceber isso, este senhor, que é negro, percebeu o porquê daquela movimentação diferente, e, naquele mesmo instante, saiu de dentro do prédio um dos seguranças patrimoniais do Instituto, com a mão na cintura, encostando na arma fazendo questão de mostrá-la a este senhor, e inquiriu: “o que tu tanto faz aqui na frente? Tá querendo assaltar alguém? Daqui a pouco vou chamar a brigada!” Vale lembrar que a função destes funcionários terceirizados é zelar pelo patrimônio da Universidade, sendo que eles não têm Poder de polícia, tampouco são servidores que trabalham com a segurança do campus, sua função é essencialmente prevenir roubos ao patrimônio público. Mas então, no mesmo

momento que este segurança abordava seu pai, a C. saiu da aula e estava saindo do prédio para encontrá-lo. Ao deparar-se com essa cena C. encheu-se de raiva, afinal, eles não podem fazer isso com o seu pai, então falou em alto e bom som para todos que estavam à espreita na saída do prédio: “Ele é meu pai, vem aqui me buscar todo dia pelo mesmo motivo que vocês estão aí escondidos no prédio! E está com essa roupa porque saiu do trabalho...” E olhando pro segurança (que neste caso era branco) afirmou: “tu não tem o direito de fazer isso! Meu pai é trabalhador que nem tu e não é obrigado a passar por essa situação.” Então, ao ver o que estava acontecendo, e envergonhado por pensar que tinha causado tudo aquilo, o pai da C. pediu para ir embora, já que, afinal, já tinha passado diversas vezes por aquilo durante sua vida como homem negro, e não via sentido mais na confrontação, já que - para ele - as coisas são desse jeito mesmo. Então foram embora sendo observados pelas pessoas que provavelmente tinham chamado o segurança para dar o enquadro neste senhor.

Depois disso, C. decidiu “colocar a boca no trombone”, fez uma postagem no Facebook denunciando o episódio (postagem que teve alcance muito maior que ela imaginara), e além disso pensou em fazer um intervenção no prédio com os outros estudantes negros do curso de Psicologia, colando nas paredes fotos destes estudantes com seus pais e/ou suas famílias.

3.4 RACISMOS IMPLÍCITOS EM SALA DE AULA

Teve um tempo onde o curso de Psicologia da UFRGS ficou tendo aula em diversos lugares de Porto Alegre. Depois de ter sido transferido do Campus do Vale para o Instituto de Psicologia no Campus Saúde, na época da Ditadura. No final do ano de 2014 houve a queda do reboco do teto de uma das salas do antigo primeiro andar daquele prédio, fazendo com que as aulas fossem canceladas e transferidas para outros lugares emergencialmente - a fim de terminar as avaliações e o semestre. Ficou um clima de incredulidade com o ocorrido, somando-se ao início da obra que se estende até hoje, que teve repercussões diretas no espaço e na acessibilidade do DAP e do próprio instituto. Então, dessa forma acabou o semestre do ano de 2014 para o A., com uma sensação de incerteza, felicidade (pelo semestre ter acabado mais cedo), e encaminhando-se ao seu terceiro ano de graduação, já tendo sido reprovado em duas disciplinas, e tendo também passado por algumas “situações” durante o curso. Naquele último semestre, A. teve que fazer novamente a disciplina de Políticas Públicas, que considera ter sido reprovado injustamente, não podendo matricular-se na disciplina de Ética junto a sua

turma, e atrasando o início do seu estágio básico, tendo, então, ficado separado da turma que tinha ingressado na Universidade - o que em muitos cursos é algo sentido pelos estudantes, mas A. até que tinha gostado disso naquela época, não mudando que, em termos práticos, tinha atrasado em pelo menos um semestre o término do curso. Ele tinha gostado dessa separação pois durante todo primeiro ano de graduação, A. envolvera-se em diversas discussões com seus colegas, discussões sobre racismo e sobre elitismo no ambiente universitário, assim como discussões acaloradas sobre as diferentes perspectivas dentro da Psicologia, e neste processo ele acabou se afastando de grande parte dessa turma que ingressou conjuntamente, fazendo com que esta mudança se apresentasse como uma oportunidade para que ele conhecesse outras pessoas, mudasse um pouco de lugar, ainda que fosse somente em uma disciplina, tendo continuado, ainda, naquele ano a fazer algumas disciplinas com a turma que ingressara no curso.

Então, dessa necessidade de mudar o local das aulas por conta da reforma necessária do prédio do Instituto de Psicologia, todas as disciplinas do currículo de Psicologia foram transferidas para outros locais da cidade de Porto Alegre, sobretudo na região central, fazendo com que os alunos tivessem aulas no Colégio Júlio de Castilhos, o Julinho (na Av. João Pessoa); o Colégio Paula Soares (no centro); o Anexo da Escola de Enfermagem da UFRGS (na av. Princesa Isabel); na Faculdade de Educação da UFRGS, entre outros. Dentre estes locais, A. teve aula em alguns destes, mas o lugar que sem dúvida mais o marcou neste período foi o Colégio Júlio de Castilhos, pois, por ter estudado naquela região durante o Ensino Médio, no Colégio Protásio Alves e no Colégio Estadual Inácio Montanha, A. sempre teve algum contato com os estudantes do Julinho, porém nunca tinha entrado efetivamente naquele espaço, tendo frequentado somente a praça que tem em frente a este algumas vezes. Portanto, inicialmente, A. estava bem empolgado, costumava brincar que estava retornando pra escola pública, que gostaria de ver seus colegas (vindo em grande parte das escolas mais caras da capital) estudando em uma escola pública e vendo como tinha sido a experiência de vida dos alunos cotistas, enfim, por já ter certa familiaridade com o ambiente e pela curiosidade em ver como seus colegas iam se portar naquele lugar, A. iniciava aquele ano letivo bem disposto e com vontade de ir às aulas, ainda que já tivesse sido reprovado em disciplinas naqueles dois primeiros anos de graduação, fazendo com que eventualmente ele pensasse em mudar de curso.

Neste ano A. cursaria duas disciplinas no Julinho. Ainda, uma das disciplinas tinha como responsável um professor bastante respeitado no Instituto de Psicologia, o Z., e de quem A. e sua turma tinham ouvido falar muito no semestre anterior, ouvindo que ele era um

professor muito bom, que dava uma aula boa e completa, que era um dos professores mais antigos da UFRGS, com extensa produção científica e acadêmica, com diversos livros escritos e traduzidos para outros idiomas, enfim, foi vendido como sendo uma pessoa brilhante com a qual teríamos a “oportunidade única” de aprender algo sobre o tema que ele vem pesquisando nos últimos trinta anos. Para surpresa de toda turma, logo na primeira aula este professor não se encontrava na sala, ele mandou uma aluna sua, mestranda da pós-graduação, dar as aulas para ele, pois como ela mesma dissera: “o professor Z. tem coisas mais importantes pra fazer do que dar aulas para a graduação”. Neste dia, A. já percebeu a arriada que seria este semestre, que certamente daria continuidade às discussões que tivera no último semestre com sua turma e professores, com a particularidade de estar em uma escola pública, aumentando ainda mais a prepotência e o elitismo que sua turma e alguns professores expressavam durante as aulas.

Então, A. teve praticamente todas as aulas desta disciplina com esta aluna de mestrado, a X, do renomado professor Z. Durante estas aulas, sempre que possível, X, lembrava os alunos sobre “A aula” que teriam naquele semestre com o seu orientador, que seria uma aula memorável, a melhor aula do semestre, uma oportunidade para os alunos da graduação, uma aula única, um dia que deveríamos valorizar bastante, porque ele não tinha tempo para a graduação. A. e sua turma ficaram grande parte do semestre ouvindo esta ladainha. Em meio às discussões acaloradas vivenciadas nesta disciplina, A. sempre ouvia que um dia teria uma aula com este quase lendário professor Z., já que ainda não tinha aparecido para ministrar aula alguma.

Como se não fosse suficiente a demorada espera que já parecia um experimento social de paciência, ainda ocorriam constantes ridicularizações feitas pela “professora” X., para quem questionasse algum ponto do conteúdo trabalhado; em meio aos insultos que alguns colegas fizeram ao A. e alguns de seus amigos brancos quando tentavam problematizar e relativizar algumas questões do que era passado como algo inquestionável; em meio ao descrédito que A. e alguns de seus colegas com algum senso crítico sofriam ao apontar falhas e até discriminações raciais nos estudos de caso, a X. sempre lembrava-os: “não se esqueçam que tal dia virá o professor Z. para dar a sua aula do semestre. Será a melhor aula do semestre. Não percam porque será uma oportunidade única de aprender com alguém tão renomado”.

E finalmente, certo dia A. e seu amigo I. (negro como ele) chegaram à aula atrasados. Um deles tinha ido fazer as impressões de um trabalho para outra disciplina, enquanto esperava o outro que tinha pego um ônibus que estragou no meio do caminho, o que ocasionou com que chegassem atrasados à aula naquele dia. Encontraram-se em um local para imprimir

os trabalhos na redondeza do Julinho, e entraram no prédio a fim de ingressar na aula, com cerca de quarenta minutos de atraso. Chegando na sala de aula, entram e veem que estavam todos quietos olhando para a tela de projeção, sendo que quem apresentava os slides era um homem mais velho, nunca visto, e que posteriormente perceberam ser o ilustre professor Z.. No momento que eles entram em sala, todos ficam em silêncio, colegas, professor e a X.. E então, vão até as classes do fundo e sentam-se para enfim assistir à aula. No mesmo instante que A. e I. sentam-se aos seus lugares, o professor Z. volta a falar, em tom de ironia: “como estávamos falando, vocês podem ver que o atraso pode ser visto como falta de ética...” E lançou o olhar sobre o A. e o I. perguntando, agressivamente: “vocês entenderam o que eu tô falando?” Ao passo que um deles responde: “não, não entendemos, chegamos atrasados na real...” E o professor então os repreendeu energicamente, dizendo: “claro que vocês não sabem né! Vocês chegaram atrasados mesmo, é um desrespeito comigo e com a turma! Vocês atrapalham a aula e me atrapalham ao chegarem atrasados e passando no meio de todo mundo!” Ao mesmo tempo que praticamente toda a turma olhava-os com olhar de raiva, uma expressão de concordância com o que foi dito pelo professor. A turma e a X., que olhava também com uma expressão carregada de um misto de vergonha, desdém e raiva.

A. e I. olham a tudo isso, a toda essa cena ridícula montada em frente a eles - bem parecida com outras que vivenciaram no ensino médio -, com incredulidade e raiva também. Se formou uma relação de animosidade a partir do que foi dito pelo renomado professor, pois durante estes dois anos de graduação do A., três para o I., eles chegaram algumas vezes atrasados em aula mas nunca nada daquilo tinha acontecido com eles, nem perto disso. Alguma ou outra vez alguma professora ou um professor falaram algo, porém nunca com tanta raiva, desrespeito e arrogância. E então o outro deles responde, ainda incrédulo frente ao ocorrido: “é óbvio que não tem como a gente saber, a gente tava imprimindo um trabalho... mas não precisava ter feito isso... palhaçada na real...” E então o professor vira para frente com ar de irritação e volta a ler os slides que estavam sendo projetados na tela. Enquanto uma das colegas de turma olha para trás, e começa a rir apontando para o A., enquanto ele - ainda impactado pelo ocorrido - só consegue olhar pra ela e fazer uma expressão de incredulidade e do quão ridícula tinha sido a cena toda e a cena que ela ainda estava fazendo.

O renomado professor continua sua leitura de slides sobre o tema que ele é especialista, dando uma “aula” que qualquer pessoa saberia dar, lendo somente os textos da apresentação de slides. A turma, quase em sua totalidade, olha com admiração o professor que fala sobre como se deve tratar eticamente um sujeito dentro do tema da disciplina, e, quinze minutos depois da cena, entra uma aluna - branca - e que simplesmente senta-se em seu lugar, pega

seu caderno e começa a prestar atenção à aula. Enquanto o professor continua sua explicação, sequer olha-a, e a turma continua suas anotações.

E a partir dessa narrativa: uma repreensão dirigida somente aos alunos negros da turma, vivência que certamente outros alunos cotistas já passaram nas suas graduações na UFRGS, podemos repensar um pouco sobre o que expus anteriormente sobre a ideologia da meritocracia aliada ao racismo institucional como forma de impossibilitar a permanência dos alunos cotistas, principalmente os negros e indígenas, nas instituições de ensino superior públicas. Neste sentido, quando aponto que a meritocracia é utilizada como uma desculpa para esconder as diferentes oportunidades que são ofertadas aos sujeitos brancos e negros na UFRGS, esta narrativa pode servir para visibilizar e colocar em questão os efeitos destes padrões duplos de tratamento que são oferecidas aos alunos, já que, como pode-se perceber ao final da escrita, quando entrou uma outra colega branca na aula, mais atrasada que os alunos negros que passaram pela situação vexatória retratada, e que não foi repreendida de modo algum, tendo, inclusive (se me lembro bem) feito algumas perguntas e sendo prontamente respondida pelo professor. Pode-se argumentar que talvez não tenha sido uma repreensão com motivação racista, afinal, por mais que eu enxergue como legítimo, os alunos negros que passaram por aquela situação questionaram bastante os conteúdos trabalhados em aula, e possivelmente a mestrandia já avisara ao professor com antecedência quem eram os alunos que “perturbavam a sua aula” - como ela costumava dizer quando questionada sobre algo. Porém, como também é explicitado na narrativa, entre os alunos que contestavam os critérios adotados na disciplina assim como alguns dos conteúdos trabalhados, tinham também alunos brancos, e pelo que me lembre nenhum deles passou por alguma situação parecida, tanto naquela disciplina quanto durante toda a graduação, pelo que eu saiba.

Então, é possível vislumbrarmos nesta narrativa mais um exemplo das formas como o racismo institucional tem se apresentado na universidade e mais especificamente entre os departamentos do curso de psicologia, sendo assim mais uma forma de racismo a ser combatida neste ambiente, tanto pelos alunos quanto pelos servidores, tendo em vista que o curso de psicologia, diferente de outros cursos mais tecnicistas, tem a proposta de ser um curso e uma categoria profissional que aceitam e respeitam as diferenças, assim como se propõem a enxergar o racismo - assim como a homofobia, transfobia, misoginia e o capacitismo - como preconceitos e modos de pensar nocivos à saúde mental da população em geral. Além disso, podemos pensar na necessidade de discussão e combate efetivo ao racismo no campo da psicologia (incluindo-se aí as diferentes faculdades e cursos de graduação como produtoras de sofrimento causado

pelo racismo) como algo inerente à profissão. E neste sentido, atualmente - devido à intensa pressão feita pelo movimento negro - o Conselho Federal de Psicologia lançou, além da Res. CFP 18/2002⁷ que estabelece normas de atuação para as(os) psicólogas(os) em relação a preconceito e discriminação racial; a cartilha: “Relações Raciais: Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os)”⁸, que vem, como foi dito anteriormente, a partir da demanda crescente do movimento negro dentro da categoria dos psicólogos para que se aborde seriamente esta temática, assim como se lance as bases para um combate efetivo ao racismo dentro da psicologia e dos cursos de formação. E como uma alternativa possível de enfrentamento ao racismo elencada por essa cartilha do CFP, aparece o movimento negro, que é composto por diversas entidades, centros, institutos e *coletivos*; e que então, nessa cartilha é apontado como a partir da inauguração e estabelecimento destes espaços coletivos de escuta, assim como de pesquisa e educação antirracista, estando entre eles o CEERT (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade) e o AMMA PSIQUE NEGRITUDE, ambos pioneiros no Brasil, instituídos no início da década de 1990 (CFP, 2017), foi possível que se inaugurasse esta discussão dentro da psicologia, já que até então essa discussão era bastante superficial nesta área.

Com isso exposto, podemos perceber como os espaços coletivos podem (e são) essenciais na formação do psicólogo, sobretudo dos psicólogos negros, já que a partir deles se possibilita um espaço de escuta e de troca de vivências em coletivo, fazendo com que questões que eram vistas como individuais, exclusivas, pelos sujeitos negros, possam ser percebidas e elaboradas como questões sociais (basta ver como a psicologia vêm individualizando as questões sociais desde seu surgimento). Portanto, ao apontar que a partir do movimento negro começou-se a pensar o papel das(os) Psicólogas(os) no combate ao racismo, assim como começou-se a vislumbrar um crescente número de psicólogas(os) negras(os) e portanto sujeitos que vivenciam situações de racismo cotidianamente - mesmo tendo ensino superior -, gostaria de começar a apresentar um caminho pelo qual consegui elaborar e ressignificar muitas das vivências de racismo que tive durante minha vida, que é o caminho dos espaços coletivos de socialização, espaços estes que enxergo como bastante potentes para a tomada de consciência sobre o racismo e o enfrentamento ao mesmo.

⁷ Resolução CFP 18/2002. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF>

⁸ Cartilha: “Relações Raciais: Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os). Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf>

4. COLETIVOS COMO POTÊNCIA

4.1 COLETIVIZAÇÃO DO RACISMO NOS ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA

Tudo aconteceu numa quinta-feira. Enquanto A. estava no processo de escrita do seu trabalho de conclusão de curso, logo após ter participado de uma orientação onde, ironicamente, tinha conversado com seu orientador sobre como o DAP (espaço que ele vinha participando desde o início da sua graduação) podia ser espaço de potência para socialização do vivido individualmente, ou um meio de coletivizar o que era visto como algo individual, A. estava lendo um livro que comprara sobre Capoeira. Estava ouvindo também, no computador do DAP, o álbum Giant Steps do grande saxofonista negro estadunidense John Coltrane. E enquanto estava neste momento de lazer, esperando o horário de abertura do Restaurante Universitário, A. ouviu alguém chamando na porta da outra sala do diretório. A. respondeu de qualquer jeito: “Qualé que vai ser?!” Mas ninguém respondeu novamente. Desconfiado e curioso com a situação, A. foi então à outra sala para ver o que era. E ao entrar na outra sala depara-se com um senhor mais velho (depois veio a saber que tinha 62 anos), negro, e que perguntou a ele se o DAP fazia mochilas ou moletons dos cursos para vender pra comunidade acadêmica. A. respondeu que não, que o DAP desde que ele entrara no curso nunca tinha vendido tais materiais. Ao passo que este senhor, o F., disse que era estranho, porque geralmente estas coisas eram vendidas nos diretórios acadêmicos, afirmando também que, “é bom a gente comprar né, porque mostra que a gente está na universidade né. Fica melhor.” E A. concordou com ele, já que para os alunos negros, muitas vezes o limiar entre tomar ou não um ataque da polícia morava no fato deles saberem ou não se estavam cursando a Universidade já de antemão. Então papo vai papo vem, o F. começou perguntando se tinha muita gente rica na psicologia, porque no curso que ele faz, na área da saúde, tinha muita gente rica mesmo, gente de posse mesmo, “que ouve uns papo sobre cabeça de gado, sobre hectare de fazenda dos pais dos alunos”, e o A., rindo, diz que era assim mesmo na psico, tinha muita gente rica também, que ele não ouve muito dessas conversas sobre agronegócio, mas que, em contrapartida, ouvia desde o início do curso muitas conversas sobre morar no exterior, viagens de férias pros Estados Unidos e pra Europa, sobre não ter necessidade de trabalhar depois de formado, etc.

Depois disso, o A. e o F. conversavam sobre para que serviam os diretórios acadêmicos, já que o do seu curso não fazia muitas coisas e não apoiava muito os alunos. A. disse que os diretórios podiam ser ou prestadores de serviços para os alunos (algo que o DAP não se propõe

a ser), ou espaços de organização coletiva e de convivência entre os alunos, e que o DAP servia a este outro propósito. A partir daí, eles conversaram sobre política partidária, movimento estudantil e o que isso tinha a ver com o racismo na Universidade. Em certo momento o F. disse: “pois é, o espaço do meu curso de organização coletiva não serve aos interesses dos alunos. Porque outro dia, fui procurá-los para ver o que eu poderia fazer quando meus colegas ficam me ridicularizando na sala de aula e nos grupos de Whatsapp que eu participo, e eles não me deram bola...” E neste momento A. perguntou: “mas que tipo de ridicularização eles fazem contigo? Isso é muito grave, em qual semestre o senhor está?” Então F. respondeu que estava no segundo semestre, entrara ainda este ano na UFRGS, e já estava sofrendo bastante: “eles criaram um grupo dos bixos no whats, e nesse grupo ficam me mandando calar a boca, colocando aqueles... como se diz mesmo, memes? Sim, memes com uma guria preta com cara de retardada dizendo que era eu. Falando ‘cala boca jaburu!’ quando falo algo que não os agrada, ou até mesmo chegou uma vez que fui falar com um colega pra entrar no grupo dele pra fazer um trabalho pra uma disciplina e ele disse ‘vai se fuder negão, não faço trabalho com preto’ acho que porque eles iam fazer o trabalho na casa dele e a mãe dele deve ter dito pra ele não botar negro no grupo dele. Enfim, tenho me sentido cada vez mais triste com a escolha desse curso, e já fui no diretório do meu curso e não me deram bola, daí fui na comgrad, mas eles disseram que era assim mesmo, que os bixos são incosequentes, mas eu não vou deixar assim, já estou indo no curso de jornalismo fazer uma denúncia...” E neste momento A., que já estava tomado de raiva, desgosto e nojo pelo relato do colega disse: “puta que pariu F.! Isso é muito grave mesmo, é racismo na real. E isso não pode ficar assim, não vai ficar por isso mesmo. Vamos ver essas conversas aí no grupo do whats, mas o importante é que tu não se sinta sozinho nessa luta, não desiste desse curso!” E o F., que já parecia mais satisfeito de ter encontrado alguém para desabafar sobre a situação que estava vivendo disse: “pois é cara, eu não vou trocar de curso, por mais vontade que me dê... eu tenho 62 anos, e já vivi muita coisa.” E, agarrando o crachá da UFRGS pendurado no peito, disse: “passei por tanto trabalho pra conseguir isso aqui! Com certeza não vou desistir mesmo, mas também não sei mais o que fazer em relação a isso... Conversei com minhas filhas, contando isso tudo e elas me disseram ‘não desiste pai, a gente sabe que foi o teu sonho entrar na universidade, então não desiste!’” Então A., tomado de desespero pelo relato do irmão, perguntou se não existia outros colegas negros do seu curso com quem ele pudesse falar, algum coletivo de estudantes negros pra exporem para a administração da UFRGS e pro resto dos alunos da UFRGS o que estava acontecendo, ao passo que o F. responde que não, que os outros colegas negros que tinham entrado junto com ele ou já tinham desistido ou não queriam se envolver,

mas que ele já estava criando um coletivo de estudantes negros, “grupo Rebouças, em homenagem a um grande negro da época do Império”, e que já tinha mandado e-mails para os outros colegas negros mas que ninguém tinha respondido ainda.

Neste momento A. ficou realmente sentindo um misto de pena e raiva. Pena daquele senhor, que parecia já ter vivido tantas coisas nessa vida, ter que passar por aquela situação humilhante de sofrer racismo vindo de um grupo de meninos que tinham idade suficiente para ser seus netos. Raiva da vida nessa cidade branca. Raiva daquela Universidade que encobre esses atos de racismo dizendo que os calouros são inconsequentes mesmo. Raiva desses alunos colegas do F. que não tem o mínimo de respeito e empatia pelo outro. Raiva de, após passar cinco anos ouvindo relatos parecidos com esses durante a graduação, ter que ouvir novamente um relato desses sabendo que provavelmente a única saída desse senhor seja, realmente, trocar de curso, por que dificilmente algo será feito contra esses alunos que fizeram isso. O A. e o F. ainda ficaram conversando sobre o que aconteceu por um tempo. F., em tom de brincadeira, disse: “eu moro na Rubem Berta pô! Esses loco lá não iam se criar. É só aqui mesmo pra gente ter que aguentar esse tipo de coisa...” Então, A. pegou o número do F., disse que ia ver o que poderia fazer, que ia conversar com outros estudantes negros da psicologia pra ver o que poderia fazer, que ia levar pra um grupo de estudantes negros que ele participa, mas que aquilo não ia ficar por isso mesmo. A. também disse que já tinha ouvido muitos relatos de outros estudantes do mesmo curso do F. sobre situações parecidas com aquela, que realmente, este curso tinha fama de ser extremamente racista e elitista, mas que mesmo assim, aquilo era inadmissível! Então, já que o F. tinha que sair para resolver outras coisas, se despediram com um abraço, mas sabendo que aquele seria o primeiro encontro, a primeira fagulha de algo que ainda vai fazer bastante fumaça.

A partir do exposto, podemos vislumbrar alguns pontos nesta narrativa. Antes de tudo, creio que um dos maiores exemplos do que viemos trabalhando sobre racismo estrutural aparece acima. Pode-se perceber o quão engendrado no tecido social brasileiro está o racismo, já que neste relato tivemos exemplificados as três concepções de racismo trazidas por Silvio de Almeida (2018): a concepção individualista, demonstrada no modo como os outros calouros trataram o F.; a concepção institucional, visível no modo como a Comissão de Graduação do curso do F. tratou da questão, como se fosse algo corriqueiro; e, finalmente, a concepção estrutural, que seria a soma destas duas com a dimensão socioeconômica do racismo, porque, como vimos na narrativa acima, a diferença de classes somada às brincadeiras racistas, ditas

como algo cultural, também fazem parte do racismo, assim como contribuem para a manutenção desta estrutura como tal. Ainda, como nos explica Silvio de Almeida,

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo 'normal' com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo *racismo é regra, não exceção*. (ALMEIDA, 2018, p. 38. Grifos do autor)

Portanto, partindo dessa interpretação, ao entendermos o racismo como algo estruturante da nossa sociedade, percebemos o quão difícil é de combatê-lo, fazendo com que, muitas vezes, a gente caia em um pessimismo e em um certo fatalismo ao abordá-lo, pois ele está presente em diversas esferas das nossas vidas, porém sempre escondido por trás dessa concepção individualizante, que é a mais visível, já que é também a que produz mais marcas, trazendo todo um sofrimento a quem sofre esse tipo de racismo, por ser algo muito mais explícito. A partir daí, penso que para reverter esta tendência individualizante do racismo, e das outras opressões sociais que existem (como o machismo e a misoginia, a homofobia, a transfobia e os capacitismos diversos), existem os espaços coletivos de socialização de vivências, como foi o Diretório Acadêmico de Psicologia na minha trajetória de graduação. O DAP foi o primeiro espaço estudantil que tive contato ao entrar na UFRGS, e foi também o local onde comecei a me apropriar mais das discussões sobre movimento social, sobre autogestão, além de ter servido, como já mencionado acima, como um importante viabilizador de encontros que moldaram minha forma de ver e experimentar o mundo atualmente: conversando sobre vivências de racismo; estudando mais os feminismos e as outras reivindicações de direitos; me apropriando melhor dos conceitos trabalhados em aula a partir da convivência com colegas de curso mais adiantados; enfim, o DAP foi, durante estes seis anos de graduação, um meio de potencializar uma tomada de consciência sobre questões sociais que muitas vezes, a partir da individualização das mesmas, acabam produzindo sujeitos que se culpabilizam por situações de opressão vividas, sendo que são as maiores vítimas.

Com isso, aproveito para destacar o importante papel que estes espaços coletivos de vivências têm nos processos de subjetivação experimentados pelos sujeitos. A partir da vivência do DAP, com suas reuniões, rodas de conversa, festas e confraternizações, etc., é que me foi possível construir uma trajetória mais completa na universidade, pois ao circular também por este espaço, além de somente assistir às aulas, foi viável experimentar novas vivências e transmitir coletivamente novos/velhos conhecimentos, abrindo brechas nos modos de subjetivação pelos quais a universidade se utiliza, e que viemos discutindo ao longo deste trabalho. Neste sentido, Regina de Barros (1993) chama estes espaços coletivos de dispositivos,

pois estes atuam no sentido da desindividualização dos processos de subjetivação, produzindo um espaço potente e que sai da noção dicotômica de grupo e indivíduo como intrinsecamente separados, abrindo novas possibilidades de vivenciar as experiências a partir desse lugar de coletivo. Ou, como a autora aponta,

O grupo não tem relação com a vida privada dos indivíduos que se reúnem em determinado espaço, por certo tempo, para cumprir certos objetivos. Ele é (ou pode ser) um dispositivo quando trata de intensificar em cada fala, som, gesto, o que tais componentes acionam das instituições (sociais/históricas) e de como nelas constroem novas redes singulares de diferenciação (BARROS, 1993, p. 154)

Logo, tendo em vista a tendência, já mencionada, das opressões sociais serem vivenciadas de forma individualizante e culpabilizante ao sujeito, podemos ver como o DAP (e os outros espaços coletivos que existem na universidade) pode servir como dispositivo para reverter estas individualizações, possibilitando, efetivamente, a construção de “novas redes singulares de diferenciação” neste espaço acadêmico marcado pela disciplinarização e pela massificação dos corpos de quem o frequenta. E visando apresentar um pouco mais de como tive contato com este espaço, pensei em contar aqui como essa relação foi se dando, assim como apresentar alguns momentos que considero muito importantes na minha trajetória no curso de psicologia e que estiveram atrelados ao espaço do DAP.

No ano de 2013 o DAP estava bastante organizado. Tinha reuniões semanais, existiam diversos Grupos de Trabalho (GT's), e eram realizados eventos diversos regularmente. Foi nesse clima que eu comecei a participar do Movimento Estudantil e a frequentar o espaço do DAP. Ainda, um dos principais motivos que me fizeram entrar e conhecer o lugar, foi porque era(é) permitido fumar lá dentro, e foi algo que me chamou bastante atenção com um misto de surpresa e admiração, pois ao imaginar como seria a universidade, nunca tinha me passado pela cabeça que existisse um espaço onde fosse “permitido”⁹ fazê-lo. Abrindo, já desde o início, a visão de potência que reside neste espaço e nesse modelo de organização autogestionária, aumentando ainda mais minha vontade de participar e de me envolver com o mesmo.

Com isso, passei a frequentar junto com muitos dos meus colegas as reuniões semanais do Diretório e comecei a ter mais contato com o conceito de autogestão, e como a partir deste conceito e modo de organização - tão difícil de encontrar nos outros espaços de movimento

⁹ Escrevo “permitido”, entre aspas, porque na realidade este uso sempre foi visto como resistência neste espaço, já que dentro do espaço de sisudez acadêmica tem-se, muitas vezes, uma visão demasiadamente moralizante sobre o uso de drogas (tanto legais quanto ilegais, ainda que para as últimas a visão seja ainda mais negativa e estereotipada), então essa cultura é vista pelo coletivo que frequenta o DAP como mais uma resistência neste espaço, que frequentemente chama reuniões para reclamar do odor de maconha, demonstrando o quanto isso ainda incomoda neste espaço higienista que é a universidade.

estudantil - tirei ensinamentos e princípios que irão nortear meu trabalho como psicólogo, assim como meu modo de ver o mundo e a sociedade, pois, como afirma René Lourau,

Nós funcionamos, todos, em todos os lugares, sob a heterogestão; ou seja, ‘geridos’ por ‘outrem’. E a vivemos, geralmente, como coisa **natural**. [...] Aceitamos todas as racionalizações da heterogestão e, em geral, a pensamos insuperável. Talvez porque não tenhamos, ainda, conseguido efetivamente inventar a autogestão. A autogestão que existe, a que tem podido existir, acontece dentro de uma contradição total, já que a vida cotidiana, a minha e também a de vocês, se passa no terreno da heterogestão. (LOURAU, 1993, p.14. Grifos do autor)

E esta visão que o autor tem sobre os nossos modos de organização cotidiana, também pode ser vivido no movimento estudantil e nas relações que temos com os colegas do curso de Psicologia, e por esse motivo penso que a escolha e a luta do DAP para se manter como espaço autogestionário seja tão legítima neste curso de psicologia, pois ao menos cria essa possibilidade de existência da autogestão que o Lourau vai nos apresentar. Foi a partir das primeiras reuniões do diretório que participei no início do curso, que tive meu primeiro contato com essa forma de organização tão pouco difundida - pelo menos àquela época - e, de alguma forma, essa nova experiência me surpreendeu e me maravilhou bastante, já que eu vinha de outros espaços e práticas onde esse tipo de organização era impensável, abominável até, poderia ser dito. E nesse início então fui tendo contato com esse conceito meio sem entender, mas profundamente admirado por não existir presidência, diretoria ou alguma hierarquia previamente definida (claro que a antiguidade dos membros funcionava como uma espécie de hierarquia tácita, mas creio que se deve também ao fato dos mais novos não se autorizarem a falar, o que muitas vezes, atualmente, tem se mostrado diferente daquela época). Por isso entrei de cabeça nas atividades do DAP, e no decorrer de graduação muitas das questões que me atravessaram passaram de alguma forma por este espaço.

4.2 JORNADAS DE JUNHO DE 2013

E foi a partir da participação nas reuniões do diretório e de frequentar este espaço, que eu comecei a participar de um dos eventos que mais marcaram o meu tempo na graduação e especialmente este primeiro ano: que foram as Jornadas de Junho/Julho de 2013.

Uma grande amiga que fiz durante a primeira semana de trotes, a Daíse, um dia - quando estávamos “viajando” no DAP - veio me chamar para uma manifestação contra o aumento da passagem de ônibus que teria na PUCRS, na entrada da Av. Ipiranga, e eu - tendo participado somente algumas poucas vezes de protestos quando pequeno, acompanhando a minha mãe (que era técnica de enfermagem) nas manifestações do Sindissaúde e em alguns comícios do PT em

2001/02 - me propus, então, a acompanhá-la nesta manifestação. Fomos eu, a Daíse e mais um aluno veterano, que eu pouco falava naquela época, e que se chama Ícaro à tal da manifestação contra o aumento da passagem. Então, depois de conversar um pouco com os demais colegas que estavam no DAP, fomos nos encaminhando à manifestação e de cara já nos vimos com a primeira dificuldade: não estava passando nenhum ônibus na av. Ipiranga para que pudéssemos ir até lá. Depois de alguma discussão decidimos que iríamos à pé, uma distância considerável, mas não ficamos intimidados. Demos essa caminhada até a PUCRS, nesse meio tempo juntou-se a nós o irmão do Ícaro, e fomos juntos à manifestação. Chegando lá, fiquei bastante perdido, um pouco envergonhado até, mas me coleí à Daíse e fomos entrando na massa dos manifestantes, sendo que quando fomos nos dar de conta, o Ícaro e o seu irmão já tinham se separado de nós e foram conversar com outras pessoas que já faziam parte do Movimento Social.

E neste momento, fomos conversando com outras pessoas e a ideia de quem estava organizando o protesto era de trancar completamente pelo menos um dos lados da avenida, então o pessoal - em meio aos cânticos e gritos de ordem contra o aumento da passagem - foi começando a tomar a avenida e a impedir a passagem dos carros, e neste momento lembro que fiquei com uma sensação mista de incredulidade e de felicidade, ao me dar de conta do incômodo que duas, três centenas de pessoas pode causar para um número bem maior de carros e para a cidade em geral. Naqueles momentos eu estava eufórico, muito feliz por estar participando daquele movimento e, com certo sentimento idealista ingênuo, realmente acreditava que nós éramos os poderosos. Mas então, em certo momento me perdi do grupo que eu estava, já que das pessoas que foram comigo a pé até a manifestação, todas tinham conhecidos que já estavam participando da manifestação e também já tinham histórico recente de fazer parte destes movimentos estudantis. Porém a sensação de estar em meio àquela massa de manifestantes, com todas aquelas palavras de ordem, de certa forma me manteve inebriado, bastante feliz por participar daquilo. E no momento que me dei conta de que tinha me perdido dos meus amigos, fui procurá-los; mas ao chegar perto de uma das bordas da massa dos manifestantes, fui percebendo o cerco que estava se montando. Via que chegavam policiais da Tropa de Choque por um dos lados da avenida e, ao subir em alguma barreira de concreto para ter uma visão melhor da situação, também identifiquei que à nossa retaguarda chegava também um grupo de brigadianos montados à cavalo. E nesse momento eu gelei. Enfim, há algum tempo eu já não simpatizava muito com o polícia, por já ter tomado alguns “atraques” durante o Ensino Médio junto de alguns amigos, mas eu nunca tinha corrido propriamente da polícia, e naquele momento já tinha ficado explícito que eu teria que fazê-lo.

Eu não tinha ideia - seja por ignorância ou ingenuidade - de que a polícia realmente podia “quebrar o pau” em todo mundo simplesmente por estarem trancando uma via pública. E foi tudo muito rápido. Em um momento estávamos todos gritando as palavras de ordem, com os tambores e as palmas dos manifestantes fazendo bastante barulho e, logo depois de ter visto o cerco dos policiais à manifestação, só deu tempo de sair correndo para a frente, em direção à entrada da PUCRS, porque neste exato momento começou uma chuva de bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral (coisa que eu só tinha visto em telejornais ou em filmes), e de um lado a Tropa de Choque avançava, dando tiro de bala de borracha e cacetada na galera, e do outro lado a cavalaria da Brigada Militar avançava, na direção contrária, para esmagar a manifestação e espalhar os manifestantes pelo local. Quando vi que o pau ia fechar, já fui em direção à passarela de pedestres para atravessar a avenida (já que tem um arroio no meio, o que impossibilita atravessar por ali), e fiquei olhando de cima o que estava rolando. Lembro que fiquei incrédulo naquele momento, mas também me deu uma raiva, raiva da polícia, raiva da prefeitura, raiva da PUCRS (que fechou os portões bem naquela hora, para que as pessoas não pudessem entrar no campus), enfim, se tem um sentimento que eu me lembre exatamente de ter sentido durante aquele momento foi raiva. E nesse mesmo momento tive convicção que eu gostaria de participar de mais protestos e que a revolta daquelas pessoas era justificada, e que qualquer brecha no comportamento que é esperado da população, qualquer desvio no conformismo das pessoas em relação à política e ao governo é geralmente reprimida e severamente punida pelas forças policiais/de controle.

A partir deste protesto, que se não me engano foi bem no final de maio, ou nos primeiros dias de junho, eu decidi que participaria de todos os outros que aconteceriam para reivindicar a redução do preço da passagem de ônibus e, como foi sendo visto depois, para reivindicar mais participação na política e nas decisões que afetam nossas vidas diariamente. Depois disso, fui participando mais ativamente deste movimento social autônomo e descentralizado, que “pôs em xeque partidos, congressistas, juízes, mídia, polícia, bancos, escolas” (PELBART, 2018), formado no ano de 2013. Movimento este que, de modo ingênuo talvez, quis reivindicar tudo de uma só vez, e que começou protestando contra o aumento abusivo das passagens de ônibus em Porto Alegre - espalhando-se pelas outras capitais e cidades do país -, até chegar a um ponto onde nenhum dos “especialistas” que apareciam nos telejornais sabia ao certo quais eram as reivindicações, tamanha multiplicidade delas, e a pluralidade do movimento que se formava no país. E fazendo uma leitura desse movimento, Peter Pál Pelbart é bastante apurado quando afirma que:

Em todo caso, em 2013, por um instante pareceu que ‘tudo’ poderia ser objeto de protesto, de reivindicação, de desejo, de imaginação, de pensamento, de contestação, de inversão, de enaltecimento... Um caleidoscópio de possíveis foi projetado nos céus do país, formando outras constelações. Era apenas uma eclosão espontânea de fantasias soltas, sem relação alguma com a realidade concreta, social, econômica, política? Uma catarse efêmera, embora massiva e coletiva — espécie de carnaval cívico sem objetivo nem consequências? Ou será que naqueles poucos dias, antes da captura midiática e da distribuição organizada (por quem?) de bandeiras do Brasil, veio à tona o monstro adormecido, o fantasma de nossa história política, aquilo que desde a colonização e a escravidão até a industrialização e o neoliberalismo foi sendo sistematicamente evitado, denegado, esmagado? Quantos mecanismos foram sendo inventados ao longo dos séculos para manter no garrote índios, negros, subalternos, serviçais, trabalhadores, mas também mulheres, gays, loucos, blasfemos, rebeldes de toda estirpe? A assombração do Brasil é o levante dessa plebe! (PELBART, 2018)

Portanto, são possíveis várias visões sobre esse movimento, principalmente ao vermos hoje, posteriormente, o que se movimentou a partir desses protestos, e o que aconteceu na política brasileira a partir da aparição deste “monstro adormecido”, deste desejo de mudança, que teve como estopim o aumento abusivo das passagens de ônibus em Porto Alegre e nas outras capitais.

E com isso, a partir da minha participação neste primeiro protesto e dos outros que se seguiram, passando para diversos lugares da zona central da cidade, como a Praça da Matriz, o Paço Municipal, a Esquina Democrática; foi se formando este movimento plural e apartidário, que tinha um sentimento generalizado de vontade de mudança, e que, a meu ver, é fruto da melhora das condições de vida da população mais pobre, que tiveram acesso à saúde, ao emprego, e a uma educação de melhor qualidade nos governos do PT, possibilitando que se criasse esse ambiente de querer mudar mais, subvertendo a lógica de representação que existe na nossa política partidária. Com maiores possibilidades de exercer esta potência de vida a partir da melhora das condições de vida, muitas das pessoas que participavam destes protestos tinham como objetivo uma mudança maior ainda na política brasileira. Portanto, creio que ao perceber-se como cidadãos brasileiros iguais ao resto da elite brasileira (explicitado no ditado que se originou à época: “tem pobre andando de avião”), essa classe média emergente do período de governo do PT - assim como as classes mais baixas que se viam tendo acesso a bens de consumo que eram vistos como sonho a mais tempo - achou que poderia efetivamente mudar a estrutura deste país, construir uma forma de fazer política participativa e que não atendessem aos desejos e interesses do Capital tão e somente. Enfim, acredito que as pessoas que iniciaram e que participaram destes protestos de Junho de 2013 queriam popularizar as instâncias decisórias do Brasil efetivamente, ao invés de somente aceitar as migalhas que as elites vinham (e vêm) nos oferecendo. Naquele ano, como sublinha Peter Pál Pelbart,

[...] todo o espectro político ficou aterrorizado com a energia insurreta dos primeiros dias de junho, com as táticas de mobilização poderosas (as ruas e as redes sociais),

com a emergência de uma juventude sem rosto ('anota aí, eu sou ninguém'), com a impossibilidade de traduzir o acontecimento aparentemente desordenado na gramática corrente: quem é o líder? qual é a reivindicação? qual segmento ou interesse está por trás?, etc. Uma sublevação que não deseja tomar o poder, mas destituí-lo – eis algo que o sistema político como um todo não pode tolerar. A irrupção de desejos que extrapolam o negociável (a negociação supõe uma equivalência entre o que se pede e o que se pode conceder). (PELBART, 2018)

E que vai deflagrar o que o referido autor vai chamar de “O Indomável”, que é essa força (des)construtiva, esse desejo de mudança total, também lido como o “[...] monstro social, que pode desafiar a família, a moral, a religião, os bons costumes, os valores do trabalho, da produção, da disciplina, as hierarquias várias, econômicas, sociais, raciais, profissionais, de gênero, as segmentações herdadas e sempre vigentes.” (PELBART, 2018) E que pode ser exemplificado quando, em diversas entrevistas e questionamentos veiculados na mídia aos manifestantes, os mesmos afirmavam - ao ser perguntados sobre suas motivações - “que estavam contra tudo que está aí”. Não sendo diferente para mim, tendo em vista que naquele momento, durante minhas idas e vindas dos protestos, e nos intervalos destes, ao conversar com outras pessoas sobre os acontecimentos, eu tinha aquele desejo de que tudo mudasse, uma vontade e uma crença de que aconteceria uma revolução a partir desses protestos, uma mudança total de paradigmas, que acreditávamos estar acontecendo no Brasil.

Porém, como já é sabido atualmente, a partir da emergência desses protestos, o Governo Dilma não soube reagir muito bem e eles foram se transformando em massa de manobra para sua destituição. Inicialmente ela os desconsiderou, dando menor importância; depois disse - em pronunciamento oficial nos principais meios de comunicação - que entendia seus anseios e motivações, e que faria um plebiscito para melhorar a representatividade na política (o que acabou não acontecendo); e, posteriormente, ao ver como a oposição partidária (conjuntamente com as elites midiáticas/econômicas/financeiras) abandonou seu governo de coalizção e abraçou os protestos - manipulando-os a favor de sua agenda -, o Governo Dilma decidiu por criminalizá-los, já às vésperas de 2014 e da Copa do Mundo no Brasil, afirmando que os Black Blocs seriam terroristas, ironicamente utilizando-se das mesmas manobras que a Ditadura Militar no Brasil nomeava aqueles que contestavam seu governo, como ela o fez enquanto era militante.

Os protestos que começaram como potência criativa, como brechas no modelo vigente de reivindicação política, ou como expressão do descontentamento popular generalizador e pela vontade de maiores mudanças no país; transformaram-se em um movimento que acabou por trazer novamente à tona os piores setores da sociedade brasileira, os setores mais conservadores, racistas, elitistas, misóginos e homofóbicos. Creio que aquele momento que o Brasil vivia em

2013 foi um dos períodos mais ímpares da nossa História, já que podia-se vislumbrar um descontentamento em quase todos os níveis da população. Os lulistas/petistas vão dizer que os pobres, “o povo” não participou dos protestos, mas qualquer um que tenha participado dos mesmos pode desmentir essa versão, tendo em vista a pluralidade de pessoas que participavam do movimento, indo desde as pessoas que se aproveitavam do tumulto para saquear lojas (certíssimos a meu ver), até os brancos ricos, vestidos de verde-e-amarelo, que ficavam gritando “polícia pra quem precisa” e “sem violência” enquanto a polícia reprimia os protestos assim mesmo.

Na minha visão, aqueles protestos - ainda que em um momento bem específico - conseguiram juntar estratos diversos da nossa sociedade, já que foi um dos movimentos populares mais expressivos dos últimos tempos, tendo aberto a possibilidade de participação política e mobilização para muitas pessoas que - assim como eu - nunca tinham participado de nenhuma mobilização geral, e que estavam tomadas por aquele êxtase de mudança que apontei anteriormente. Lembro que em certo momento, quando já estava se tornando explícito a tomada do movimento pela elite e pelos manifestantes verde-e-amarelos, esse meu ímpeto de mudança foi se esvaziando, fui percebendo que no Brasil “o buraco é muito mais embaixo”, e o quão ingênuo era pensarmos que mudaríamos quinhentos anos de história em somente um. Além disso, fui começando a pensar que no Brasil, quando a corda aperta para o lado de algum setor da elite, todo esse estrato do chamado 1% que nos governa sabe aliar-se muito bem, como já foi feito diversas vezes no passado, e que não seria diferente desta vez. Essa elite brasileira, chamada acertadamente de elite do atraso¹⁰ pelo sociólogo Jessé de Souza, é talvez uma das elites mais ignorantes e antipatrióticas que existam no mundo, descendentes dos colonizadores europeus, que sempre preferiram aliar-se às outras elites imperiais do Ocidente, a dar concessões e melhorar a vida da sua própria população. E essa tendência só enxerga quem estuda a História do Brasil, já que desde a época do Império, onde se pode falar em nobreza ou elite nacional, a mesma sempre foi subjugada e servil aos interesses imperiais, inicialmente europeus e atualmente estadunidenses. E neste sentido, para exemplificar, gostaria de trazer o pensamento do historiador Júlio José Chiavenato, em seu livro *O Negro no Brasil*, que aborda como nossa elite sempre foi atrasada e entreguista pois, para ele:

[...] A nobreza brasileira, ignorante e incompetente para enxergar o que estava ocorrendo [sobre o limite do modo de produção escravagista], entendia que o esforço inglês para o fim do tráfico [de escravos] significava o desejo de dominar o Brasil, compreendendo essa dominação em termos coloniais, como a exerceu Portugal. O que os ingleses queriam, porém, era ‘modernizar’ o Império, pois o capitalismo inglês

¹⁰ A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato / Jessé Souza. - Rio de Janeiro: Leya, 2017.

caminhava rapidamente para a sua 'etapa superior', o imperialismo - que se apresentaria na sua fase moderna travestido de liberalismo político e econômico. (CHIAVENATO, 1987. p. 71)

E esta nobreza foi se tornando aristocracia, e finalmente burguesia¹¹, sempre mais preocupada com o aumento dos seus lucros e em manter seu modo de vida, do que em melhorar, nem que minimamente, as condições de vida e o bem estar do resto da população brasileira.

Portanto, agora pensando no meu aprendizado a partir da participação neste momento importante na nossa história, percebo que neste período passei por diversos momentos, indo do êxtase à tristeza, começando com o vislumbre de uma mudança total, para perceber - em meio ao processo de amadurecimento político - que toda mudança leva tempo, e nem sempre vai pro lado que desejamos -, assim como serviu de base para uma melhor compreensão da História do Brasil e do seu funcionamento como país marcado por uma estrutura racista e pela aversão à diferença. Enfim, poderia aqui fazer uma análise mais detalhada e mais embasada sobre este período, porém necessitaria da escrita de um Trabalho de Conclusão de Curso somente para este fim, ainda que considere ter feito uma boa explicação deste tema.

Logo, passamos, com essa tomada de consciência possibilitada pela vivência deste movimento social, que foi Junho/Julho de 2013, agenciado pelo espaço coletivo de vivências que é o DAP, para a última parte deste trabalho, ao apontar um caminho possível para a superação destes processos de individualização das opressões sociais que vivenciei no curso de psicologia, assim como vislumbrar uma possibilidade de (re)existência que se fez possível para mim neste curso, ao buscar a **descolonização das minhas referências** - saindo de um viés euro/anglo-centrado, superestimado pelos três departamentos do curso de Psicologia da UFRGS; para uma visão de mundo mais ligada ao pensamento de autoras(es) brasileiros e latino-americanos, passando ainda pela busca de referências de autoras(es) de África, incrivelmente subestimados por este curso como saberes legítimos e admissíveis.

¹¹ Ainda que essa separação, no Brasil, ainda não seja tão explícita e aparente, tendo em vista que continuam sendo praticamente as mesmas famílias que fazem parte dessa aristocracia e dessa burguesia que trato neste escrito.

5. DESCOLONIZAÇÃO DA PSICOLOGIA

5.1 NOVAS DESILUSÕES NO CURSO

No início do curso A. se identificou bastante com um dos departamentos do curso de psicologia da UFRGS. Por ser de origem popular, somando-se ao fato de ter aprendido um pouco sobre desigualdade social e racismo durante o curso pré-vestibular, A. gostou bastante das aulas deste departamento em específico, já que as disciplinas ofertadas pelo mesmo eram as que mais se propunham a trabalhar as questões sociais, pensar a desigualdade, novos meios de organização, enfim, este departamento em especial tomou bastante a atenção do A., pois ele conseguiu sentir certa identificação com o mesmo logo no início do curso, ainda mais por uma área da psicologia que ele desconhecia - já que ingressara pensando em tornar-se professor universitário ou quem sabe atender em consultório particular. Enfim, A. foi gostando cada vez mais das aulas deste departamento, enquanto tomava cada vez mais despreço pelos outros dois - que ele tomava como sendo mais elitistas e com uma visão de mundo mais afeita aos valores dominantes. Como que para corroborar sua visão, logo no segundo semestre A. foi reprovado em uma disciplina de um destes dois departamentos citados. Reprovado em um curso onde constantemente se afirmava que ninguém o era. Porém, o próprio A. já começou a notar a partir dali, que na realidade as generalizações feitas nesse curso eram feitas em cima de um público específico, já que até pouco tempo esse público era o único a frequentar as universidades públicas, os alunos brancos e ricos, não percebendo que existiam outros estudantes que estavam ingressando que não se encaixavam neste perfil. A. foi reprovado porque, em uma disciplina do segundo semestre, o doutorando achou que os alunos tinham a obrigação de saber qual era a data da recuperação, portanto deveriam ter somado as notas das duas avaliações e, se a nota não fosse suficiente, deveriam ir no dia da recuperação, sem ter recebido e-mail algum avisando que a mesma ocorreria ou que o A. tinha necessidade de fazê-la, contrariando a tendência que ele posteriormente viu ao longo do curso, dos professores no mínimo avisarem se o aluno ficou ou não em recuperação. Mas A. relevou, acreditava que este tipo de problema era característico daquele departamento em específico, afinal, nas disciplinas do departamento que ele gostava os professores tinham (ou deveriam ter) uma visão mais compreensiva sobre as dificuldades dos alunos cotistas. Então ele não ficou muito preocupado, porque essa disciplina na qual fora reprovado só era pré-requisito para a matrícula em uma outra, que ele não faria em seguida, porque não impossibilitava o seguimento do curso de dos estágios, além do fato de que ele precisava se manter na

universidade e para fazer esta próxima disciplina ele deveria vincular-se a um grupo de pesquisa. A. relevou, apesar de ter sido o único da turma a ser reprovado naquela disciplina.

Então A. foi dando seguimento à sua graduação em psicologia. Com o passar do tempo, foi se afeiçoando cada vez mais ao departamento que vinha se identificando desde o início do curso. Foi lendo muitos textos adiantados sobre as perspectivas epistemológicas deste departamento. Leituras que questionavam a disciplina e o controle nos espaços de poder; que questionavam o desejo e as relações deste com o capitalismo; leituras que produziam críticas sobre as instituições e seus métodos de controle, enfim, foi cada vez mais adentrando no estudo da filosofia crítica que este departamento se propunha a adotar, assim como das suas conceituações e jargões, a fim de ir se tornando cada vez mais fluente neste dialeto falado pelos professores e pós-graduandos ligados a esta escola do Instituto de Psicologia da UFRGS. E com isso, foi se tornando cada vez mais crítico em sala de aula. A. questionava, problematizava, provocava os professores, pois afinal, estes eram os que ocupavam (e ainda ocupam) os espaços de poder e prestígio no ambiente universitário, e que, em sua grande maioria, reproduziam o que esses autores, que A. vinha se aprofundando, criticavam em seus livros e textos. Inclusive, muitos dos professores que iniciaram A. nestas leituras reproduziam, costumeiramente, as práticas e os discursos que os mesmos criticavam em suas aulas e nas bibliografias das mesmas. E neste sentido, A. ficava extremamente inconformado com as explicações dadas pelos mesmos para tais contradições. Diziam para ele: “a gente tem que mudar por dentro, por meio da micro-política...”, “tu questionas demais, tem que perceber que nem tudo é passível de mudança...”, ou ainda, “a gente trabalha com esses conceitos, mas na realidade eles não servem para criticar a universidade, porque nós já atuamos segundo os mesmos...” Isso quando ainda respondiam às críticas e questionamentos, pois muitas vezes, somente concordavam com as críticas, meio que para mandar o A. ficar quieto, e retomavam as divagações feitas em aula. Mas A. não desistia. Questionava a chamada - vista por ele como um método de controle dos sujeitos/alunos; questionava os métodos avaliativos - vistos por ele como meios de manutenção da meritocracia e de avaliação estéril dos conteúdos trabalhados, em suma, A. estava sempre apontando as contradições entre o que era trabalhado teoricamente e o próprio sistema universitário onde ele estava inserido.

No entanto, ao fazê-lo, A. não percebia que estava, com isso, ferindo o ego de alguns(as) professores(as), já que, para eles, ser questionados na sua condição de professor(a), sobre os conteúdos e a filosofia com que eles trabalham a anos, ainda mais por um aluno negro, era extremamente ultrajante. Entre as disciplinas que A. fazia, estava uma do departamento que A. mais apreciava naquele curso. A. gostou muito dos textos e da temática daquela disciplina.

Enfim, descobrira uma área, na qual vislumbrava uma atuação como psicólogo na ética que vinha se moldando dentro dele, e que anteriormente era desconhecida para ele. Então A., aproveitando-se das leituras que vinha fazendo ao longo do curso, além dos textos bastante críticos e questionadores da ordem social que vinha trabalhando naquela disciplina, quase em todas as aulas, tecia alguma problematização ou alguma crítica à conduta da professora X. e da mestrand Y. que, não raras vezes, ocupava seu lugar. Ele tentava abordar com elas, e com o resto da sua turma, questões e problemáticas bastante pertinentes naquele tema, apontando - a partir de seu lugar de aluno negro, egresso de escola pública - contradições e generalizações que as mesmas faziam costumeiramente em aula, sendo apoiado, inclusive, por muitos colegas, cotistas e não-cotistas. Então, em meio a isso, foi lançada por parte das professoras a exigência de elaboração de resumos escritos dos textos, para utilizarmos em aula, a fim de melhor embasar a discussão e para que todos lessem os textos, já que muitos não o faziam. E nesta aula, A. perguntou à Y. se, lendo os textos e contribuindo com as discussões em aula ele não teria problemas, pois, como explicou, ele lia os textos durante seu horário na bolsa administrativa que trabalhava, o que impossibilitava, muitas vezes, que ele fizesse tal resumo, já que tinha que se concentrar em ler os textos, fazer anotações dos mesmos para levar às discussões em aula, e ainda atender o público e cuidar das outras obrigações que tinha naquele local. E a Y. prontamente disse que não tinha problema, afinal, o objetivo dessa proposta era que os alunos trouxessem elementos teóricos às discussões em aula, o que ele já vinha fazendo, portanto, deveria continuar a trazer suas contribuições e ficaria tudo bem, pois no fim das contas, nas palavras dela, “ninguém vai rodar ninguém aqui né?!”. E o A. acreditou. Seguiu à risca as recomendações da Y.: lia os textos, fazia suas anotações em qualquer folha e contribuía sempre nas aulas. Diferentemente de outras disciplinas que cursava naquele semestre, nesta em questão o A. tinha pouquíssimas faltas, isso se o tinha. Porém, o importante é salientar que por FF - Falta de Frequência - o A. não poderia ser reprovado naquela disciplina.

Então, com o passar do semestre, A. continuou seus questionamentos sobre a disciplina e o modo como ele vinha sendo tocada, participava ativamente das discussões teóricas em aula, só não entregava as anotações que escrevia porque não as organizava com este fim, e porque também tinha certa crítica a este método avaliativo, já que continuava contribuindo com as discussões e com a leitura dos textos, portanto, aprendendo o que era trabalhado na disciplina, não precisando, aos olhos dele, entregar esta formalidade, até porque outros colegas também não o faziam. Em meio a isso, quando a professora X. aparecia para ministrar alguma aula, uma vez por mês no máximo, A. sempre aproveitava para fazer algumas provocações às

generalizações que a mesma fazia, além de questionar, ocasionalmente, algumas contradições que ele enxergava no que era discutido na disciplina em relação ao que ela praticava. Por exemplo, quando a professora questionava o porquê da população em geral não participar do controle social do SUS, além de deixar de utilizá-lo para contratar um plano de saúde: o A. perguntava a ela se participava das instâncias de controle social do território onde residia, e também perguntava se usava o SUS ou se tinha plano de saúde, e então ela respondia que não utilizava o SUS e tampouco participava do controle social, fazendo com que se questionasse, então, o porquê dela cobrar do resto da população algo que nem ela mesma fazia. Porém, o que A. não percebia, era o quanto isso incomodava a professora em questão. Afinal, quem ele achava que era para ficar questionando uma professora de uma universidade federal? Como ele, aluno cotista negro, ousava questionar as contradições dos professores que tinham uma visão mais crítica da psicologia e da sociedade?

E naquele semestre, A. teve um dos principais e mais importantes baques de sua trajetória nesta graduação. Algo que mudou completamente a relação que ele estabelecia com a universidade, sua percepção da mesma e o modo como ele iria se comportar nos próximos anos. Ao final do semestre, depois de ter tirado o melhor conceito no trabalho final, A. recebeu um e-mail (pelo menos dessa vez foi avisado) de que tinha ficado em recuperação na disciplina esta que discorreremos ao longo desta narrativa. No mesmo instante, revoltado com a situação, o A. enviou um e-mail perguntando o porquê disso, pois afinal de contas ele tinha ido bastante bem no trabalho final, e, portanto, só poderia ter ocorrido algum erro nessa listagem dos alunos em recuperação. E para sua surpresa, recebeu como resposta que ele ficou em recuperação porque não entregou nenhum dos resumos dos textos, e, por isso, deveria ir no dia indicado, e que a prova seria sobre um texto que foi encaminhado a ele por e-mail. Por fim, no dia da recuperação, A. foi tirar satisfação com a professora X. e a mestrande Y. sobre o que tinha sido falado em aula: que os referido resumos eram para servir de base para os textos trabalhados em aula, e que bastava que o aluno contribuísse para as discussões, porque “afinal ninguém vai rodar ninguém aqui né?!”. E então as mesmas o respondem que ele tinha entendido errado, que aqueles resumos eram sim parte da avaliação da disciplina, e que elas nunca tinham dito que ninguém seria reprovado, que ele deve ter ouvido errado, etc. Mas, que ele ainda não estava reprovado, ele teria a chance de ser aprovado naquele momento, com a prova de recuperação. E ficaram as duas com um riso no rosto e uma expressão de deboche somada com desdém. A. sentou-se, por fim, para fazer a prova. Completamente inconformado e abalado, porém ainda com um fiozinho de esperança, já que ainda não fizera a prova. Finalmente, ao abri-la, o resto de esperança que tinha se desvaneceu. Logo na primeira

pergunta, pedia-se para comentar um vídeo que as mesmas passaram antes da prova, utilizando-se do texto de determinado autor, citando-o. Então, A., num último gesto de fé, perguntou se era para ter levado naquele dia o texto que elas indicaram para leitura por e-mail, e as mesmas respondem que sim, então ele afirma que não tinha ficado explícito no e-mail, perguntando se elas não o teriam impresso ali, ao passo que as mesmas respondem - com certa ironia: “pior que não o temos... quem sabe na próxima tu não o trazes?”. E neste momento, A. teve completa noção do que acontecia ali. Ainda que atravessado pela dúvida que as pessoas que passam por alguma opressão costumam carregar, A. soube, naquele instante, que na realidade ele não ficou em recuperação por causa dos resumos, mas sim porque questionava e incomodava o lugar das professoras, um lugar de poder ocupado por pessoas que pregam o questionamento sobre tais lugares e as relações de poder inerentes.

Em conclusão, naquela época, após ler o livro: *O Povo Brasileiro*, do Darcy Ribeiro (que para ele foi um grande divisor de águas neste momento), A. já começava a se questionar - junto a outras(os) colegas negras(os) - sobre a pertinência de estudar somente autores europeus e dos EUA, do hemisfério norte, “desenvolvido”, sendo que vivemos no Brasil, país do hemisfério sul, “em desenvolvimento”. Até então, ele se fazia essa crítica enquanto continuava a estudar tais autores, pois considerava-os (e por certo ainda considera) importantíssimos para questionarmos o papel da psicologia e suas normatizações. Acreditava que os professores que também se utilizavam destes referenciais também tinham essa noção, de questionar a psicologia e seus métodos disciplinares, assim como teriam mais sensibilidade para ouvir e acolher as críticas trazidas pelos alunos cotistas, já que os mesmos entram na universidade ocupando este lugar de diferença - tão romantizado por estas(es) professoras(es). Porém, como ele já vinha percebendo anteriormente, e veio a confirmar, dolorosamente naquele semestre, no curso de psicologia da UFRGS, as coisas nem sobre são como deveriam ser, ou melhor, nesta graduação, o que muitas vezes vale para alguns, não vale para outros, e estes que são constantemente prejudicados são, quase sempre, as alunas e alunos pertencentes às mesmas minorias que essas teorias que se ocupam de valorizar, ou abordar. Por fim, A. teve o empurrão que necessitava para perceber que, na realidade, valia mais estudar o nosso contexto brasileiro, a partir dos nossos autores e autoras, negros e negras, LGBT's, indígenas, oriundos das nossas condições socioeconômicas - ainda que marginalizados -, do que continuar com o estudo destes autores europeus e estadunidenses, que falam somente dos seus contextos de origem, ou quando falam do mundo em desenvolvimento falam de um lugar colonizador, e que, ainda, servem de referência a estes professores que preocupam-se em somente passar a imagem de que são “desconstruídos”, problematizadores, máquinas-

desejantes, mas que quando confrontados com a diferença real, com o questionamento de privilégios, voltam a ocupar o lugar de poder e de distinção que sempre ocuparam.

Como já vimos anteriormente, no curso de psicologia da UFRGS (e certamente em outros cursos e em outras universidades) ocorre uma diferenciação séria entre os alunos cotistas e os não-cotistas. Essa diferenciação se dá de diferentes formas e sentidos, como por exemplo, quando se pressupõe que todos os alunos ingressaram na faculdade com a mesma base educacional e de oportunidades; ou então, quando se chama a atenção de um aluno cotista devido a um atraso, porém não se faz o mesmo com um aluno não-cotista que chegou ainda mais atrasado; ou ainda, quando alunos não-cotistas não são vistos como ameaça para a segurança do prédio e os alunos cotistas e seus familiares/acompanhantes o são, enfim, elencamos acima muitos exemplos dos modos como as diferentes opressões sociais têm se manifestado neste curso, apontando que, por mais que se negue a existência delas - como é feito comumente -, elas existem e estão produzindo efeitos e reverberações que perduram ainda. Portanto, este caso citado nesta última narrativa, serve para expor novamente os modos como essas diferenciações são feitas, porém, nesse caso, teve um efeito completamente contrário ao que a instituição e a estrutura racista da sociedade objetiva, que é o da individualização e da culpabilização do sujeito sobre a opressão que vem sofrendo. E o efeito, digamos incomum, que se produziu a partir dessa última narrativa, e sobre o qual vamos tratar neste último capítulo, é o desejo, por parte do A., de estabelecer novas conexões epistemológicas, pensar então - a partir da decepção que teve com seus(as) professores(as) e suas referências teóricas eurocentradas - em uma psicologia que esteja atenta aos problemas do Brasil, país onde este curso de psicologia está localizado, e onde grande parte destes futuros psicólogos irão trabalhar. A partir do somatório destas diversas situações passadas por mim e por outros colegas negros, onde essa última serviu como a gota d'água, começamos, então, o movimento que irei nomear agora de *descolonização da psicologia*. Mas antes de entrar propriamente no campo da psicologia, creio ser imperativo que se explique um pouco mais sobre o conceito de descolonização, de onde ele surge, e quais seus objetivos na academia, para depois, posteriormente, apontá-lo como um objetivo e um norte no curso de psicologia, tendo em vista que, atualmente, já ingressam 50% dos alunos por cotas (seja étnico-racial, social ou para PcD's), e estas pessoas irão passar pelas mesmas dificuldades e desmotivações que passei, caso não se discuta seriamente uma mudança geral nesta graduação, e, futuramente, no próprio modelo de universidade que vivemos hoje. Além disso, finalmente, aponto o processo de descolonização da psicologia, aliado ao movimento de descolonização das(os) alunas(os)

cotistas, principalmente os Pretos, Pardos e Indígenas, como um caminho possível para abrir uma brecha nessa estrutura racista que constitui a nossa sociedade, assim como para possibilitar a sobrevivência física e mental destes alunos e alunas nesta instituição meritocrática, racista, elitista, homofóbica, transfóbica e capacitista, que é a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

5.2 O QUE É DESCOLONIZAÇÃO?

Atualmente, desde o início deste ano de 2018, tenho ouvido falar muito sobre este conceito - descolonização. Antes desse momento eu somente tive contato com o termo colonização, este sim amplamente estudado. Porém, a palavra descolonização só fui ter contato posteriormente, lendo alguns textos de filósofos pan-africanistas que falavam sobre este processo, porém à época não tinha dado muita importância ao tema. Lembro que naquele momento, expressado nesta última narrativa, onde eu procurava conhecer mais autores que ocupam lugares de subalternidade na cultura acadêmica, tais como autores africanos, brasileiros, latino-americanos, enfim, autores que não eram estudados no curso de psicologia, eu não nomeava como um processo de descolonização, pois a princípio, enxergava como sendo um processo necessário para meu completo desenvolvimento como profissional, porque, como vimos anteriormente, por estudarmos e trabalharmos no Brasil (hemisfério sul, América Latina), eu não via (e ainda não vejo) sentido em estudar autores europeus e estadunidenses (hemisfério norte, Europa e América do Norte), que visam explicar os fenômenos e conceitos a partir dos seus contextos, e portanto, que não se aplicariam ao nosso contexto. Então, eu via a necessidade de estudar estes outros autores, por mais que muitos se utilizem dos conceitos trazidos pelos autores europeus e estadunidenses, tendo em vista que vivemos no Brasil e temos que compreender a nossa realidade, porém ainda não chamava esta procura pelo nome de descolonização, somente nomeava-a como uma busca por referências adequadas ao nosso contexto. Então, mais ao final da graduação, tive contato com os estudos descoloniais e com o conceito de descolonização, a partir de um artigo que fiz junto à professora que me orienta na Bolsa de Iniciação Científica que fui indicado neste último ano de curso, e de outro colega de grupo de pesquisa que faz Doutorado.

E então, neste sentido, pensei em apresentar inicialmente um histórico sobre este conceito de descolonização (ou estudos descoloniais), tendo em vista que, como eu, muitos não têm noção de onde ele surge e com qual objetivo e, além disso, creio ser de suma importância percebermos como este conceito surge, em cima de qual crítica e para qual caminho o mesmo

aponta, para que a gente não reproduza os motivos pelo qual ele se originou no meio acadêmico, que são, já dando a dica, de subverter a lógica da academia a partir da inauguração de um campo que vai atravessar todas as ciências sociais e humanas, e de criar uma alternativa - para os povos anteriormente colonizados - de estudo das suas questões, sem que as mesmas ocupem um papel de subalternidade frente aos discursos e verdades produzidos pelo meio acadêmico europeu e estadunidense. Temos vivido na América Latina, já há algum tempo, em um contexto pautado pelo imperialismo ocidental, entendendo que, conforme Cohen (2004/2005), um Império é um tipo de Estado multiétnico que estende sua influência pelo controle formal ou informal sobre outras comunidades políticas. Não há império sem uma conglomeração de diferentes nacionalidades linguísticas, raciais e culturais, e a hegemonia de uma delas sobre as demais. A heterogeneidade e o domínio são a essência das relações imperiais, portanto, o imperialismo é o conjunto de práticas que vão agir no sentido da perpetuação destas relações imperiais. Assim sendo, há pelo menos quinhentos anos, a partir do início do processo de colonização do resto do mundo pela Europa, existe uma máquina imperial ocidental, caracterizada pelo conjunto de valores e ideais da sociedade europeia - e, posteriormente, da sociedade estadunidense.

Para Nelson Maldonado-Torres (2006), os Estudos (ou Ciências) Descoloniais surgem a partir dos Estudos Étnicos nos Estados Unidos, que por sua vez surgiram a partir de reivindicações dos movimentos sociais de minorias étnicas marginalizadas (compostas por povos oriundos ou descendentes de regiões colonizadas durante os sécs. XV e XX). Estes Estudos Étnicos, que se consolidam nos EUA a partir do séc. XX, surgiram a partir dos chamados Estudos de Área, que foram criados para a superação e o remodelamento dos Estudos Coloniais praticados na Europa a partir do início do processo de Colonização. Entendo que muitos dos acontecimentos geopolíticos atuais não partem mais de um imperialismo do continente europeu e que o modelo em voga é o imperialismo estadunidense. Portanto, os Estudos de Área foram criados a partir dessa mudança de foco e dinâmica geopolítica global.

Se, no período colonial clássico (do séc. XIV ao XIX), as potências europeias sentiam a necessidade de entender e pensar os povos colonizados para expandir seus domínios e controlar os mesmos, colocando como modelo o modo de viver e o homem europeu, a partir dos Estudos Coloniais, com uma abordagem disciplinar bem delimitada (antropologia e o orientalismo); na nova dinâmica geopolítica que se iniciou no início do séc. XX (mas se consolidou no final da Segunda Guerra Mundial), os Estados Unidos adquiriram protagonismo, e, a partir desse novo lugar - passando de colonizado para colonizador - foi sentida a necessidade, por parte das suas elites, de ultrapassar o conhecimento colonial produzido pelos europeus até então, que viam com demasiado euro-centrismo e com certo foco evangelizador

as culturas estudadas, e foram criados os Estudos de Área, com abordagem interdisciplinar, e que procuravam entender as culturas estudadas, assim como possibilitar uma visão mais abrangente sobre elas, mas com o mesmo objetivo: de **entender para subjugar**. E então, a partir da criação destes Estudos de Área nos Estados Unidos, a relação epistemológica que os europeus tinham com os povos colonizados foi mudada, pois:

A nova estrutura epistemológica oferecia simultaneamente a compreensão e o controle de: 1) a natureza; 2) a sociedade moderna e 3) o mundo colonial. A emergência dos Estudos de Área representa neste contexto uma mudança relativa às ciências europeias, a partir do surgimento de um contexto em que os Estados Unidos ocupariam um papel principal nas dinâmicas geopolíticas do mundo moderno. (Maldonado-Torres, 2006, p. 110)

E é neste contexto que surgem, a partir dos movimentos sociais deflagrados pelas minorias étnicas dos Estados Unidos (negros, indígenas, latinos e asiáticos), os Estudos Étnicos como precursores dos Estudos Descoloniais. Os Estudos Étnicos, por sua vez, são oriundos não da necessidade das elites de conhecer povos a ser conquistados, mas da necessidade das minorias étnicas dos EUA (assim como dos outros países que foram colonizados) de construir e ressignificar as suas histórias, tendo em vista que no processo de colonização e de independência desses povos foi tomado especial cuidado no apagamento destas memórias para construir uma identidade nacional para estes países - pelo menos no que tange à América Latina e ao Brasil mais especificamente. Assim sendo,

No final dos anos 60 e princípios do 70, os Estudos de Área estavam bem estabelecidos na academia estadunidense. E em um contexto onde distintos grupos étnicos reclamavam representação acadêmica, tanto de professores como em termos de matérias, estes serviram como modelo para a incorporação de tais demandas à universidade secular e moderna estadunidense. (Maldonado-Torres, 2006, p. 115)

Com isso, surge certa tensão no campo dos Estudos Étnicos, pois ao ter espaço nas Universidades dos EUA, percebeu-se um acomodamento dessas questões neste espaço disciplinar, não causando as mudanças estruturais que foram pensadas inicialmente a partir dos movimentos sociais destas etnias marginalizadas, assim como causando animosidade entre as diferentes etnias, pois algumas eram melhor assimiladas e aceitas pela elite branca dos Estados Unidos, enquanto algumas continuavam ocupando o lugar de subalternidade e de precariedade que ocupavam desde que foram transformadas em objeto de colonização, confirmando o caráter estrutural do racismo, proposto pelo prof. Silvio de Almeida, já que, para ele, ao falar sobre o rigor do sistema que, para Fanon, torna supérflua a afirmação constante da superioridade dos brancos,

O que Fanon chama de rigor, pode ser entendido como a capacidade do sistema econômico e político de absorver de modo cada vez mais os conflitos, inclusive os raciais. Mesmo que possam ser consideradas perigosas, pois oferecem possibilidades contestadoras de leitura de mundo e da ordem social vigente, as culturas negra ou

indígena, por exemplo, não precisam ser eliminadas, desde que possam ser tratadas como 'exóticas'. O exotismo confere valor à cultura, cujas manifestações serão integradas ao sistema na forma de *mercadoria*. (ALMEIDA, 2018, pág. 57. Grifos do autor)

Portanto, quando se percebe que os movimentos sociais que inauguraram os Estudos Étnicos, se esvaziaram e foram ocupar um lugar de mercadoria, ou somente um espaço na academia, se fez mister a criação de uma nova área, que propõe uma mudança mais radical, os Estudos Descoloniais. Ainda, Maldonado-Torres (2006) propõe uma crítica aos Estudos Étnicos e à escolha do conceito de etnicidade para estudar os povos colonizados, pois serviria a uma perpetuação do racismo, a partir da integração das etnias melhor aceitas pela sociedade branca/ocidental (irlandeses, chineses), dando continuidade ao racismo vivido pelas populações com a cor de pele não-branca.

Como já vimos, sabe-se hoje que as raças biológicas não existem. A raça, como era pensada no início dos Estudos Coloniais - um meio de diferenciar e hierarquizar as populações mundiais colonizadas pelos seus atributos físicos/biológicos - é inexistente, porém ainda hoje existe o que Frantz Fanon¹² vai chamar de raça cultural ou racismo cultural, sendo visto como a continuação dessa diferenciação entre as populações, porém saindo de um viés biológico para um viés cultural. E então, a partir da ideia de certa continuidade do pensamento sobre raça, e do racismo que passa de biológico para cultural na modernidade, juntando-se ao conflito de interesses que surge nos Estudos Étnicos, foi criado o campo dos Estudos ou Ciências Descolonizadores ou Descoloniais.

E a partir dessa nova nomenclatura e desta nova epistemologia que faz uma quebra com as ciências já estabelecidas, e com a disciplinarização dos saberes, os Estudos Descolonizadores surgem pensando em uma **nova universidade**, o que Maldonado-Torres (2006) vai chamar de Universidade do Terceiro Mundo, sendo essa uma tentativa de transgressão da separação das disciplinas vigente até hoje, e que vai se tornar “ [...] uma máquina de conhecimento que desmontaria as estruturas epistemológicas posta pelo racismo e pelo colonialismo e por outras formas de subordinação e hegemonia e, ao mesmo tempo, abriria lugar à articulação sistemática de distintas formas de conhecimento.” (Maldonado-Torres, 2006, p. 122) E a partir dessa transgressão epistemológica, o objetivo que as Ciências Descoloniais inaugura é de transformar o sujeito racializado, que era visto essencialmente como objeto de estudo, em sujeito de conhecimento, ou seja, transformar algo que vinha sido pensado a partir da visão de um terceiro,

¹² Ver: FANON, Frantz. Em defesa da revolução africana. Lisboa, Portugal: Livraria Sá da Costa, 1980.

da visão do colonizador, em sujeito de si e produtor de conhecimento sobre si e sobre seu mundo.

Portanto, os Estudo Descoloniais saem do lugar de assombro com o mundo a partir da perspectiva branca, para ocupar um lugar a partir do grito do colonizado frente a realidade desumanizadora do colonialismo moderno. Inaugurando uma nova Universidade e uma nova forma de trabalhar com o viés descolonizador, e que questiona a separação disciplinar feita pelo homem branco sobre o conhecimento, assim como procura sempre trazer à tona as novas formas empreendidas pelo colonialismo, pelas quais a linha de cor se manifesta, abrindo caminho para a superação destas tanto no ambiente de produção de conhecimento, quanto nos diversos ambientes de trabalho.

5.3 CAMINHOS PARA A DESCOLONIZAÇÃO

Partindo desse histórico sobre o conceito de Descolonização abordado acima, assim como já vislumbrando certas aplicações do mesmo no contexto acadêmico brasileiro, passaremos agora a abordar caminhos (ou alternativas) para a efetiva Descolonização do curso de psicologia e da universidade como um todo, pensando neste processo e neste fim como um dos meios possíveis de aumentar as possibilidades sobrevivência psíquica dos estudantes pertencentes às minorias étnico-raciais na universidade, assim como para tornar a universidade e o saber acadêmico brasileiro mais condizente com a realidade deste país e da sua população. Este caminho já vem sendo feito há um tempo pelos estudantes cotistas, porém ainda de forma bastante individual, apontando contradições em aula, indicando referências com viés descolonizador aos colegas e professores. Ainda, está sendo desenvolvida, também uma disciplina de Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) por alguns estudantes negros da pós-graduação e da graduação, auxiliados por alguns professores e pela equipe da Comissão de Graduação, mas ainda sem previsão para ser implementada no currículo.

Com isso, podemos também exemplificar alguns esforços que têm sido feitos nesse sentido, da Descolonização, em outros espaços e contextos, tendo em vista que essa discussão tem sido aprimorada, no Brasil, desde o início do séc. XXI, partindo de uma repressão intensa aos movimentos negros durante a época da ditadura civil-militar brasileira, até o ressurgimento deste na época de redemocratização, até tomar maior força, então, a partir da virada do milênio. Então, partindo para exemplos de como essa discussão tem sido efetivada em outros espaços, Nilma Lino Gomes é bastante enfática ao afirmar que,

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciemos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professoras e professores reflexivos e sobre as culturas silenciadas nos currículos.”(Gomes, 2012, p. 102)

E neste sentido, no contexto universitário (tanto na graduação, quanto na pós-graduação) também é notável essa necessidade de descolonização do currículo, de *todo* ele, e não só adicionar uma ou outra disciplina como que para cumprir uma cota. Portanto, parafraseando a referida autora, existe a necessidade de diálogo entre a universidade, os currículos e a realidade social, e sem isso não é possível construirmos uma universidade que se pautar pela descolonização, tendo em vista que - como apontamos anteriormente -, uma das principais características do movimento colonizador é o de apagamento das necessidades e anseios da população colonizada, para substituí-los pela perspectiva do colonizador, carregada de racismo, classismo e de preconceitos diversos. Logo, indo ao encontro do que Gomes (2012) sustenta, ao compreender os modos pelos quais a cultura hegemônica silencia e marginaliza o ensino da cultura negra, das questões de gênero, dos movimentos sociais é algo que vem sendo feito, em certa medida, com a lei 10.639/03¹³ (que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira") e deste movimento descolonizador da educação. Ainda, sobre a lei 10.693/03, esta é uma lei que é constantemente citada por pessoas ligadas ao movimento negro do Brasil, já que é a partir dela que foi possível, como nos mostra Gomes (2012, p. 103-4), a

[...] construção de uma ruptura epistemológica e cultural causada pela introdução mais sistemática da discussão sobre a questão racial e a História da África. [...] uma lei que não é somente mais uma norma: é resultado de ação política e da luta de um povo cuja história, sujeitos e protagonistas ainda são pouco conhecidos [...].

Porém, tendo como exemplo as diversas situações relatadas nas narrativas deste trabalho, deve-se atentar para as questões mais sutis que permeiam o ensino superior (e escolar, médio, etc.), no Brasil principalmente, e que advém dos silenciamentos e das discriminações veladas que são característicos do racismo brasileiro, que, como já vimos, se esconde atrás do mito da democracia racial. E nesse sentido, aproveito para citar Gomes, que traz uma sistematização bastante precisa sobre como este processo se dá no contexto escolar, pois para ela,

¹³ Parecer CNE/CP 03/2004 e pela resolução CNE/CP 01/2004 (BRASIL, 2005) BRASIL, Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília: junho, 2005.

Nesse contexto escolar [e universitário], a discriminação racial se faz presente como fator de seletividade na instituição [...] e o silêncio é um dos rituais pedagógicos por meio do qual ela se expressa. Ou seja, não se pode confundir esse silêncio com o desconhecimento sobre o assunto ou a sua invisibilidade. É preciso colocá-lo no contexto do racismo ambíguo brasileiro e do mito da democracia racial e sua expressão na realidade social. O silêncio diz de algo que se sabe, mas não se quer falar ou é impedido de falar. (2012, p. 104-5)

Com isso, podemos destacar que no contexto universitário, este silenciamento é ainda mais preocupante e significativo, tendo em vista que neste ambiente, muitos dos professores têm amplo conhecimento sobre suas áreas de atuação, e, sem levar em conta quem estuda ciências exatas ou naturais, é um importante analisador do processo de discriminação racial ocorrido neste local, que estes professores desconheçam ou ignorem os autores e autoras brasileiras, tendo em vista que são eles - e não os autores europeus e estadunidenses - que mais dialogam com a nossa realidade social enquanto brasileiros. O que revela ainda mais o que o professor Silvio de Almeida vai chamar de componente ideológico do racismo, pois para ele, se deve tomar muito cuidado em falar sobre supremacia branca, porém, neste contexto (dos silenciamentos epistemológicos na universidade), o autor é bastante didático ao afirmar que: “A supremacia branca é uma forma de hegemonia, ou seja, uma forma de dominação que é exercida não apenas pelo exercício bruto do poder, pela pura força, mas também pelo estabelecimento de mediações e pela formação de consensos ideológicos.” (ALMEIDA, 2018, pág. 58. Grifos do autor) E, portanto, como exemplo deste “consenso ideológico” que ele aborda, é possível relacionarmos com esses silenciamentos e discriminações veladas que existem tanto no contexto escolar, quanto no contexto acadêmico-universitário. Logo, um caminho possível de superação do colonialismo no curso de psicologia, passa por abordar tais silenciamentos e discriminações veladas, assim com rever o currículo e a formação dos professores, para que se inclua, finalmente, as autoras e autores brasileiros, negros e indígenas, e que se pautem as questões relativas à nossa realidade social.

Além disso, apontando outro caminho para a descolonização da psicologia, trago um conceito bastante novo na minha trajetória, e que ainda não é muito conhecido no debate acadêmico, que é a ideia de *Outsider Within* (COLLINS, 2016), que é apresentado pela socióloga, feminista negra e professora, Patrícia Hill Collins, que é oriunda dos EUA, onde também atua. Este conceito (que não tem tradução exata para o português) pode ser definido como estrangeira(o) interna(o) ou estranha(o) de dentro, e é utilizado para passar a ideia e a sensação, bastante presente entre as(os) estudantes cotistas negras(os) na UFRGS, de estar deslocado na instituição acadêmica, de sentir-se como não pertencente àquele lugar e àquelas discussões. Esta autora apresenta este conceito a partir do lugar de feminista negra dentro da

disciplina da Sociologia, onde a mesma percebe que existe uma discursividade padrão/normativa em relação a esta disciplina, formada sobretudo por homens brancos de classe média/alta, e que representam o povo negro estadunidense e, principalmente, a mulher negra, de forma bastante preconceituosa e discriminatória, criando conceituações que, além de não levar em conta o pensamento e a subjetividade desta população, produzem generalizações e estereótipos sobre a população negra feminina que não são aceitas, tampouco reproduzidas, pela maioria das mulheres negras daquele país.

A partir disso, podemos vislumbrar, com este conceito, mais um caminho possível para a descolonização do curso e da profissão de psicólogas(os). Após explicar a necessidade das mulheres negras que frequentam o espaço acadêmico de se autodefinirem e se autoavaliarem, pois elas sofrem muito com os estereótipos, como imagens externamente definidas, Collins (2016) vai afirmar que tais estereótipos, que são colocados também para os homens negros, servem à função de manutenção do *status quo*, já que, para ela, muitos dos atributos existentes nos estereótipos relacionados às mulheres e aos homens negros, são, na verdade, versões distorcidas de aspectos comportamentais destas pessoas que são vistos como os mais ameaçadores à estrutura social racista na qual vivemos, e estes estereótipos também são bastante presentes nas universidades brasileiras. Ou seja, quando se projeta nos homens negros todos os atributos negativos da nossa sociedade (vagabundos, sujos, ladrões, malandros), impossibilita os mesmos possam colocar em xeque o lugar sagrado da propriedade, assim como o lugar “natural” do branco como detentor das mesmas, pairando, portanto, sempre a suspeita de que, um homem negro que tenha bens, os tenha conseguido de forma ilegítima. E neste sentido, Collins vai apontar que pesquisadoras feministas brancas e negras conseguiram identificar uma ideia básica que perpassa todos os sistemas de dominação (tais como classe, raça, gênero, etc.), que ela vai chamar de “constructo da diferença por oposição” (2016, p. 105), que seriam os termos em dicotomias tais como preto/branco, masculino/feminino, fato/opinião etc., que ganham sentido sempre em relação de diferença de sua contraparte em oposição, e que, por raramente representarem uma relação de igualdade na diferença, “[...] a relação inerentemente instável é resolvida ao subordinar-se uma metade de cada par à outra. Dessa forma, brancos dominam negros, homens dominam mulheres [...]” (COLLINS, 2016, p. 108). E para as mulheres negras, estas opressões se fazem bastante presentes, já que às mesmas têm sido atribuídas as metades inferiores de diversas dualidades, fazendo com que a sua dominação persista até hoje.

Existe uma crença implícita na dualidade da cultura e da natureza. Homens são os criadores e mediadores da cultura - mulheres são a manifestação da natureza. A consequência disso é que homens desenvolvem a cultura para poder ordenar e

compreender o mundo natural, enquanto as mulheres que são a personificação das forças da natureza, precisam ser postas sob o controle civilizador dos homens [...] Essa dualidade entre cultura e natureza [...] é também usada para distinguir as chamadas altas civilizações daquelas consideradas culturalmente atrasadas [...] povos não europeus são considerados como sendo mais próximos da natureza do que os europeus. Daí provem a justificação [...] para a escravidão e o colonialismo. (Brittan & Maynard, 1984, p. 193-94)

Com isso, quero dizer que a descolonização do curso de psicologia, assim como da sua prática profissional, passa também pelo desmonte de tais estereótipos, assim como pela superação deste pensamento dualista, que produz tanto sofrimento às mulheres negras, principalmente, mas também aos homens negros, como vimos ao longo de todo este trabalho, e que contribuem para a manutenção do *status quo* dentro das universidades, que têm, ocupando os cargos de maiores prestígio e poder, brancos e brancas em sua quase totalidade, e homens na maioria. Além disso, Collins também apresenta um caminho bastante interessante para a descolonização das universidades, e que passa por uma retomada e uma ressignificação deste conceito de *Outsider Within*, já que, ela apresenta-o como uma sensação negativa experimentada pelas mulheres negras dentro da disciplina sociológica estadunidense, e que me atrevo a extrapolar para todas as pessoas negras que frequentam a universidade em países cujas sociedades estão estruturadas em torno do racismo, como no Brasil e nos EUA. Tal sensação de *Outsider Within* é caracterizada por experimentar este lugar de não-pertencimento àquele espaço acadêmico, somando-se ao fato de se ver como objeto na maior parte da teoria, sendo que estão (ou deveriam estar) ocupando, então, um lugar de sujeitos produtores de conhecimento nas universidades. E neste sentido, aproveito para parafrasear Collins (2016) quando a mesma fala do lugar da mulher negra na sociologia, pois basicamente, para se tornar um *insider* na universidade, as mulheres e os homens negros precisam assimilar um ponto de vista que é bastante diferente do seu próprio. Homens brancos têm, por muito tempo, sido o grupo dominante nas universidades em geral e sua visão de mundo, compreensivelmente, reflete as preocupações deste grupo de praticantes. Portanto, ao pensarmos em um caminho de se mudar a universidade por dentro, visando a descolonização das mesmas para ampliar a visão de mundo de todas as pessoas que a frequentam, passa por reconhecer este lugar dominante que os homens brancos desenvolveram, e começar a incluir as perspectivas das populações historicamente objetificadas, estereotipadas e oprimidas por tal grupo social. Daí Collins também vai apontar que outros grupos socialmente excluídos da academia, tais como homens negros, a classe trabalhadora, minorias sexuais, etc. possam ser vistos como *Outsider Within* assim como as mulheres negras, ainda que sejam beneficiados de alguma forma pelo *insiderism* dos homens brancos, já que as suposições destes últimos tendem a atingir estes grupos também.

Então, a autora também vai nos dizer que, ao invés de adaptar-se ao pensamento padrão do homem branco, saindo da universidade ou reprimindo a sua diferença, uma alternativa mais potente é a de “conservar a tensão criativa do status de *Outsider Within* encorajando e institucionalizando suas perspectivas.” (COLLINS, 2016, p. 123) Pois com isso, contribuiriam não só para estes grupos em específico, mas às disciplinas em geral, questionando a suposta neutralidade metodológica da ciência inventada pelo homem branco, para afirmar uma abordagem que leve em consideração a biografia e a história pessoal do intelectual, tornando mais completas as análises da disciplina ao levar em conta as suas experiências pessoais e culturais que, via de regra, produzem vieses do conhecimento, sendo, para a disciplina da psicologia, ainda mais importantes, pois, por trabalharmos com os diferentes sofrimentos e dificuldades das pessoas, devemos ter em conta - tanto como estudantes, quanto como profissionais - que existem conformações bastante diferentes entre as pessoas, e, se não levarmos em conta as diferentes opressões vivenciadas pelas mesmas, corremos o risco de cair no vício de escutarmos somente o que faz sentido para o nosso lugar social.

Finalmente, aproveito para tocar em um ponto que é perpassado pela proposta de descolonização e popularização da universidade, que é uma questão que eu desejava ter abordado mais completamente neste escrito, mas que acabou não sendo possível, que é a utilização da linguagem extremamente rebuscada e tecnicista pelos professores e por alguns outros alunos (quase sempre brancos), para marcar um lugar de autoridade e de poder. Quando comecei a pensar sobre a mudança de referenciais que expus na narrativa que abre este capítulo, um dos pontos que mais me motivaram a fazê-lo - além da busca por referências que dialoguem com a perspectiva dos brasileiros e dos outros povos “periféricos” - foi esta questão referente à linguagem acadêmica. Acho importante explicitar que eu não quero aqui advogar o fim do uso de palavras difíceis, das conceituações e esquematizações que são importantíssimas e inerentes ao pensamento complexo; quero abordar aqui, como muitas vezes, os(as) professores(as) (e alguns alunos “puxa-saco”) se utilizam de tais expressões e palavreados para marcar este lugar de diferença de classe e raça que venho apresentando como regra na universidade. Muitas vezes, quando se questionava algum(a) professor(a) sobre alguma contradição expressada em aula, ou quando se apontava o que apresentei acima sobre a perspectiva única apresentada por algum autor, quase sempre homens brancos, os mesmos se utilizavam de diversas expressões e palavras extremamente cultas e rebuscadas, geralmente sem explicá-las, para, muitas vezes, dar fim à discussão, pois, como eles devem desconhecer, para muitos alunos e alunas negras e cotistas, que são os primeiros da família a entrar na universidade, a utilização de tais expressões e palavras sempre foi visto como um movimento excludente e demarcador da diferença social

e racial nas suas vidas, e, portanto, quando professores(as) e colegas se utilizam deste mesmo recurso em aula para rechaçar opiniões diferentes, acabam contribuindo para o sentimento de exclusão e de *Outsider Within* (para me utilizar de um conceito que vim trabalhando ao longo do texto) que é experimentado por muitos alunos e alunas negras e/ou cotistas que engrossam o número de pessoas que não terminam a universidade. E neste sentido, aproveito para trazer um trecho de um livro escrito pelo escritor negro (cujos livros me fizeram ter noção e crítica desta tendência dos intelectuais brasileiros, de utilização desta linguagem rebuscada para demarcar este lugar de poder), o Lima Barreto, e que traz, em seu livro “Os Bruzundangas” uma crítica bastante afiada a esta elite intelectual do país, formada, à época dele, exclusivamente por homens brancos, e que também faziam uso também destas formas de linguagem¹⁴:

Dissertar sobre uma literatura estrangeira supõe, entre muitas, o conhecimento de duas cousas primordiais: idéias gerais sobre literatura e compreensão fácil do idioma desse povo estrangeiro. Eu cheguei a entender perfeitamente a língua da Bruzundanga, isto é, a língua falada pela gente instruída e a escrita por muitos escritores que julguei excelentes; mas aquela em que escreviam os literatos importante, solenes, respeitados, nunca consegui entender, porque redigem eles as suas obras, ou antes, os seus livros, em outra muito diferente da usual, outra essa que consideram como sendo a verdadeira, a lídima, justificando isso por ter feição antiga de dous séculos ou três.

Quanto mais incompreensível é ela, mais admirado é o escritor que a escreve, por todos que não lhe entendem o escrito. (LIMA BARRETO, 1998, p. 3. Grifos nossos)

E para alguns intelectuais da atualidade, e do Instituto de Psicologia da UFRGS mais especificamente, esta última premissa do autor se faz verdadeira: quanto mais incompreensível o que se fala e o que se escreve, mais admirado é o autor, não se preocupando em tornar acessível o que produzem porque os mesmos acreditam que o fim não é este, mas sim continuar no que alguns alunos negros do curso de psicologia da UFRGS têm nomeado de “masturbação intelectual”. Por fim, gostaria de expressar, novamente, que meu objetivo neste crítica não é acabar com as palavras difíceis, tampouco com os conceitos e com os jargões existentes na psicologia e nas diferentes disciplinas que formam a universidade; meu objetivo é apontar como o uso desmedido desta linguagem rebuscada, que podemos chamar também de “abuso de poder intelectual”, é, muitas vezes, utilizada como um meio de gerar exclusão nos grupos sociais

¹⁴ Neste livro satírico, o autor apresenta um país fictício, Bruzundanga, que nada mais é do que a caricatura do Brasil do início do século XX, atravessado pelas ideias eugenistas e pelo ideal de homem europeu. Além disso, ele apresenta uma forte crítica aos intelectuais brasileiros daquela época, cujos títulos acadêmicos possuídos pelos ricos pseudo-eruditos serviam somente para marcar esta diferença de classe, e do qual ainda guardamos muitos resquícios, principalmente nos meios tradicionais de poder, tais como as universidades.

historicamente excluídos da universidade, assim como um meio de demarcar uma posição de autoridade e uma diferença de classe e raça, que, ocasionalmente, pode ser feita de maneira inconsciente, sem ter noção do que está fazendo, mas que, ainda assim, produz exclusão, silenciamento e a confirmação da ideia de não-pertencimento ao ambiente universitário, que é algo que atinge muitos dos(as) alunos(as) negros(as) e/ou cotistas. E, além disso, sempre é bom lembrar, da parte dos outros alunos brancos e oriundos das melhores escolas particulares, esta questão da linguagem também é presente. A questão da linguagem excessivamente rebuscada, que apontei como sendo um meio utilizado por alguns professores que acaba produzindo silenciamento e exclusão, pode não ser tão comum entre os alunos não-cotistas da graduação (ainda que ocorra), mas outra prática que, ainda assim, age no sentido de marcar a diferença entre colonizador e colonizado, e neste sentido, o relato trazido por Batista é bastante elucidativo, trazendo um recorte de uma situação vivida por ele neste mesmo Instituto de Psicologia:

No diretório acadêmico acontecia alguma reunião, da qual não me recordo o tema, mas lembro da discussão acalorada, opiniões divergentes, que estavam sendo incisivamente defendidas; porém, como moro consideravelmente distante da universidade, tive que me retirar antes da conclusão da discussão. Ao notarem que estava me retirando, alguns colegas indagaram se eu iria embora e afirmei que sim, pois se saísse mais tarde “perderia o busão”. Não compreendi o motivo das gargalhadas que vieram a seguir, perguntei qual a razão para os risos e a resposta foi que não estavam acostumados com esse tipo de expressão. Embora provinciana, essa passagem é simbólica, porque marca um lugar onde a linguagem que até então eu carregava não pertencia aquele espaço. E mais: marcou a necessidade de me apropriar desta nova linguagem própria da psicologia e da universidade. (BATISTA, 2016, p. 27)

E sobre a relação entre linguagem e o processo de colonização, Batista (2016) apresenta a ideia, utilizando-se para isso do pensamento de Fanon sobre o colonialismo, de que quando nós (alunos cotistas e/ou negros, de periferia) falamos cada vez menos as nossas gírias - que nos acompanham desde sempre e demarcam o lugar de onde viemos -, e passamos a nos utilizar cada vez mais da linguagem utilizada pelas pessoas que historicamente frequentam as universidades (brancos e ricos), passamos pelo processo de tomar posição, como povo colonizado, diante dessa linguagem colonizadora. Pois, afinal, é isso: ou se passa a não falar mais as gírias e formas de linguagem que utilizamos até a entrada na universidade, por medo e/ou vergonha, ou passamos a nos utilizar dessa linguagem mais rebuscada ou das gírias dos alunos não-cotistas, para procurar aceitação e/ou tornar suportável a permanência na universidade, ou, então, acaba por acontecer da/o aluna/o cotista pensar que não é bem-vindo neste lugar, e abandonar o curso. Como bem nos explica Batista:

[...] quando coloco as gírias e a linguagem coloquial em segundo plano, de certa forma, levo todos os significantes que circundam essa linguagem também em segundo

plano. Então, acabo carregando parte daquilo que me constitui, conseqüentemente, em segundo plano. (BATISTA, 2016, p.27)

Portanto, aponto como mais um caminho para a descolonização da universidade e mais especificamente da psicologia, visando tornar mais suportável esta experiência da graduação, assim como para tornar o ambiente universitário mais inclusivo e receptivo às pessoas que historicamente não têm ocupado este espaço: a transposição dessas barreiras culturais e de linguagem, a partir da inclusão de novas formas de falar e de se expressar na linguagem acadêmica, formas que vão ao encontro da grande maioria da população e que possam aumentar seu interesse em fazer parte da academia e da produção de conhecimento formal, servindo também para tornar mais rico o debate de ideias na academia e para fortalecer a universidade como meio de promover igualdade e justiça social. E, além disso, consideramos interessante pensar a universidade a partir da metáfora de um ecossistema bastante fechado, onde as “espécies” que o compartilham já têm as funções e lugares extremamente cristalizados, estando cada sujeito ocupando o mesmo lugar que membros do seu estrato étnico-racial e social tem ocupado historicamente, fazendo com que se tornem extremamente dependentes uns dos outros, criando linguagens, formas de atuação, manias próprias. E toda entrada de um ser “exótico”, estrangeiro neste ecossistema extremamente fechado, que são as universidades no Brasil, acaba fazendo com que todos os sujeitos que ocupam o mesmo lugar nesta relação se incomodem, para dizer o mínimo. Pois, nestes ecossistemas extremamente fechados, ou a entrada do novo produz a sua destruição, ou a do ecossistema, e, então, neste sentido, é possível traçarmos este paralelo com a universidade, já que com a entrada dos alunos cotistas, acontece que ou a universidade destrói o mesmo (causando sua desistência, desmotivação, etc.) ou o modelo fechado de universidade que temos hoje precisa ser “destruído”, ou desconstruído, visando, com isso, a inclusão deste novo sujeito nas dinâmicas da mesma e mudando-a por completo, acabando por fortalecer a universidade com a variação das ideias e das práticas que se produzem ali.

Em conclusão, também não pretendo cometer injustiças neste trabalho, ao não reconhecer o quanto o curso de psicologia da UFRGS já vem, há algum tempo, trilhando este caminho da descolonização de referenciais teóricos e da própria ideia de psicologia. Como foi apontado diversas vezes nas aulas, a psicologia que se faz aqui no Brasil, estando a que é feita na UFRGS entre estas, já é uma psicologia que busca autores latino-americanos e busca sair da hegemonia representada pelos autores e autoras dos EUA, principalmente, mas alguns da Europa também. Este movimento tem sido feito, em grande, pelos Departamentos de Psicologia Social e Institucional e de Psicopatologia e Cultura, que pensam em uma psicologia que tenta

sair da ideia generalizada de uma psicologia extremamente tecnicista e que se diz “neutra”, intimamente ligada às ferramentas e testagens utilizadas, principalmente, pela psicologia oriunda dos EUA, aquela que é caracterizada nos filmes e seriados. A psicologia que se faz e se ensina na UFRGS já é vista, em grande parte, como uma psicologia bastante diferente da noção que se tem desta disciplina, pois se trabalha bastante com as questões sociais e culturais como inerentemente ligadas às análises que buscamos fazer, e, além disso, já se mostra voltada também a um movimento crítico desta psicologia higienista e asséptica que se produz nos EUA e que é dada como modelos para o resto do mundo. Muitas questões sociais, tais como o feminismo, o combate à homofobia e certa noção de justiça social também se fazem presentes no discurso e nos ensinamentos de muitas(os) das(os) professoras(os) do Instituto de Psicologia da UFRGS, porém, a sensação e a ideia que eu e outros(as) alunos(as) negros(as) que passaram por esta instituição tivemos, é a necessidade - e a invisibilidade - que é conferida às questões e à discussão étnico-racial neste curso. Em outras palavras, a sensação geral entre os alunos e as alunas negras e negros e/ou cotistas que estiveram presentes neste curso, é de que, por mais que exista a tentativa de fazer um curso mais orientado à esquerda no espectro político, pautando questões relativas à igualdade de gênero, de classe e de crenças, existe ainda, uma grande lacuna relativa às questões étnico-raciais como um todo, portanto, se há um entrave em relação à construção de uma psicologia descolonial na UFRGS, é a inexistência que existia até pouco tempo da discussão e da preocupação em relação ao estudo das relações étnico-raciais e do racismo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Então, visando finalizar este trabalho de conclusão, pensei em apontar algumas sugestões bastante práticas para chegarmos a este fim. Acredito que uma das principais vias de combate ao racismo seja a educação. Ainda mais no momento que vivemos atualmente no Brasil, onde se vê uma tendência de apagamento, ou de relativização, de questões históricas que já eram tidas como consensuais, entre elas a necessidade de combate ao racismo. Por isso, tendo em vista tais sugestões que proporei a seguir, aponto que todas também vão neste sentido, de utilizar-se da educação para produzir as mudanças necessárias em nossa sociedade. Então, além dos caminhos que expus em direção da descolonização da universidade e do curso de psicologia, que passam por mudanças estruturais e epistemológicas; um passo bastante prático e igualmente importante no caminho da descolonização do curso passa pela contratação - para ontem - de um quadro docente que exprima as diferenças culturais e étnico-raciais presentes na sociedade brasileira. Curto e fácil: se não contratarem professoras e professores negros para o curso, não vai ser possível termos um curso de psicologia descolonizado, e, além disso, tendo em vista o quadro docente atual do Instituto de Psicologia, formado quase que exclusivamente por pessoas brancas, seria bastante importante (e fica aqui como sugestão), que se faça também capacitações e educação continuada antirracista com todo o quadro docente e os servidores técnico-administrativos. Uma capacitação que seja diversificada, com continuidade e que seja também obrigatória, tendo em vista que, muitas vezes, quando esta temática é trazida para a discussão, as pessoas que comparecem à mesma são aquelas que já conhecem o tema e, por isso, se interessam, o que acaba fazendo com que a discussão não circule para as pessoas que teriam mais necessidade. Outra sugestão que considero importante, é que não basta criar uma única disciplina para abordar as questões étnico-raciais, porque se cai no risco, apontado por Maldonado-torres anteriormente neste trabalho, de colocarmos essa discussão em uma caixinha, como se fosse similar às especialidades ou às ênfases do curso, como se o racismo fosse algo pontual. A discussão étnico-racial tem que atravessar todas as disciplinas deste curso, de diversas formas, tais como: apresentando autoras e autores negros que abordem a temática a ser discutida na disciplina; reconhecer os saberes e culturas tradicionais dos povos negros e indígenas como legítimos, e não tratando-os como subalternos e hierarquicamente inferiores ao saber científico; escutar e reconhecer os diferentes pontos de vista trazidos pelas alunas e alunos negros e cotistas, ao invés de rechaçá-los e deslegitimá-los, produzindo exclusão e desistências por parte dos mesmos; e, finalmente, sair da ideia ultrapassada da meritocracia como meio de produção de excelência acadêmica, para iniciar uma nova abordagem produtora de políticas

institucionais que ajam no sentido da equidade e da ajuda a quem necessita, percebendo se certo aluno ou aluna tem alguma dificuldade e agir para resolvê-la (e desta vez não precisa se restringir aos alunos negros cotistas), produzindo interesse e vontade de continuar na graduação, indo ao encontro de uma política efetiva de inclusão e de igualdade de acesso e permanência ao ambiente acadêmico para todas e todos. Por fim, aponto como uma sugestão bastante prática e exequível, que se reconheça o lugar historicamente ocupado pela universidade no Brasil de produção e de manutenção das diferenças socioeconômicas e étnico-raciais, para que se aja no sentido contrário, de uma universidade que sirva como um meio de popularização do conhecimento: derrubando a barreira existente entre o saber acadêmico/científico e os saberes populares; assim como um espaço que sirva para possibilitar movimentos, por parte da população pobre, de ascensão social e econômica, assim como trabalhando intensamente no sentido de acabar com as desigualdades étnico-raciais, produzindo, efetivamente, uma política dentro da universidade que se pautar pela justiça social e pela promoção de oportunidades para todas.

Por fim, vivemos atualmente, no Brasil, um momento - para dizer o mínimo - bastante preocupante em relação a todas as conquistas sociais que tivemos nos últimos trinta, quarenta anos como sociedade em geral. Com a presidência do Jair Bolsonaro e a tomada do poder pela sua família e por seus seguidores, abrindo a possibilidade de um retorno ao projeto de Brasil pautado no extermínio das minorias e no autoritarismo, existe a possibilidade de que tudo que tratei neste trabalho, todas as demandas e ideias que apresentei, sejam vistas como supérfluas, ou luxos, ou exigentes demais, anti-produtivas, tendo em vista a perspectiva de perda de tudo o que a minha geração já via como consolidado, inclusive as próprias cotas raciais e sociais, assim como toda a discussão sobre machismo, racismo, homofobia e transfobia. Porém, também acredito que este trabalho pode servir, pelo contrário, como um lembrete, ou como uma memória, do quão avançados chegamos em todas essas discussões, pois, nosso erro (ou acerto), a meu ver, foi pensar em um outro projeto de Brasil, um Brasil pensado para a população brasileira, pensado para construir uma nação mais igualitária e justa, e isso, com certeza, incomodou muita gente, acabando por gerar toda esta onda neo-fascista e conservadora que está varrendo tudo o que foi arduamente construído ao longo destes anos de Nova República, a partir do final da Ditadura Civil-Militar brasileira. Então, encerro este trabalho de conclusão de curso com bastante pesar, tendo em vista que muitos dos ideais e posicionamentos políticos que tive contato, e que formaram meu jeito de ser depois destes seis anos de curso, estão sendo completamente demonizados e destruídos neste novo tempo de ódio renovado e de intolerância que vem se instaurando no Brasil depois de 2013. Porém é isso, como costume dizer, quem

conhece a história do Brasil sabe que nunca foi fácil, e é extremamente triste pensar que talvez tenhamos vivido um dos melhores momentos do Brasil desde seu surgimento, e que, então, estejamos voltando ao modo como ele sempre foi: controlado por essa elite parasitária e refratária a qualquer tipo de inclusão ou tentativa de diminuição da desigualdade, e que não pensa duas vezes em vender seu país para os EUA ao invés de melhorar as condições de vida do seu povo. E neste sentido, devemos nos espelhar em todas e todos que vieram antes de nós, e que lutaram tanto, dando suas vidas para que tivéssemos um país um pouquinho mais justo e igualitário, e então agirmos nesse mesmo sentido, sabendo que se desistirmos dessa luta, a possibilidade de que exista um Brasil ainda mais desigual e pior para as próximas gerações é absoluta, portanto, a luta pela democracia, assim como pelas igualdades socioeconômicas e étnico-raciais, é imperativa. Então, que venha o Bolsonaro e toda sua corja, pois, desta vez, a nossa resistência talvez seja bem maior, tendo em vista que hoje, diferentemente de 1964, a população em geral já tem muito mais conhecimento, está muito mais empoderada sobre a sua situação, tem mais acesso à informação (ainda que a desinformação e a enganação esteja se tornando, novamente, arma política, porém em níveis e escalas assustadoras), e enfim, temos que acreditar que talvez, tendo em vista a velocidade com que a história tem sido feita na nossa era, da internet, as pessoas percebam os estragos que estarão sendo feitos, a retomada crítica do empobrecimento da população, e que, então, se reaja frente a isso.

Então, com toda esta perspectiva triste que se apresenta a nós, encerro este trabalho com o desejo de que consigamos resistir, ciente de que será bastante difícil, mas que enfim, é o único caminho necessário. Portanto, desejo muita força, muita resistência e muito *axé* a todas e todos que irão seguir lutando por um mundo, e um Brasil, mais justo e mais igual para as pessoas, e que a gente siga construindo nosso conhecimento e nossa perspectiva, procurando manter todas as conquistas, enquanto população negra brasileira, manter nosso conhecimento e nosso modelo de Brasil, onde se reconheça as desigualdades sociais e raciais, agindo no sentido de acabarmos com as mesmas. A todas e todos desejo muita boa sorte e muita força, porque a luta não pode acabar, pelo contrário, precisa ser renovada!

7. REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. **Balço do neoliberalismo**. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** // Silvio Almeida. Youtube: Canal TV Boitempo, 2016. 10:28 min. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=PD4Ew5DIGrU>> (acesso em 05 set 2018).

_____. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BATISTA, A. **Trajetos e percursos: das (im)possibilidades de enfrentamento do racismo dentro da academia**. Porto Alegre, 2016.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BARROS, R. D. B. **Grupo e Produção**. In: Saúde e loucura 4, 1993, p. 145-54.

BENTO, M. A. S. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. In: Psicologia Social do Racismo - estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58.

BRITTAN, A., MAYNARD, M. **Sexism, racism and oppression**. New York: Basil Blackwell, 1984.

CARNEIRO, S. **Negros de pele clara**. Portal *Geledés*, 2004. Disponível em:
<<https://www.geledes.org.br/negros-de-pele-clara-por-sueli-carneiro/>> (acesso em 03 set 2018).

CARMICHAEL, S. & HAMILTON, C. **Black power: the politics of liberation in America**. New York, Vintage, 1967.

CHIAVENATO, J. J. **O Negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai**. São Paulo, Ed. Brasiliense. 4ª ed, 1987, 259p.

COHEN, E. A. **A história e a hiperpotência**. In: Política Externa, vol.13, nº 3. Dezembro/Janeiro/Fevereiro 2004-2005.

COLLINS, P. H. **Aprendendo com a Outsider Within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. In: Revista Sociedade e Estado - Vol. 31 n.1, jan-abr 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-69922016000100099&script=sci_abstract&tlng=pt> (acesso em 16 out 2018).

Conselho Federal de Psicologia. **Relações Raciais: Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os)**. Brasília: CFP, 2017.

CRI. **Articulação para o Combate ao Racismo Institucional. Identificação e abordagem do racismo institucional**. Brasília: CRI, 2006.

EVARISTO, C. **Construção dos Becos**. In: Becos da Memória. EVARISTO, Conceição. Belo Horizonte, 1ª ed., Editora Pallas, 2017a.

_____. **Minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra**. [25 de maio, 2017b] Nexo Jornal. Entrevista concedida a Juliana de Lima. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/05/26/Concei%C3%A7%C3%A3o-Evaristo-%E2%80%98minha-escrita-%C3%A9-contaminada-pela-condi%C3%A7%C3%A3o-de-mulher-negra%E2%80%99>> (acesso em 08 abr 2018).

FREIRE, M. **Escrevo para me vingar**. [08 de agosto, 2017] EBC: Estação Plural. Entrevista concedida ao Programa Estação Plural. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/estacao-plural/2017/08/eu-escrevo-para-me-vingar-revela-marcelino-freire>> (acesso em 10 out 2018).

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. 50ª ed., Global Editora. 2005.

GOMES, N. L. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**. In: Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

INFOPEN (**Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**) - Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)/Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2016. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf> (acesso em 05 set. 2018).

IPEA, **Atlas da Violência 2017**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253> (acesso em 05 set. 2018).

LOURAU, R. **René Lourau na UERJ- 1993. Análise Institucional e Práticas de Pesquisa.** Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1993.

LOPÉZ, L.C. **O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde.** In: Interface: comunicação, saúde e educação. v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012.

LIMA BARRETO, A. H. **Os Bruzundangas.** Porto Alegre: L&PM, 1998.

MALDONADO-TORRES, N. **Pensamento crítico desde a subalternidade: os estudos étnicos como ciências descoloniais ou para a transformação das humanidades e das ciências sociais no século XXI.** In: *Revista Afro-Asia*, n°. 34, 2006, p. 105-130.

MERITOCRACIA. **Dicionário Online Michaelis UOL**, 03 out. 2018. Disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/meritocracia/>>. Acesso em 03 out. 2018.

MOORE, C. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo.** 2ª ed. – Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** In: Brandão, A. A. P. (Org.), *Cadernos Penesb 5*. Niterói: EdUFF. 2004

NOBLES, W. W. **Sakhu Sheti: retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado.** In: *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora.* Elisa Larkin Nascimento (org.). São Paulo: Selo Negro, 2009. (Sankofa: matrizes africanas da cultura afrobrasileira; 4)

PELBART, P.P. **Por que um golpe atrás do outro?** Blog Peixe-eletrico, 2018. Disponível em: <<https://www.peixe-eletrico.com/single-post/2018/02/06/Por-que-um-golpe-atr%C3%A1s-do-outro>>. (acesso em 10 set. 2018)

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2ª ed., 1995.

ROCHA, C. **O livro que criou o termo ‘meritocracia’ é uma distopia.** Nexo Jornal, 2017. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/11/06/O-livro-que-criou-o-termo-%E2%80%98meritocracia%E2%80%99-%C3%A9-uma-distopia>> (acesso em 03/09/2018).

ROSE, N. **Psicologia como uma ciência social**. *Psicologia & Sociedade*, 2008, p. 20.

SOUZA, L. & ANTERO, F. **Faça o teste do pescoço e saiba se existe racismo no Brasil**. *Pragmatismo Político*, 2013. Disponível em:
<<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/07/teste-do-pescoco-revela-racismo-no-brasil.html>> (Acesso em 05 out. 2018).

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1983.

WERNECK, J. **Racismo Institucional, uma abordagem conceitual**. In: Portal *Geledés* – Instituto da Mulher Negra, 2013.